



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO – PPMTUR**

RAFAELLE CAMILLA DOS SANTOS PINHEIRO

**TBC NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS/SE: UMA
PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO TUÍSTICO LOCAL**

**ARACAJU/SE
2018**

RAFAELLE CAMILLA DOS SANTOS PINHEIRO

**TBC NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS/SE: UMA
PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO TUÍSTICO LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Pós-
graduação de Mestrado Profissional em
Turismo, do Instituto Federal de Sergipe,
para obtenção do título de Mestre em
Turismo.

Orientadora: Prof. Dr^a Irinéia Rosa Nascimento

ARACAJU/SE
2018

Pinheiro, Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro

P654t TBC no território quilombola Brejão dos negros/SE: uma proposta de desenvolvimento turístico local/ Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro. -- Aracaju, 2018.

152 f. : il.

Orientadora: Prof. Dr^a Irinéia Rosa Nascimento

Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) -- Instituto Federal de Sergipe, 2018.

1. Turismo de base comunitária. 2. Diagnóstico turístico participativo. 3. Território quilombola Brejão dos Negros. I. Nascimento, Irinéia Rosa. III. Título.

CDU 338.48

RAFAELLE CAMILLA DOS SANTOS PINHEIRO

**TBC NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS/SE: UMA
PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO TUÍSTICO LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Pós-
graduação de Mestrado Profissional em
Turismo, do Instituto Federal de Sergipe,
para obtenção do título de Mestre em
Turismo.

DATA DE APROVAÇÃO: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a Irinéia Rosa Nascimento – Orientadora
Instituto Federal de Sergipe

Prof^o. Dr^o Lício Valério Lima Vieira – Avaliador Interno
Instituto Federal de Sergipe

Prof^a. Dr^a Cristiane Alcântara de Jesus Santos – Avaliadora externa
Universidade Federal de Sergipe

ARACAJU/SE
2018

Dedico este trabalho às comunidades do Território Quilombola Brejão dos Negros, e que este possa ser um instrumento na gestão do turismo do território.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora por todo o cuidado e esforços empregados durante a pesquisa, e pela confiança e liberdade dada para a produção do trabalho.

Agradeço também à equipe do Núcleo de Estudos Agroecológicos do IFS/São Cristóvão – NEA, em especial às bolsistas do projeto de extensão – PIBEX/PROPEX “Potencialidades do Território Quilombola Brejão dos Negros para o TBC”, Adrielle Bispo e Mirelle Tavares, por todo apoio e participação durante a aplicação da pesquisa de campo. Agradeço à professora Cristiane Alcântara por ter aceitado fazer parte da banca, contribuindo na construção do presente trabalho.

Também agradeço por toda a atenção e apoio prestados pela coordenação do PPMTUR durante essa jornada, em especial ao Profº Lício Valério que também sempre se mostrou disposto a ajudar e contribuir cientificamente para o desenvolvimento do trabalho, e Eunice Filha, que sempre desempenhou um papel que vai além de suas funções como secretária, sendo muitas vezes uma mãe. Não posso deixar de agradecer aos meus colegas de turma, Roberta, Carlos Eduardo, Fábio, Janaina, Jekson, Dayseane, Emanuel, Isabelle e Claudivânia. Também agradeço aos professores Mary Nadja, Denio Azevedo e Fabiana Faxina, que contribuíram de forma especial na construção desse trabalho a partir das atividades e aulas ministradas durante o curso.

À Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – Fapitec-SE pelo auxílio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa.

No mais agradeço aos meus pais, Maria Helia dos Santos Pinheiro e Roberto Pinheiro Oliveira, ao meu marido, Ruann Laert, aos meus irmãos e amigos pelo apoio durante a realização da pesquisa, tornando essa caminhada mais leve.

RESUMO

Com as alterações nas relações produtivas e sociais evidenciadas nas últimas décadas, o espaço rural, tradicionalmente agrário, vem assumindo uma diversidade de funções não-agrárias, a exemplo do turismo. Neste contexto, emerge o Turismo de Base Comunitária - TBC, uma forma de gestão de turismo que propõe que o planejamento e operacionalização da atividade sejam desempenhados pelas comunidades receptoras, tendo o turismo como uma fonte alternativa de geração de renda e promotor da preservação e valorização cultural e ambiental do destino turístico. O território quilombola Brejão dos Negros, localizado nos municípios Brejo Grande e Pacatuba, no litoral norte do estado de Sergipe, está inserido numa região de grande potencial turístico, a Foz do rio São Francisco. Dispõe de uma grande variedade de recursos naturais e culturais, é relevante o potencial turístico desse território quilombola, necessitando que seus atrativos sejam estruturados e organizados para a formação e comercialização do mesmo como um destino de TBC no litoral Norte de Sergipe. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral elaborar um projeto socioambiental voltado ao empoderamento da comunidade local a partir de ações de capacitação para ao desenvolvimento de habilidades e competências em empreendedorismo social. Para isso, foram traçados quatro objetivos específicos: conhecer o território a partir das dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas; despertar o interesse das comunidades locais no desenvolvimento do turismo local; revelar as potencialidades do capital humano e social das comunidades estudadas para o desenvolvimento do turismo; levantar as ações necessárias na resolução das problemáticas locais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no território. Partindo desses objetivos, foi adotado o método da pesquisa-ação, onde foram aplicadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo foram realizadas visitas técnicas e oficinas participativas, com a adoção das ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo - DRP. Com a aplicação das metodologias foi elaborado um diagnóstico turístico do território pelo qual foi possível inferir que, dentro do ciclo de vida das destinações turísticas, elaborado por Butler (1980), o Território Quilombola Brejão dos Negros encontra-se no estágio inicial de exploração, recebendo visitantes e pesquisadores que organizam suas próprias viagens e utilizam serviços de uso comum da comunidade. Além do estágio de desenvolvimento, foi possível identificar a potencialidade do território para o desenvolvimento do segmento do Turismo Rural, detectando como necessidade primordial a capacitação da comunidade local. Assim, foi elaborado um projeto de capacitação, que propõe ações que possibilitarão que as comunidades possam planejar e gerir o turismo no Território, sendo efetivamente protagonistas no processo de turistificação local.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Diagnóstico Turístico Participativo. Território Quilombola Brejão dos Negros.

RESUMEN

Con las alteraciones en las relaciones productivas y sociales evidenciadas en las últimas décadas, el espacio rural, tradicionalmente agrario, asume diversidad de funciones no- agrarias, a ejemplo del turismo. En este contexto ha surgido el Turismo de Base Comunitaria - TBC, una manera de gestión de turismo que propone que la planificación y operación de la actividad sean realizadas por las comunidades receptoras, teniendo el turismo como fuente alternativa de generación de ingresos y promotor de la preservación y valorización cultural y ambiental del destino turístico. El territorio *quilombola Brejão dos Negros* ubicado en los municipios *Brejo Grande* y *Pacatuba*, en el litoral norte del estado de Sergipe, está insertado en región de gran potencial turístico, en la desembocadura del río São Francisco. Dispone de gran variedad de recursos naturales y culturales, es relevante el potencial turístico de este territorio *quilombola*, necesitando que sus atractivos sean estructurados y organizados para la formulación y comercialización del mismo como un destino de TBC en el litoral norte de Sergipe. Ante esta inquietud, la investigación tuvo como objetivo general elaborar un proyecto socio-ambiental convertido a la potenciación de la comunidad local desde acciones de capacitación para el desarrollo de habilidades y competencias empresariales en el ámbito social. Para eso, han sido trazados cuatro objetivos específicos: conocer el territorio desde las dimensiones sociales, económicas, ambientales, culturales y políticas; despertar el interés de las comunidades locales en el desarrollo del turismo local; revelar las potencialidades del capital humano y social de las comunidades estudiadas para el desarrollo del turismo; levantar las acciones necesarias en la resolución de las problemáticas locales para el desarrollo del turismo de base comunitaria en el territorio. Desde este objetivo, se adoptó el método de investigación - acción, en que han sido aplicados la investigación bibliográfica, documental y campo. En la investigación de campo han sido realizadas visitas técnicas y oficinas participativas con la aplicación de la herramienta de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP. Con la aplicación de las metodologías ha sido elaborado el diagnóstico turístico del territorio, por lo cual ha sido posible inferir que, dentro del ciclo de vida de las destinas turísticas, elaborado por Butler (1980), el Territorio *Quilombola Brejão dos Negros* se encuentra en la etapa inicial de explotación, recibiendo visitantes e investigadores que organizan sus propios viajes y utilizan servicios de uso colectivo de la comunidad. Además de la etapa de desarrollo ha sido posible identificar la potencialidad del territorio para el desarrollo del segmento de Turismo Rural, detectando como necesidad primordial la capacitación profesional de la comunidad local. Así, ha sido elaborado un proyecto de capacitación profesional, que propone acciones de capacitación que permitirán que las comunidades puedan planificar y gestionar el turismo en el territorio, como protagonistas en el proceso de turistificación.

Palabras claves: Turismo de Base Comunitária. Diagnóstico Turístico Participativo. Territorio *Quilombola Brejão dos Negros*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do Território Quilombola Brejão dos Negros.....	23
Figura 2 – Recorte da carta Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itapuama.....	24
Figura 3 – Mapa de delimitação do território quilombola Brejão dos Negros - 2016.....	26
Figura 4 – Localização da comunidade Resina.....	30
Figura 5 – Nuvem de termos relacionados ao conceito de inovação social.....	40
Figura 6 – Atributos do processo de Inovação Social.....	41
Figura 7 – Modelo referencial do Sistema de Turístico.....	43
Figura 8 – O Planejamento como Sistema Aberto.....	45
Figura 9 – Desenho da Pesquisa.....	54
Figura 10 – Mapa de utilização da terra no Território Quilombola Brejão dos Negros.....	61
Figura 11 – Vegetação as margens do rio São Francisco, Brejo Grande/SE.....	62
Figura 11 – Gameleiro e orquídeas na mata da comunidade Santa Cruz.....	66
Figura 12 – Evolução do IDHM de Brejo Grande, Sergipe, de 1991 a 2010.....	72
Figura 13 – Escolas no povoado Brejão, Brejo grande, Sergipe.....	73
Figura 14 – Escolas no povoado Saramém, Brejo grande, Sergipe.....	73
Figura 15 – Evolução do ciclo de vida de um destino turístico.....	92
Figura 16 – Paisagens de influência do rio Paraúna.....	93
Figura 17 – Curso do Rio Parapuca.....	94
Figura 18 – Cambuí, ouricurí e ubaia.....	99
Figura 19 – Antigo engenho Cajuípe, 2017.....	101
Figura 20 – Pratos da Gastronomia quilombola do território, Santa Cruz.....	103
Figura 21 – Pé de Moleque, doce tradicional feito com coco e mandioca.....	105
Figura 22 – Imagens do cortejo para o levantamento do Mastro na comunidade quilombola Santa Cruz.....	107

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Comunidade Resina.....	28
Foto 2 – Sede da antiga Fazenda Capivara/Resina.....	28
Foto 3 – Ruínas da Escola Alfredo Leite Martins, inaugurada em 1981.....	29
Foto 4 – Comunidade Santa Cruz.....	32
Foto 5 – Vegetação de influencia fluvial na Resina.....	62
Foto 6 – Pastagem e coqueirais nas áreas de influência fluvial no município de Brejo Grande, Sergipe.....	63
Foto 7 – Vegetação de restinga com espécies mais arbustivas, Brejo Grande, Sergipe.....	64
Foto 8 – Mata de restinga na Santa Cruz.....	64
Foto 9 – Painel coletivo da comunidade Santa Cruz.....	65
Foto 10 – Painel coletivo da comunidade Resina.....	65
Foto 11 – Manguezal, povoado Carapitanga, Brejo Grande, Sergipe.....	67
Foto 12 – Unidade de Saúde da Família Jader Pereira Farias, Brejão, Brejo Grande, Sergipe.....	74
Foto 13 – Unidade de Saúde da Família Carlos Augusto Ferreira, Saramém, Brejo Grande, Sergipe.....	74
Foto 14 – Barco, o principal meio de transporte dos moradores da Resina, Brejo Grande, Sergipe.....	75
Foto 15 – Rodovia SE-100, trecho entre o Povoado Carapitanga e o entroncamento de acesso à comunidade quilombola Santa Cruz.....	76
Foto 16 – Placa da Obra de Regularização das Estradas vicinais de acesso ao Porto do Saramém, Brejo Grande.....	76
Foto 17 – Placa da obra de construção da estrada vicinal de acesso à comunidade quilombola Resina, Brejo Grande, Sergipe.....	77
Foto 18 – Estrada de acesso às comunidades quilombolas Santa Cruz e Resina, Brejo Grande, Sergipe.....	78
Foto 19 – Lixo sendo queimado na comunidade quilombola Resina, Brejo Grande, Sergipe.....	80
Foto 20 – Organização espacial da comunidade Resina.....	80
Foto 21 – Moradia típica na comunidade Resina.....	81
Foto 22 – Construção de 34 casas entregues à comunidade Santa Cruz em 2017.....	82
Foto 23 – Centro Comunitário de Brejão dos Negros.....	82
Foto 24 – Grupo de Percussão e Dança Afro.....	84
Foto 25 – Viveiro de camarão as margens da rodovia SE-200, no município de Brejo Grande, Sergipe.....	85

Foto 26 – Unidade de beneficiamento de coco na comunidade quilombola Resina, Brejo Grande, Sergipe.....	85
Foto 27 – Cultura de ciclo curto nos lotes da comunidade quilombola Santa Cruz, Brejo Grande, Sergipe.....	86
Foto 28 – Bovinocultura no território quilombola Brejão dos Negros, Brejo Grande, Sergipe.....	87
Foto 29 – Caranguejo uçá, povoado Carapitanga, Brejo Grande, Sergipe.....	87
Foto 30 – Bomba cabeça de cavalo sobre um poço de petróleo na fazenda Onça, no município de Brejo Grande, Sergipe.....	88
Foto 31 – Comercialização de vassouras e esteiras na feira do município Ilha das Flores, Sergipe.....	89
Foto 32 – Artesanatos utilizados na pesca no Território Quilombola Brejão dos Negros.....	89
Foto 33 – local de parada dos asseios para a Foz do Rio São Francisco.....	96
Foto 34 – Rio São Francisco, praia no Porto do Povoado Saramém.....	96
Foto 35 – Farol São Francisco do Norte, antigo povoado Cabeço, Ilha do Arambipe, Brejo Grande/SE.....	97
Foto 36 – Estradas na Mata da Santa Cruz, fazenda Batateiras.....	98
Foto 37 – Amesca.....	100
Foto 38 – Ruínas das estruturas de engenho às margens da Rodovia SE-200, na entrada da cidade de Brejo Grande, Sergipe.....	102
Foto 39 – Cocada comercializada na Foz do Rio São Francisco pelas doceiras do povoado Saramém.....	104
Foto 40 – Comercialização de quitutes a base de coco na feira de Ilha das Flores, Sergipe.....	104
Foto 41 – Casa de Farinha Comunitária, comunidade Santa Cruz, Brejo Grande-SE.....	105
Foto 42 – Procissão da Festa de Santo André na Resina, 2016.....	108
Foto 43 – Apresentação do grupo Maracatu Raízes do Quilombo, Resina, 2017.	109
Foto 44 – Apresentação do grupo Maracatu Raízes do Quilombo, Aracaju, 2016.	109
Foto 45 – Apresentação do Grupo de Percussão e Dança Quilombatique Dancaiê, Santa Cruz, 2018.....	110
Foto 46 – Mel e Polén de abelha fabricados no Território Quilombola Brejão dos Negros.....	110
Foto 47 – Óleo de coco artesanal fabricado por mulheres quilombolas do Brejão dos Negros.....	111
Foto 48 – Artesanatos do Território Quilombola Brejão dos Negros.....	111
Foto 49 – Tapete de crochê produzido pela artesã quilombola Claudeane Bispo, comunidade Santa Cruz, Brejo Grande, Sergipe.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Técnicas e dinâmicas de grupo que foram aplicadas na pesquisa....	56
Quadro 2 – Dimensões analisadas na caracterização da área de estudo.....	58
Quadro 3 – Análise do ambiente externo para o desenvolvimento do TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros.....	114
Quadro 4 – Análise do ambiente interno para o desenvolvimento do TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros.....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CAPÍTULO I – UM OLHAR SOB O TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS.....	17
1.1 Comunidades quilombolas no Brasil.....	17
1.2 O território quilombola Brejão dos Negros.....	22
1.3 Aspectos gerais das comunidades Resina e Santa Cruz.....	27
2. CAPÍTULO II – TBC E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: ALGUNS TEMAS TRANSVERSAIS.....	34
2.1 Do turismo de massa ao Turismo de Base Comunitária – TBC.....	34
2.2 TBC como Inovação Social.....	38
2.3 TBC e planejamento turístico participativo.....	42
2.4 TBC, Turismo Rural e comunidades quilombolas.....	48
3 CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	52
3.1 O tipo de pesquisa.....	52
3.2 Procedimentos técnicos.....	54
3.3 Tabulação e análise dos dados.....	57
4 CAPÍTULO IV – DIAGNÓSTICO TURÍSTICO LOCAL.....	60
4.1 Dimensão socioambiental.....	60
4.2 Dimensão socioeconômica.....	71
4.3 Dimensão Turística.....	91
4.3.1 Atrativos Naturais.....	93
4.3.2 Atrativos Culturais.....	101
4.3.3 Serviços ao visitante.....	112
4.4 Análise ambiental.....	113
4.4 Identificação de tendências e prospecção de cenários para o TBC no território quilombola Brejão dos Negros.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	123
Apêndices.....	130
Anexos.....	156

INTRODUÇÃO

No novo entendimento do espaço rural, pautado na concepção de desenvolvimento centrado na melhoria das condições de vida e inserção das comunidades tradicionalmente marginalizadas (ABRAMOVAY,1999), o rural não pode mais ser apenas o sinônimo de agrícola, uma vez que além da “função produtiva”, ele pode exercer as funções ambiental, ecológica e social, mostrando-se cada vez mais sua multifuncionalidade (CORRÊA, 2009).

No que se refere à agricultura familiar, Maluf (2002) ressaltou que a noção de multifuncionalidade da agricultura é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos.

A noção incorpora a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural. Perante a abordagem multifuncional do espaço rural, o turismo tem sido apontado como uma das atividades possíveis de ser desenvolvida, quando aliada às demais atividades tradicionais da região, reforçando os valores ambiental, cultural e até mesmo o produtivo.

Fabrino (2013), com base no estudo desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS, enfatizou que atualmente presencia-se um significativo avanço de atividades turísticas em comunidades de diferentes conformações. Ainda de acordo com a autora, estas iniciativas se apresentam de inúmeras formas, considerando a diversidade e a complexidade das realidades locais, mas apresentam como um elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo.

Para tais experiências tem-se atribuído genericamente o título de Turismo de Base Comunitária – TBC ou Turismo Comunitário que tem sido apresentado como uma alternativa para a mitigação dos problemas encontrados na realidade de diferentes comunidades tradicionais, dentre elas as comunidades rurais.

Entre essas comunidades tradicionais, estão as comunidades remanescentes de quilombo, que geralmente são marcadas por um longo histórico de exclusão e

injustiça social. Ser quilombola representa o acesso às políticas e programas de combate à exclusão socioeconômica, através dos quais são financiados projetos que implementam ações de melhoria de acesso à cultura, educação, saúde, habitação, emprego e renda.

Atualmente, Sergipe possui 29 comunidades remanescentes de quilombo certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2018). O direito a posse coletiva das terras para a salvaguarda da cultura e melhoria das condições de vida das comunidades remanescentes de quilombo são fatores que influenciam a organização das comunidades para garantirem esses direitos constitucionais.

Na zona rural do município Brejo Grande, no Estado de Sergipe, está localizado o Território Quilombola Brejão dos Negros. Situado numa região de grande potencial turístico, a Foz do rio São Francisco, o território dispõe de uma ampla variedade de recursos naturais que aliados aos recursos culturais podem ser apropriados para fins de desenvolvimento turístico.

Não diferente de outras comunidades quilombolas, a relação dos habitantes do Brejão dos Negros com o ambiente sempre foi pautada na conservação dos recursos naturais, fator decisivo para a sobrevivência e reprodução social. As matas traziam a simbologia da proteção, as práticas extrativistas respeitavam as sazonalidades da produção e ao mesmo tempo garantiam a conservação de espécies vegetais e animais presentes no território.

E ainda, a partir dessa relação, as comunidades foram adquirindo um rico manancial de conhecimentos e saberes sobre a região, repassado entre as gerações. Esses fatores se tornam atrativos dentro da concepção do TBC e são capazes de promover um novo tipo de experiência turística ao ressaltar as peculiaridades e modos de vida das comunidades autóctones.

A implantação do TBC em comunidades tradicionais deve levar em consideração os recursos humanos e financeiros necessários no processo de estruturação e organização da oferta turística local, os quais devem estar adequados às características socioeconômicas e socioambientais.

Assim, conhecer os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais do território quilombola, levantando as problemáticas enfrentadas pelas comunidades é de fundamental importância para que o turismo seja consolidado como uma

alternativa capaz de promover a melhoria da qualidade de vida das famílias do território.

Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo geral elaborar um projeto socioambiental voltado ao empoderamento da comunidade local. Tal projeto objetiva o desenvolvimento de habilidades e competências em empreendedorismo social no turismo a partir de ações de capacitação específicas às necessidades locais.

Para isso, foram traçados quatro objetivos específicos: conhecer o território a partir das dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas; despertar o interesse das comunidades locais no desenvolvimento do turismo local; revelar as potencialidades do capital humano e social das comunidades estudadas para o desenvolvimento do turismo; e levantar as ações necessárias na resolução das problemáticas locais para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no território.

Levando-se em consideração os objetivos da pesquisa, foi adotado como método científico o dialético. Essa corrente metodológica permite uma postura crítica do pesquisador através de uma abordagem qualitativa, o que permitiu a adoção dos princípios metodológicos da pesquisa-ação no desenvolvimento do trabalho. Com o intuito de analisar a situação do turismo no território quilombola e identificar as potencialidades e as ações necessárias para a implementação do turismo local, na fase inicial da pesquisa foi realizado um diagnóstico participativo.

Para a construção do diagnóstico participativo, além das pesquisas bibliográfica e documental, foi aplicada a pesquisa de campo, onde foram realizadas visitas técnicas e oficinas junto à comunidade, considerando os princípios da pesquisa-ação. As oficinas foram realizadas a partir da aplicação das ferramentas metodológicas de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP (VERDEJO, 2010), muito utilizado nos trabalhos participativos com comunidades tradicionais rurais.

Aliada aos princípios da pesquisa-ação, estas ferramentas metodológicas participativas permitiram o desenvolvimento do trabalho em campo e o alcance dos resultados conforme a realidade local estudada. Nas comunidades, a aplicação das ferramentas do DRP durante as oficinas participativas seguiu a abordagem pedagógica proposta pela metodologia da Intervenção Participativa dos Atores – INPA (FURTADO; FURTADO, 2000).

Desenvolvida para a construção participativa de planos de ação para comunidades de assentamentos rurais, a INPA possibilitou a valorização da participação. As oficinas contaram com participantes que representaram duas comunidades do território quilombola, Resina e Santa Cruz. A escolha dessas duas comunidades levou em consideração, dentre outros aspectos, a grande representatividade das famílias quilombolas residentes nestas comunidades e a posse definitiva das terras onde moram e desenvolvem suas atividades agrícolas.

Nas oficinas, foi possível detectar as demandas e a realidade local, a partir das quais foi possível elaborar o diagnóstico participativo local. No diagnóstico foi realizada uma análise ambiental, a análise SWOT. A partir dessa ferramenta de gestão foram identificadas as forças, ameaças, oportunidades e fraquezas do território para o desenvolvimento do turismo. A análise SWOT é uma ferramenta de gestão utilizada para análise de cenários, e foi aplicada para concluir o diagnóstico participativo na elaboração de futuras ações de intervenções necessárias, tendo em vista o cenário atual e o cenário futuro das comunidades para o turismo.

Além de identificar as potencialidades locais a partir da promoção da participação comunitária, a elaboração de um diagnóstico participativo forneceu subsídios para elaboração do Projeto “TBC e empreendedorismo social no Quilombo Brejão dos Negros” (APÊNCICE A), que constitui no objetivo geral do presente trabalho.

Esse projeto é um produto tecnológico elaborado a partir das demandas encontradas e evidenciadas pelas comunidades Resina e Santa Cruz. Tal produto pode ser desenvolvido para a implementação de um turismo mais acessível e sustentável, no qual a comunidade local tenha uma efetiva ação e representação na gestão dos meios de produção e no planejamento turístico local.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo é centralizado em três temas que introduzem o Território Quilombola Brejão dos Negros e sua relação com o turismo. Inicialmente é trabalhado o conceito de quilombo no Brasil com uma breve contextualização histórica destas comunidades, destacando o processo de titulação das comunidades. Em seguida, faz-se uma caracterização do Território Quilombola Brejão dos Negros, destacando o olhar sob este objeto de estudo. Por último, são apresentadas as comunidades Resina e Santa Cruz, destacando suas histórias de formação e a realidade atual.

O segundo capítulo traz uma revisão teórica sobre as categorias de análise que transitam sobre o tema da pesquisa. O capítulo trata, inicialmente sobre o surgimento do turismo de base comunitária, seus conceitos e princípios, adentrando na visão do TBC como Inovação Social e sobre a participação das comunidades no planejamento do turismo. Ao final do capítulo é feita uma correlação entre TBC, Turismo Rural e comunidades quilombolas.

No terceiro capítulo são detalhados os procedimentos metodológicos que deram científicidade aos resultados obtidos através do trabalho da pesquisa. Assim, este capítulo expõe as técnicas e ferramentas metodológicas que foram aplicadas durante o trabalho científico.

O quarto capítulo caracteriza turisticamente o território, fazendo uma análise ambiental das comunidades a partir da análise da matriz SWOT, identificando as potencialidades turísticas do território. Assim, o capítulo buscou descrever e analisar os elementos que influenciam o sistema turístico do território quilombola. Assim, o capítulo trata da caracterização socioambiental, socioeconômica e turística, fazendo a análise ambiental da área para o desenvolvimento do turismo através da análise SWOT, a partir da qual são identificadas as tendências e prospecção de cenários para a comunidade em relação à atividade turística.

Espera-se que o diagnóstico turístico sirva de base para as futuras ações no desenvolvimento da atividade pelas comunidades locais e que, sendo executado, o Projeto “TBC e empreendedorismo social no Quilombo Brejão dos Negros” seja capaz de mobilizar e sensibilizar os quilombolas sobre a necessidade de organização e estruturação da oferta turística local, vendo no turismo uma oportunidade viável de diversificação das fontes de renda das famílias.

No que pese a contribuição científica da pesquisa, espera-se que a construção de um conhecimento resultante da sistematização de informações e dos saberes locais, seja capaz de trazer para a academia um novo conjunto de debates e entendimentos, até então, pouco discutidos, contribuindo para futuras pesquisas que tenham como foco o estabelecimento do Turismo de Base Comunitária em comunidades rurais tradicionais e quilombolas.

CAPÍTULO I

UM OLHAR SOB O TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS

Este capítulo é centralizado em três temas que introduzem o Território Quilombola Brejão dos Negros e sua relação com o turismo. Inicialmente é trabalhado o conceito de quilombo no Brasil com uma breve contextualização histórica destas comunidades, destacando o processo de titulação das comunidades. Em seguida, faz-se uma caracterização do Território Quilombola Brejão dos Negros, destacando o olhar sob este objeto de estudo. Por último, são apresentadas as comunidades Resina e Santa Cruz, destacando suas histórias de formação e a realidade atual.

1.1 Comunidades quilombolas no Brasil

Quilombo é uma palavra africana que em sua origem significava um lugar de pouso para povos nômades ou em deslocamento. Com o passar do tempo, a palavra incorporou o significado de acampamentos de caravanas de comércio (ANDRADE; ESTEVES; LIMA, 2010).

Ainda de acordo com os autores, no contexto brasileiro, a palavra quilombo ganhou o sentido de comunidades autônomas de escravos fugidos, sendo que “o conceito de quilombo é relativo à organização política em confronto com o poder colonial” (PEREIRA, 2012, p. 33).

Andrade; Esteves; Lima (2010, p. 94) ressaltaram que o

quilombo brasileiro é, sem dúvida, a cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos. A matriz de inspiração dos quilombos adveio de um longo processo de amadurecimento ocorrido na área cultural *bantunos* séculos XVI e XVII, de instituições políticas e militares transétnicas, centralizadas e formadas por homens guerreiros cujos rituais iniciáticos tinham a função de unificar diferentes linhagens.

Originalmente, os quilombos eram áreas de mata, afastadas, despovoadas, sem valor imobiliário e de difícil acesso, onde os grupos, formados por negros, índios e brancos pobres, se organizavam e formavam comunidades que trabalhavam para garantir sua subsistência, sobrevivendo e resistindo ao regime escravocrata vigente no país (BENNETT, 2008; IPHAN, 2016).

De acordo com Bennett (2008), devido à violenta perseguição por parte do Estado e dos senhores de engenho, na busca pela recaptura dos escravos fugitivos, era constante a mudança de localidade a cada descoberta do quilombo. O autor disse que, no passado, a organização dos quilombos era socialista, todos os indivíduos tomavam decisões de forma coletiva, havia equidade entre os gêneros e a sobrevivência da comunidade era garantida pela agricultura familiar, artesanato e prestação de serviços.

Apesar dos quilombos se constituírem em espaços de resistência, não se tratava de povos isolados, pois “só se mantiveram ao longo do tempo porque interagiam em seu ambiente e também no espaço urbano da colônia, produzindo os seus meios de subsistência e comercializando os seus produtos”(PEREIRA, 2012, p. 66).

A questão dos quilombos reapareceu no cenário político do Brasil República entre as décadas de 1930 e 1940 (ANDRADE; ESTEVES; LIMA, 2010), quando os movimentos de luta contra o racismo, encabeçados pela Frente Negra Brasileira, passam a “conceber a organização política dos quilombos [...] como exemplo da pura democracia, o discurso era que “Palmares foi a primeira experiência de democracia do Brasil””(PEREIRA, 2012, p. 66).

De acordo com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2016), entre os séculos XVII e XVIII, negros, brancos e índios organizavam a República de Palmares. A Serra da Barriga, no município de União dos Palmares/Alagoas, foi o lugar onde se estabeleceu, no século XVIII, o Quilombo dos Macacos, sede do Quilombo dos Palmares, liderada por Zumbi, governador eleito e vitalício. Organizados em grupos que viviam da agricultura e pecuária, essa população chegou a ser constituída por mais de 30 mil quilombolas. A comunidade foi extermínada em 14 de maio de 1697. Em 1986, a Serra da Barriga foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, sendo que os quilombolas e Zumbi dos Palmares passam a serem símbolos da resistência do negro à escravidão.

A ressignificação dos quilombos teve início na década de 1940, quando emergiu o movimento “quilombismo” que, tendo como líder Abdias Nascimento (1914-2011), apresentava a proposta de mobilização da população negra americana baseando-se na negação do quilombo como um espaço de escravo fugido para a afirmação do mesmo como um espaço de liberdade (PEREIRA, 2012).

No final da década de 1970, a luta da sociedade civil intensifica a luta contra o racismo no país, o Movimento Negro Unificado e outros grupos de negras e negros lutavam e denunciavam o racismo, propondo ações de valorização da cultura negra na sociedade. Já perto do centenário da abolição da escravatura, inspirados nos quilombos, esses movimentos começam a resgatar as suas memórias (MOURA, 2008; PEREIRA, 2012).

O primeiro quilombo a ter sua história resgatada foi o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares – AL, tendo como personalidade principal Zumbi dos Palmares (MOURA, 2008). De acordo com Pereira (2012, p. 67), “foi o ativista do movimento negro gaúcho Oliveira Silva (1941-2009), que imprimiu a ideia de Zumbi dos Palmares como herói nacional, e do dia 20 de novembro, como o Dia Nacional da Consciência Negra”.

Os grupos de remanescentes quilombolas passaram a ganhar mais valorização já no final da década de 1980 (BENNETT, 2008), em grande parte, devido à luta política e social pela valorização da história e cultura do negro e da sua vasta contribuição para a formação da sociedade brasileira. Um dos fatos que exemplificam essa valorização das comunidades remanescentes de quilombos foi a desapropriação da Serra da Barriga, através do decreto nº 96.038, de 12 de maio de 1988 e a criação da Fundação Palmares.

Vinculada ao Ministério da Cultura, com sede em Brasília, a Fundação Cultural Palmares, criada em 22 de agosto de 1988 através da Lei nº 7.668, é a primeira instituição do Estado a tratar sobre a questão racial (ARAÚJO, 2008). A Fundação tem como finalidade a promoção da “preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (artigo 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988).

A Constituição Federal de 1988 – CF/88, também trouxe instrumentos legais de grande importância, a saber o artigo 216, parágrafo 5º, onde “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Já o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT declara que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A primeira titulação de terra quilombolas ocorreu 7 anos após a CF de 1988, em 20 de novembro de 1995, a comunidade Boa Vista, no município Oriximiná, no

Estado do Pará (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2015). Marco da luta das comunidades remanescentes de quilombo, a titulação da comunidade Boa Vista consolidou a titulação coletiva (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2015).

Foi apenas 15 anos mais tarde, com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que passou a existir um regulamento para o processo que confere às comunidades o título ao qual se refere o artigo 68 do ADCT da CF/88. Bennett (2008) mencionou que esta regulamentação trouxe para a Fundação Cultural Palmares, a responsabilidade, dentro do sistema governamental, de emitir a certificação das comunidades remanescentes de quilombos.

Para a emissão deste certificado, de acordo com o Decreto, é necessário que a comunidade pleiteante obedeça aos critérios de auto-atribuição de história própria, relações territoriais específicas e a ancestralidade negra atrelada à resistência e à opressão histórica sofrida.

O Instituto Nacional de Reforma Agrária – Incra, define as comunidades quilombolas como “grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”(INCRA, 2016a).

Eloi Ferreira de Araujo, ex-presidente da Fundação Palmares, em entrevista ao Jornal O Globo, define os quilombos como as “comunidades habitadas por descendentes de escravos, que possuem trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, e, principalmente, são relacionados à resistência à escravidão” (FUNDAÇÃO PALMARES, 2016).

No âmbito legal, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, define remanescentes das comunidades dos quilombos como “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Andrade; Esteves; Lima (2010, p. 95), considera que

Os grupos que são considerados hoje como remanescentes de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

A partir desses conceitos, pode-se concluir que a definição do território quilombola não pode excluir temas que lhe são pertinentes e característicos, tais como: a identidade étnico-racial; identidade histórica; as relações territoriais; a ancestralidade negra; a resistência à opressão histórica; a autodefinição; e a luta pela legitimação de direitos, inclusive o direito à terra. Todos estes temas também permeiam a abordagem do planejamento turístico para esses locais.

De acordo com Bennett (2008), no moderno conceito antropológico, a condição de remanescente de quilombo, é definida de forma a enfatizar dois elementos: a identidade e o território. Tais elementos indicam "a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico" (BENNETT, 2008, p. 25).

O processo de regularização do território quilombola ocorre através da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras. Inicialmente a comunidade se autodefine remanescente quilombola, a Fundação Cultural Palmares emite a Certidão de Autorreconhecimento.

A certidão é apresentada ao Incra para que o mesmo dê início ao processo de titulação e regularização fundiária do território. A partir da elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, este documento tem como objetivo a identificação dos limites das terras das comunidades e é a primeira etapa da regularização (INCRA, 2016b).

O processo de titulação e regularização fundiária é bastante longo, sendo somente mais um de muitos desafios que as comunidades remanescentes de quilombo enfrentam para garantir a posse coletiva do seu território.

Bennett (2008) destaca o conflito agrário como um dos grandes problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas no processo de regulamentação de suas terras. O autor enfatiza que geralmente estas terras são disputadas por grandes fazendeiros, madeireiras e mineradoras que prejudicam o andamento do procedimento legal por meio de longos processos judiciais, ou por meio de coação, ameaça e expulsão dos quilombolas das terras.

De acordo com o INCRA (2018), atualmente, estão abertos 1715 processos de titulação e regularização de comunidades quilombolas, dos quais 977 estão na região Nordeste e 31 no Estado de Sergipe. Dentre estas comunidades, está o

Território Quilombola Brejão dos Negros, que está localizado nos municípios Brejo Grande e Pacatuba.

Frente às problemáticas enfrentadas pelas comunidades remanescentes de quilombo para a afirmação cultural e garantia da sua sobrevivência, o turismo surge como uma das alternativas para promoção do desenvolvimento sustentável local.

Embora exija um mínimo de técnica, informação e ciência na captação dos fluxos de capitais e pessoas para os destinos, no atual contexto de consumo de bens, serviços e simbologias, o turismo tem como base de atratividade o desejo de conhecer o outro, o diferente (PINHEIRO; SANTOS; SANTOS, 2012). O “turismo vive das especificidades, uma vez que as pessoas se deslocam em busca do novo, do inusitado, da aventura, de um lugar – caracterizado pela sua força identitária” (RODRIGUES, 2002, p. 12).

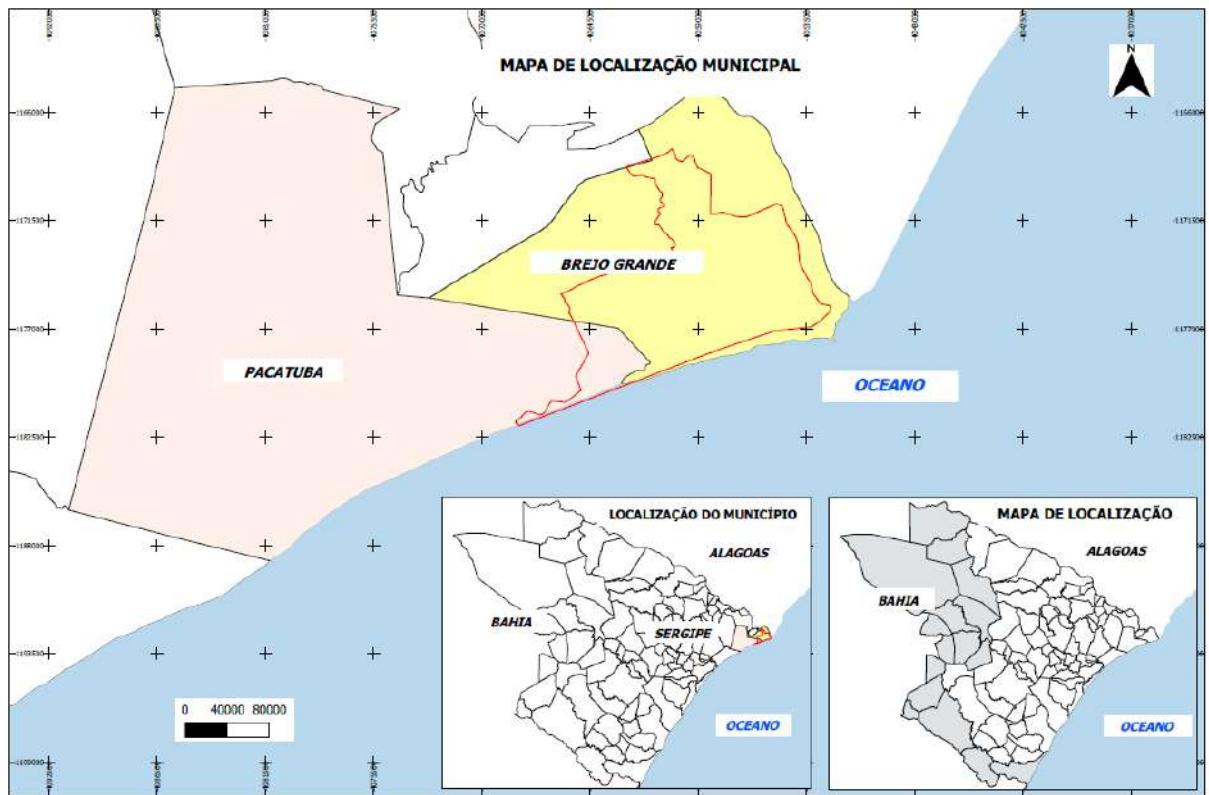
Ao realizar um estudo sobre o turismo na comunidade quilombola de Alcântara, no Estado do Maranhão, Noronha (2015, p. 56) destacou que “no imaginário romântico de quem é “de fora”, o quilombo se constitui como um lugar inatingível, intocado pelo tempo. Para os turistas, o quilombo é coisa do passado. Para as artesãs, quilombo é coisa do presente”.

Deste modo, o turismo apropria-se da identidade étnica quilombola como “uma forma de trazer para o presente algo que já foi perdido na experiência pós-moderna. A aproximação de um outro puro, guardado pelo isolamento e pela tradição imutável” (NORONHA, 2015, p. 48). Pode-se concluir que o elo entre turismo e quilombos se baseia na busca da autenticidade na experiência turística em quilombos, sendo o turismo uma via de valorização do patrimônio cultural e natural da comunidade.

1.2 O território quilombola Brejão dos Negros

Localizado no território do Baixo São Francisco Sergipano, o quilombo Brejão dos Negros está situado na zona da Mata Atlântica, na região nordeste de Sergipe. Banhada pelo Oceano Atlântico e pelo Rio São Francisco, a vasta área do território é privilegiada pelas formações do ecossistema manguezal e pelas áreas com vegetação remanescente de mata de restinga (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do Território Quilombola Brejão dos Negros



Fonte: Elaborado pelo INCRA, 2016.

Conhecida por suas belezas naturais, a região tem como destaque a Foz do Rio São Francisco, onde o rio desagua no mar. As águas do Rio São Francisco e do Oceano Atlântico influenciam profundamente a dinâmica social, econômica e cultural das comunidades locais.

Historicamente, o território do Baixo São Francisco Sergipano foi um grande produtor de açúcar. Em 1857, o município de Neópolis - antiga Vila Nova, da qual fez parte o município de Brejo Grande até o ano de 1926 - contava com cinquenta e dois engenhos, cada um com uma média de vinte e quatro escravos, o que demonstra notável presença do negro na região que atualmente corresponde ao território Brejão dos Negros, tendo em sua formação histórica a constituição de quilombos (INCRA, 2016).

A Figura 2 é um recorte de um mapa produzido por Georg Marcgraf durante uma expedição da Companhia das Índias Ocidentais no Rio São Francisco entre os anos de 1638 e 1643. Esse material reunia informações dos territórios conquistados pela companhia holandesa no Nordeste, editado em 1647 por Joan Blaeu, ele representa a capitania de Sergipe Del-Rey, com indicação de vilas, povoados,

aldeias indígenas, fortalezas e engenhos (BIBLIOTECA DIGITAL DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA USP, 2018).

Figura 2 – Recorte da carta Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itapuama



Fonte: Cartografia Histórica, USP, 2018.

Nesse recorte é possível ver a localização geográfica do engenho Cajuípe, escrito *Acajuiba*, o desenho de uma capela, que representa uma povoação, o rio Paraúna e a palavra Parapitinga, que é um dos antigos nomes de Brejo Grande.

A área onde atualmente se encontram as comunidades do quilombo fez parte do antigo engenho Cajuípe, o que atesta a forte presença da escravidão na memória coletiva, bem como as suas consequências sociais, políticas e econômicas. Além do engenho Cajuípe, outro bastante lembrado é o Bandarra. Este primeiro ainda pertence à família Machado e, assim como outros engenhos desativados, guarda vestígios concretos da escravidão e da produção açucareira na região.

Inicialmente, por se tratar de áreas de brejo e mangue, alagadiças e de difícil acesso, o local onde se encontra o atual quilombo não atraia a atenção de moradores, sendo formado por terras sem donos que serviam de refúgio para os negros. Em entrevistas para a elaboração do relatório antropológico realizado pelo INCRA (2016), a comunidade afirmou que sua formação se deu através da negociação entre os escravos e os antigos senhores dos engenhos locais como uma forma dos escravos “livres” saírem das áreas de engenho onde moravam para ocuparem as áreas de brejo, fato que deu origem ao nome do povoado Brejão.

Mesmo sendo livres, ainda existia uma vigilância senhorial, com a presença forte do negro Jordão, uma personagem bastante temido que fazia a guarda local, agindo como uma espécie de capitão do mato (INCRA, 2015).

Com o declínio da produção açucareira local, já no final do século XIX, as terras alagadiças, por serem propícias ao cultivo do arroz, passaram a ser de interesse dos donos dos engenhos locais. Logo, os herdeiros dos engenhos começaram a transformar essas terras em fazendas de arroz, coco e algodão, processo acompanhado pela expropriação das terras das famílias aquilombadas, que até então viviam nessas áreas, fazendo uso coletivo das mesmas.

As famílias foram expulsas dos locais onde residiam e plantavam ao passo que as pequenas capoeiras¹, os rios, riachos e lagoas foram cercados. Expulsas das terras de onde tiravam seu sustento, as famílias remanescentes migraram para áreas próximas, dando origem aos pequenos povoados locais. Frente à nova realidade, muitas famílias passaram a trabalhar nas fazendas como uma forma de garantir a sua sobrevivência, vendendo sua mão de obra como diarista ou trabalhando no sistema de meeiro na plantação de arroz.

No sistema de meeiro, o fazendeiro permitia que uma família cultivasse uma porção de terra, os encargos financeiros decorrentes da produção eram custeados pela família, sendo a produção dividida ao meio, metade para o fazendeiro e a outra metade para a família. Esse sistema perdurou durante décadas e contribuiu para o agravamento da situação de pobreza local, uma vez que o pequeno agricultor arcava com todos os custos e gastos decorrentes da produção e o lucro mal dava para suprir as necessidades básicas.

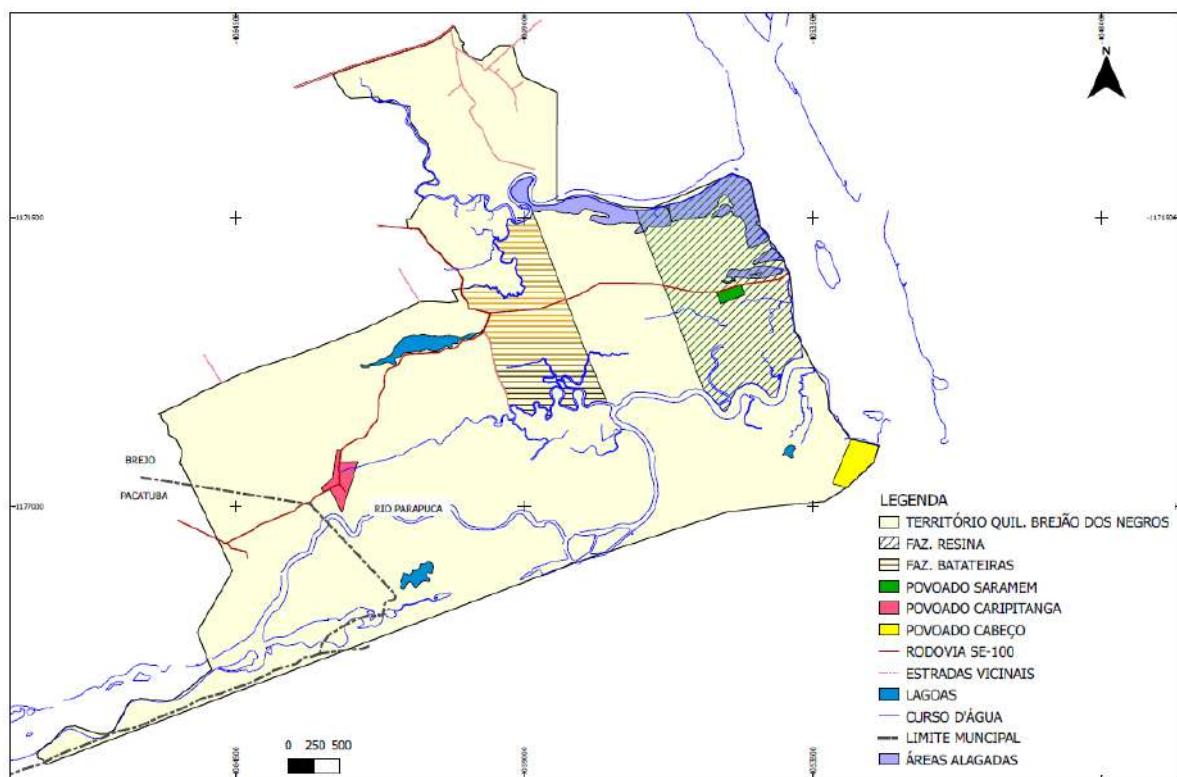
A comunidade sempre reconheceu a história de seus antepassados escravos, mas foi a partir de 2005, com um trabalho do Padre Isaías Guimarães junto às lideranças locais na busca por melhorias sociais para a região, que a comunidade, já se reconhecendo remanescente quilombola, começou a se organizar, conhecer e buscar os seus direitos, formando a Associação Quilombola Santa Cruz do Brejão dos Negros, através da qual foi possível receber a certificação de território quilombola junto à Fundação Cultural Palmares.

¹ Nesse sentido, capoeira significa uma pequena área de terra que tem derrubada a sua mata original para a criação de animais de pequeno porte, a exemplo da galinha, disso surge a expressão “galinha de capoeira”. (Dicionário Aurélio. **Capoeira**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/capoeira>. Acesso em 6 de fevereiro de 2017).

Após a certificação, foram iniciados os estudos antropológicos pelo INCRA para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, quando foi possível delimitar a área atual correspondente ao território, estimada em 8.125,5 hectares, sendo que 88% encontram-se no município de Brejo Grande e 12% em Pacatuba.

O território do quilombo é composto pelas comunidades de Brejão, Carapitanga, Guaratuba, Saramém, Resina e Santa Cruz, como demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Mapa de delimitação do território quilombola Brejão dos Negros -2016



Fonte: Elaborado pelo INCRA, 2016.

Nos últimos anos, o rio São Francisco vem sofrendo um processo de salinização que tem provocado radicais mudanças na organização socioeconômica dessas comunidades.

A vegetação local, a pesca e a agricultura, largamente representada pelo cultivo do arroz e do coco, tem sofrido bruscas alterações. Este fato tem obrigado as famílias que vivem da pesca e da agricultura a buscarem novas alternativas de renda e trabalho. Atrelado a isto, a construção dos viveiros para a carcinicultura²,

² Criação de crustáceos em viveiro, neste caso, o camarão. (Dicionário Aurélio. **Carcinicultura**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/carcinicultura>. Acesso em 6 de fevereiro de 2017).

vem causando a devastação de ilhas e mangues da área, interferindo na pesca e na cata do caranguejo, que são uma das principais atividades das comunidades locais.

Aliado à pesca, ao comércio e às atividades agrícolas, o turismo pode ser uma nova alternativa de renda e trabalho para as comunidades locais, promovendo um desenvolvimento de base local a partir do uso sustentável dos recursos culturais e naturais. No entanto, assim como a agricultura e as atividades extrativistas, são necessários organização e engajamento das comunidades locais na adoção de um turismo sustentável, que promova a educação ambiental e patrimonial, respeitando as demandas locais na valorização do quilombo enquanto território de lutas e conquistas sociais.

O turismo, como uma das alternativas de uso do território, pode auxiliar na (re)valorização identitária da comunidade quilombola, apresentando-se como uma inovação social a partir da adoção de um modelo próprio de auto-gestão que leve em consideração o levantamento e adoção de soluções adequadas à problemáticas locais. Pra tanto, é de extrema importância a escolha e uso de metodologias que promovam a participação e envolvimento da comunidade local no planejamento desse turismo.

1.3 Aspectos gerais das comunidades Resina e Santa Cruz

Em 2005, ao realizar um trabalho para conhecer a realidade social do município de Brejo Grande, na condição de pároco e junto com as lideranças locais, o padre Isaías Carlos Nascimento Filho falou que encontrou

[...] mais de sessenta famílias morando na Fazenda Resina, às margens do Rio São Francisco, em uma área de, aproximadamente, 215 hectares, vivendo na miséria, cheios de bichos-de-pé, em casebres de taipa e palha de coqueiro, sem uma cama para dormir, sem direito de plantar sequer um pé de coentro, rodeadas por 11 lagoas naturais, somando 126 hectares plantados de arroz por um só arrendatário não residente. O Sr. Chico Rosa, um morador da Resina, já falecido, nos seus 64 anos, dizia que o povo dessa comunidade não era escravo, mas era tudo cativo, porque vivia trabalhando no arroz e no algodão de graça para os fazendeiros, sem nada em troca. E sempre dizia que o povo só não era escravo porque não apanhava. Então, o modo de vida dessa comunidade sempre esteve associado à condição de submissão aos fazendeiros, fosse na roça, fosse na pesca (Ata da em reunião na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 55^a Legislatura, realizada dia 5 de novembro de 2015, Senado Federal).

A Resina é uma comunidade rural que tem como principal atividade econômica a pesca artesanal, muito relacionada ao fato da comunidade margear o

rio São Francisco. Autodeclarada comunidade remanescente de quilombo desde 2006, a Resina faz parte do Território Quilombola Brejão dos Negros, tendo como principal característica o modo de vida tradicional de uma vila de pescadores (Foto 1).

Foto 1 – Comunidade Resina



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017

A comunidade se estabeleceu na área da Fazenda Capivara/Resina (Foto 2), um imóvel rural que se estendia do rio Paraúna ao rio Parapuca, conforme demonstrado.

Foto 2 – Sede da antiga Fazenda Capivara/Resina



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

A monocultura da cana-de-açúcar foi uma das primeiras atividades econômicas a ser desenvolvida no local, mantendo em atividade o antigo engenho Capivara. Posteriormente, a cultura da cana-de-açúcar foi substituída pelas culturas do arroz e coco.

A rizicultura era realizada de maneira artesanal, já que o arroz era plantado “no dedo”, o que exigia um trabalho coletivo. De acordo com os moradores, cada família cultivava o arroz num “pedaço de terra” dentro do sistema de meeiro. Nesse sistema, os trabalhadores custeavam toda produção do arroz (*Oryza sativa*) e ficavam com a metade do que era colhido.

As famílias também desenvolviam agricultura de subsistência (macaxeira, milho, melancia e outros alimentos) em pequenas roças. O trabalho na roça era permitido e incentivado pelos proprietários, pois preparava a terra para os coqueirais.

Ainda de acordo com os moradores, no auge da rizicultura, a Resina possuía um número maior de habitantes. As ruínas de uma escola municipal construída na década de 1980 (Foto 3) e da casa de farinha são os únicos vestígios que comprovam esse relato, uma vez que os moradores não conseguiam construir casas de alvenaria, pois as condições financeiras e os proprietários não permitiam.

Foto 3 – Ruínas da Escola Alfredo Leite Martins, inaugurada em 1981.

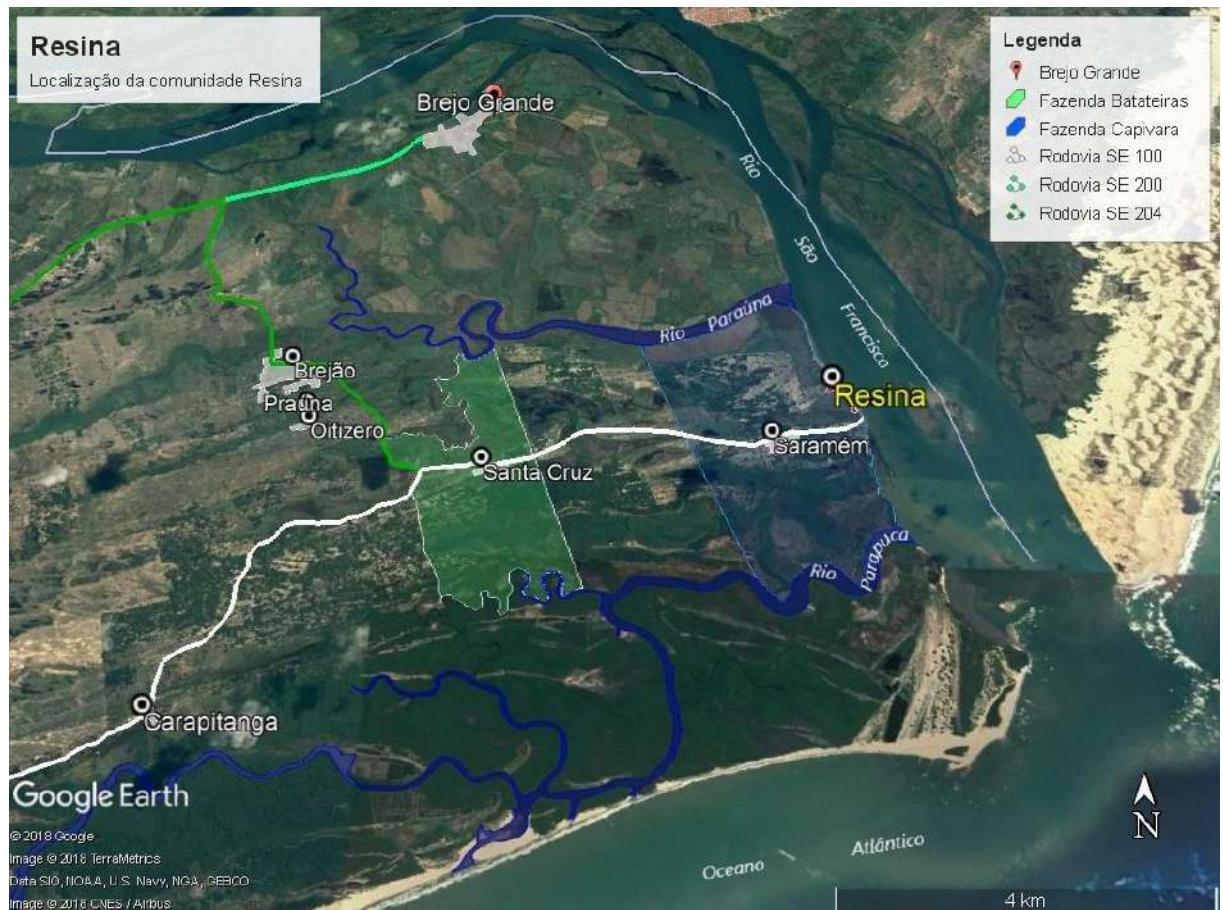


Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

O número de habitantes diminuiu na década de 1990, quando a introdução de máquinas extinguia o trabalho artesanal nas lagoas de arroz da região e muitos moradores tiveram que deixar o povoado em busca de outros meios de sobrevivência.

Atualmente, a Resina é um dos povoados do município de Brejo Grande, localizada a latitude 10°28'11.98"S e longitude 36°25'13.89"O (Figura 4). A comunidade está a 17 km de distância da sede municipal e 149 km da capital sergipana.

Figura 4 – Localização da comunidade Resina



Fonte: Elaborado a partir do Google Earth, 2018.

Em 2011, através das ações realizadas pelo Incra no processo de titulação do Território Quilombola Brejão dos Negros, uma ação da Justiça Federal antecipou a tutela de uma área com cerca de 172 hectares sobre a antiga fazenda Capivara/Resina.

De acordo com os relatos da comunidade, a posse dessas terras gerou muitos conflitos com posseiros e proprietários, que cortaram cercas, adentraram nas

terras demarcadas sem a autorização e promoveram a destruição dos plantios das famílias quilombolas.

Segundo o INCRA (2016), esses conflitos foram intensificados com a especulação da construção de um grande empreendimento turístico pela Sociedade Nordestina de Construções S.A – NORCON no local. De acordo com esse mesmo relatório, o objetivo da empresa era construir um *resort* e um condomínio de luxo para o turismo internacional, tratava-se de um mega-projeto de ecoturismo já existente na República Dominicana.

Com essa especulação imobiliária para o uso turístico, 26 moradores da Resina foram morar no povoado Saramém em casas construídas pela NORCON, os posseiros e as famílias quilombolas resistentes ao projeto foram ameaçados e duas casas foram queimadas, essas informações constam no relatório do Incra e também foram relatadas pelos participantes das oficinas realizadas na comunidade Resina.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, os conflitos e ameaças foram reduzidos após a intervenção da justiça. No entanto, através das visitas técnicas e da caminhada transversal, um dos moradores relatou que um recurso judicial em vigor impediu o acesso dos quilombolas da Resina em grande parte das terras tuteladas, inclusive as mesmas já estavam sendo cultivadas pelas famílias, que perderam todo o trabalho realizado na área.

A posse das terras fez da agricultura uma oportunidade de trabalho e de renda que complementava a pesca artesanal, sobretudo, o cultivo do coco e do arroz. No entanto, a salinização das águas do Rio São Francisco vem causando diversas dificuldades na pesca e na agricultura local, como a extinção do cultivo do arroz. Somam-se a isto, a falta de saneamento e as constantes lutas pela reafirmação de seus direitos como comunidade remanescente de quilombo, exigindo cada vez mais da comunidade uma postura empreendedora e inovadora diante de todos os problemas coletivos que lhes são impostos.

Localizada no município de Brejo Grande, latitude 10°28'50.41"S e longitude 36°27'41.80"O, a comunidade Santa Cruz está a 12 km de distância da sede municipal e 144 km da capital sergipana. Santa Cruz é formada por aproximadamente 90 famílias e tem como principal atividade econômica a agricultura familiar, com pequenos lotes onde é cultivada uma grande variedade de alimentos, tais como mandioca, milho, melancia, feijão, quiabo, maxixe e coco.

Localizada na antiga fazenda Batateiras, a comunidade ocupa uma área de 469,06 hectares. A Fazenda foi desapropriada pelo Incra para fins de reforma agrária no ano de 2011. A área foi entregue à Associação Quilombola Santa Cruz do Brejão dos Negros e beneficiou as famílias remanescentes que passaram a trabalhar de forma coletiva nela (INCRA, 2016). Somente em 2014, com a entrega de 50 casas, a área começou a ser urbanizada (Foto 4).

Foto 4 – Comunidade Santa Cruz



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

A posse coletiva trouxe para essas famílias o direito de colheita dos frutos dos coqueiros que já existiam na área, a implantação de culturas de subsistências e a ampliação na quantidade de apiários. De acordo com relatos dos moradores, em 2012, por iniciativa da comunidade e com o auxílio da Deputada Estadual Ana Lúcia, foi construída a Casa de Farinha Comunitária, que tinha como principal objetivo fazer o beneficiamento da mandioca para fins de comércio e consumo interno.

No que tange o desenvolvimento do turismo, Resina e Santa Cruz já recebem visitantes, em sua maioria pesquisadores, e por isso já desenvolvem algumas ações que buscam o fortalecimento da identidade e dos produtos locais, com projetos relacionados à produção do óleo de coco e à gastronomia local. No entanto, essas

comunidades ainda não apresentam um produto estruturado de forma a maximizar a experiência turística no local.

Frente a essa problemática, é imprescindível a execução de projetos voltados ao Turismo de Base Comunitária, uma vez que esse modelo de turismo é capaz de promover a valorização e protagonismo social da comunidade no desenvolvimento do turismo, aliado ao desenvolvimento sustentável local.

CAPÍTULO II

TBC E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: ALGUNS TEMAS TRANSVERSAIS

As demandas atuais por novas formas de consumo vêm refletindo diretamente nas atividades humanas. No turismo, opções de consumo mais sustentáveis e um maior contato com o outro são fatores que influenciam inovações no setor entre elas o Turismo de Base Comunitária, que pode ser entendido como uma inovação social. Neste capítulo, são apresentados temas que permeiam essa nova forma de gerir e fazer o turismo e sua estreita relação com comunidades tradicionais, entre elas as rurais e quilombolas. Assim, o capítulo traz uma reflexão sobre o surgimento desse novo turismo e sua adequação à multifuncionalidade do espaço rural e às demandas das comunidades quilombolas.

2.1 Do turismo de massa ao Turismo de Base Comunitária – TBC

Como um fenômeno moderno, marco da globalização, o turismo teve sua eclosão no século XX, impulsionado pela intensificação do capitalismo industrial na América Latina e na Europa Ocidental (RODRIGUES, 2002). Concebido como a indústria sem chaminés (PINTO; MOESCH, 2005), tradicionalmente, o turismo foi desenvolvido como um setor econômico que gerava diversos benefícios econômicos aos destinos turísticos (MARULO, 2012) que, sob a lógica de reprodução do capital, se consolidavam com base no turismo de massa ou convencional.

Maurer (2011), analisando o processo de globalização e da integração cultural, política, social e econômica parcial das nações, enfatizou que esses processos geraram um ambiente global de rápidas e constantes mudanças e altamente competitivo e excludente.

O processo de globalização fez com que o conteúdo da ciência, técnica e informação diferenciassem os espaços entre si, imprimindo novas desigualdades regionais ou intensificando as já existentes (RODRIGUES, 2002). Assim, como um dos marcos da globalização, o turismo de massa se consolidou como um mercado altamente competitivo e excludente, onde somente os destinos com maior desenvolvimento conseguiam se inserir, captando grande parte dos fluxos do turismo mundial (RODRIGUES, 2002).

Até a década de 1980, quando a questão do turismo sustentável foi levada a sério (SWARBROOKE, 2000), os destinos do turismo de massa, concebidos na lógica da produção intensa, passaram a atrair um grande fluxo de visitantes sem, no entanto, considerar os diversos impactos negativos de âmbitos sociais, econômicos e ecológicos que poderiam ser gerados pela intensificação da atividade (URRY, 1999).

Os impactos negativos do turismo nos destinos são os mais diversos, tais como a superlotação da cidade e os consequentes transtornos na distribuição de água e energia, as mudanças no uso do solo, o aumento na geração de resíduos, (SUTAWA, 2012), a especulação imobiliária, a expulsão de comunidades tradicionais de suas terras (CURIOLANO; BARBOSA; SAMPAIO, 2010), a exploração sexual de crianças e adolescentes (SILVA; ÁVILA, 2010), o aumento do custo de vida local, a perda de identidade e a degradação do meio ambiente natural (FERREIRA, 2005).

Esses impactos “são ainda mais deletérios nas localidades mais pobres onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa de melhoria das condições sociais, mas se transforma em fator de agravamento da situação social” (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 362).

Zaoual (2009) analisou que o turismo de massa, pautado no modelo de produção intensa, além de se demonstrar cada vez mais insustentável e excludente, privilegiando o lucro imediato e de grande escala, acaba por não respeitar as peculiaridades locais, impedindo o diálogo entre as culturas, fazendo do encontro com o outro um simulacro e tratando o patrimônio natural e cultural como produtos turísticos a serem adequados e comercializados de acordo com as necessidades de consumo.

Atualmente, órgãos oficiais e instituições de pesquisa têm demonstrado cada vez mais preocupação em relação aos significativos impactos gerados pelo turismo de massa nos destinos turísticos (BARTOLHO JR et al., 2011). Na Europa, países como a Itália, Espanha e França tem enfrentado os impactos causados pelos fluxos turísticos intensos, entre eles a turismofobia, uma aversão ao turismo massivo.

Na Itália, diversos destinos de férias estão tentando reduzir o fluxo turístico em busca do equilíbrio e da sustentabilidade. Em 2011, a ONG Nostra Itália denunciou o turismo de massa como uma das ameaças ao patrimônio de Veneza (DANI, 2011) e, desde 2016, o governo local vem estudando métodos para a

redução do fluxo e a melhoria da qualidade da experiência turística no destino (EDWARDS, 2016).

Desencadeado pela dinâmica competitiva da globalização e da expansão capitalista mundial, o cenário de exclusão e pobreza levou à necessidade de novos modelos de gestão do turismo baseados na sustentabilidade e na inclusão dos territórios que estão à margem do processo de desenvolvimento social, econômico e tecnológico (GOMÉZ et al., 2015; ZAOUAL, 2009; MALDONATO, 2009; LIMA, 2011). Essas novas concepções buscam o desenvolvimento do turismo a partir da promoção da inclusão social, preservação ecológica, melhoria da qualidade de vida e a participação da comunidade local a partir do seu empoderamento na tomada de decisões.

Goméz et al., (2015) classificaram as tendências de planejamento em *top-down* e *bottom-up*. A tendência *Top-down* é caracterizada pela centralização da tomada das decisões, pelo aumento da competitividade entre as regiões e pela produção em grande escala para atender as demandas do mercado. Já a tendência *bottom-up*, visa a (re)estruturação econômica através da tomada de decisão de forma coletiva, numa lógica integrada de desenvolvimento que busca resolver, através de ações coordenadas por diversos agentes, os problemas coletivos (GOMÉZ et al., 2015).

Nota-se que o planejamento turístico cada vez mais incorpora a tendência *bottom-up*, valorizando a participação comunitária na tomada de decisões sobre o desenvolvimento turístico local (SILVA; COSTA; CARVALHO, 2013).

O crescimento de uma demanda turística cada vez mais exigente, variável e variada, a crescente conscientização ambiental e social dos indivíduos e a necessidade do protagonismo dos agentes locais na gestão do turismo em seus territórios, são fatores que têm impulsionado o crescimento de segmentos de mercado voltados à produção em pequena escala (ZAOUAL, 2009). Esses segmentos tem em comum a valorização do atendimento personalizado e da troca de experiências entre visitantes e a comunidade receptora, valorizando o intercâmbio cultural possibilitado pelo turismo.

Deste modo, o turismo convencional, fruto do modelo de desenvolvimento baseado na tomada de decisões centradas num poder externo e distante da realidade do território, começa a dar espaço para novas formas de turismo, dentre

eles, o Turismo de Base Comunitária (GÓMES et al., 2015; LIMA, 2011; IRVING, 2009).

Mielke; Pegas (2013) relacionaram o surgimento de novas metodologias de trabalho na área do turismo com o contexto econômico da década de 80, ressaltando que, desde que o turismo começou a ser usado estrategicamente como uma ferramenta para reduzir a pobreza, dois processos foram iniciados quase simultaneamente: o Ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária – TBC. Para esses autores o TBC não é um segmento, mas sim uma metodologia de trabalho.

De acordo com Gómez et al. (2015), o TBC surgiu como um contraponto ao turismo de massa, propondo um turismo de pequena escala capaz de preservar os recursos naturais e culturais da localidade, valorizando o modo de vida das comunidades através da convivência entre hóspedes e anfitriões. Com enfoque no desenvolvimento local, o TBC “é uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora” (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 86).

Já para Maldonato (2009, p. 31) o turismo comunitário pode ser entendido como:

toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

Silva; Ramiro; Teixeira (2009, p. 362), em estudo sobre o fomento as iniciativas de TBC no Brasil, destacaram o turismo de base comunitária como um

tipo de organização e oferta do produto turístico [que] possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

De acordo com Bartolho Jr. et al. (2011), embora exista um surgimento significativo de atividades turísticas do tipo TBC em diversas comunidades, e até mesmo uma similaridade em relação aos princípios antropológicos, sociológicos, econômicos, políticos, históricos, psicológicos e ambientais, não existe um conceito amplamente aceito de TBC entre instituições promotoras e publicações acadêmicas.

Os autores ainda destacaram o TBC como uma oportunidade de desenvolvimento do turismo no Brasil com princípios que aliam a conservação ambiental e a valorização cultural do patrimônio das comunidades, promovendo a

diversificação do produto turístico nacional, bem como a dinamização do turismo doméstico local e regional, aumentando também a permanência dos turistas estrangeiros no país.

Irving (2009), afirmou que o TBC não pode ser visto de maneira simplista como um grupo social desfavorecido que recebe visitantes atraídos pelo exotismo como uma oportunidade de renda e melhoria social, mas como uma oportunidade de experiência compartilhada, um encontro de saberes onde “são renovados laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento” (IRVING, 2009, p. 111).

A mesma autora identificou seis premissas do TBC, que são: a base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; a participação e o protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; a escala limitada e os impactos sociais e ambientais controlados; a geração de benefícios diretos à população local; a afirmação cultural e intercultural; e o encontro como condição essencial.

Assim, dentre os modelos de planejamento de turismo voltados ao desenvolvimento local, o TBC surge como uma nova possibilidade de gestão com foco na autonomia e empoderamento da comunidade local diante do modelo hegemônico de desenvolvimento turístico que desconsidera os desejos e necessidades das comunidades receptoras (MENDONÇA, 2009).

Alguns segmentos do mercado turístico apresentam ofertas e demandas que se adequam ao modelo do TBC, tais como o Turismo Rural e o Ecoturismo que concebem as atividades turísticas como uma das alternativas de desenvolvimento local através das quais é possível agregar valor aos produtos e recursos locais e promover ações de sustentabilidade.

2.2 TBC como Inovação Social

O conceito de Inovação Social – IS surgiu nos anos de 1960, sendo desenvolvido até os anos de 1980 sob o domínio da aprendizagem e do emprego. A partir dos anos 80, o conceito de IS passa a ser incorporado ao campo das políticas públicas sociais e do ordenamento territorial, posteriormente também são incorporados os temas da competitividade das empresas e dos territórios (ANDRÉ, ABREU, 2006; DIOGO, 2010).

O CRISES, *Center for Researchon Social Innovations*, é um dos Centros de pesquisa que mais se destacam nos estudos sobre inovação social. Para o CRISES (2016), a IS pode ser entendida como:

*Nuevos arreglos sociales, organizacionales e institucionales o nuevos productos o servicios creados con una finalidad social explícita, surgidos como consecuencia de acciones voluntarias o involuntarias iniciadas sea por una persona o por un grupo de personas, para responder a una aspiración, satisfacer una necesidad, solucionar un problema o aprovechar una ocasión con el fin de modificar relaciones sociales, transformar marcos de acción o plantear nuevas orientaciones culturales. Al ser adoptadas y difundidas, las innovaciones sociales iniciadas de esta manera pueden conducir a transformaciones sociales.*³

Para Diogo (2010, p. 7), “a inovação social é a proposta de uma via efetiva para a resolução de problemas sociais, no sentido de melhorar o bem-estar social e assim promover o desenvolvimento”. De acordo com Maurer (2011, p. 17), “as inovações sociais são entendidas como soluções inovadoras para os problemas ou para as necessidades sociais de determinado grupo ou sociedade”. Ainda de acordo com Maurer (2011, p. 35) a IS “é uma resposta para uma situação social considerada insatisfatória, podendo esta ocorrer em qualquer setor da sociedade”.

Na concepção de André; Abreu (2006, p 124), a IS foi considerada como:

uma resposta nova, socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por vias de mercado; (ii) promoção da inclusão social e; (iii) capacitação de agentes ou actores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão, marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder.

Ao fazer uma abordagem socioespacial da IS, Oliveira (2015, p. 41) definiu a inovação social como:

[uma]solução comunitária de problemas, não necessariamente novas situações, estados ou circunstâncias em determinado momento de um produto ou processo, mas pode ser ressignificação de práticas sociais enraizadas e mesmo abandonadas pela comunidade.

Assim, a IS surge como “um conhecimento aplicado às necessidades sociais por meio de participação, gerando sinergias duradouras para os grupos e comunidades articuladas a um todo espacial” (OLIVEIRA, 2015, p. 42). A Figura 5

³ “Novos arranjos sociais, organizacionais e institucionais ou novos produtos ou serviços criados com uma finalidade social explicita, surgidos como consequência de ações voluntárias ou involuntárias iniciadas seja por uma pessoa ou por um grupo de pessoas para responder à uma aspiração, satisfazer uma necessidade, solucionar um problema, ou aproveitar uma ocasião com o fim de modificar relações sociais, transformar quadros de ação ou planejar novas orientações culturais. Ao ser adotadas e difundidas, as inovações sociais iniciadas dessa maneira podem conduzir à transformações sociais”.

mostra a esquematização de termos relacionados com o conceito de inovação social.

Figura 5 – Nuvem de termos relacionados ao conceito de inovação social



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2016.

A partir da análise dos conceitos, pode-se entender a IS como um processo que visa o levantamento de novas abordagens, produtos ou serviços para a solução de problemas sociais, quebrando paradigmas e apresentando alternativas novas frente aos modelos hegemônicos de produção e reprodução socioespaciais.

No âmbito do turismo, a inovação é um tema que está atrelado tanto à competitividade entre os destinos, como também à solução dos gargalos da gestão pública e privada do setor do turismo. Neste âmbito, um destaque especial pode ser dado aos estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur e o Ministério do Turismo - MTur, através do Observatório de Inovação do Turismo, criado em 2002 (FGV, 2016).

Antes de aprofundar a discussão sobre a IS no âmbito do turismo, em especial na abordagem do TBC como Inovação Social, vale ressaltar os quatro eixos da IS abordados pelo CRISES, que são os seguintes: políticas e práticas sociais; território e coletividades locais; empreendimentos coletivos; e trabalho e emprego. Para o recorte teórico e metodológico deste trabalho, o eixo adotado será o de “Território e coletividades” seguindo uma abordagem territorial do Turismo de Base Comunitária como inovação na gestão de Territórios para a promoção do desenvolvimento local.

A Figura 6 retrata a esquematização dos atributos pertinentes à inovação social.

Figura 6 – Atributos do processo de Inovação Social



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2016.

No âmbito da gestão do turismo, a inovação social está presente através da adoção de estratégias baseadas no *bottom-up*, onde o levantamento de soluções é feito a nível local, sanando problemáticas que até então o modelo de gestão vigente não conseguiu sanar. A IS não pode ser confundida com uma mera participação pública, uma vez que a inovação é uma ação comunitária, com base territorial, inclusão social, empoderamento e atendimento às necessidades locais (OLIVEIRA, 2015).

Sobre o TBC como inovação social, dois estudos embasam essa discussão teórica, a tese de doutorado de Lima (2011) e o trabalho de Gómez et al. (2015). Os trabalhos analisaram as congruências entre os princípios da Inovação Social e os princípios do Turismo de Base Comunitária, deixando claro o caráter inovador do TBC na gestão e desenvolvimento territorial.

Para Lima (2011), o reconhecimento do TCB como uma Inovação Social provoca a necessidade de compreender a complexidade dos processos que objetivam o enriquecimento social das comunidades. Deste modo, pensar o TBC como inovação social implica na compreensão dos processos de empoderamento, relações de poder, aprendizagem coletiva, planejamento participativo e democrático, identidade, inclusão social, desenvolvimento local e endógeno, solidariedade, cooperação, pertencimento, dentre outros processos alternativos que são pertinentes na resolução dos problemas sociais coletivos (LIMA, 2011).

Neste contexto, o TBC, além de fazer o contraponto ao turismo de massa convencional (ruptura com os processos tradicionais), apresenta-se como um modelo de desenvolvimento que está centrado nos recursos e nas decisões dos

agentes locais (*bottom-up* – gestão e controle democráticos), sendo a comunidade o agente principal na produção do espaço turístico (empoderamento e promoção da inclusão social) através da adoção de métodos participativos de planejamento territorial (aprendizagem coletiva) que buscam a solução de problemas locais de ordem econômica, social, ambiental, político e/ou cultural por meio da cooperação (caráter coletivo), sendo a comunidade os protagonistas no planejamento e controle do turismo (GÓMEZ et al, 2015).

2.3 TBC e planejamento turístico participativo

Para Molina (2005), diversos conceitos são estabelecidos para o turismo, geralmente, tais ideias o caracterizam sob dois enfoques: o sociológico, que interpreta o turismo como fenômeno; e o econômico, que trata o turismo como uma indústria. Para o autor, o turismo pode ser concebido como um sistema, tendo como base a Teoria Geral de Sistemas – TGS, esse enfoque analisa o turismo como um sistema integrado por seis subsistemas (superestrutura; demanda; infraestrutura; atrativos culturais e naturais; equipamentos e instalações; e a comunidade receptora) que se relacionam para alcançarem objetivos comuns, que são: contribuir para a evolução geral dos indivíduos e grupos humanos; promover o crescimento e o desenvolvimento econômico e social; e oferecer descanso e diversão.

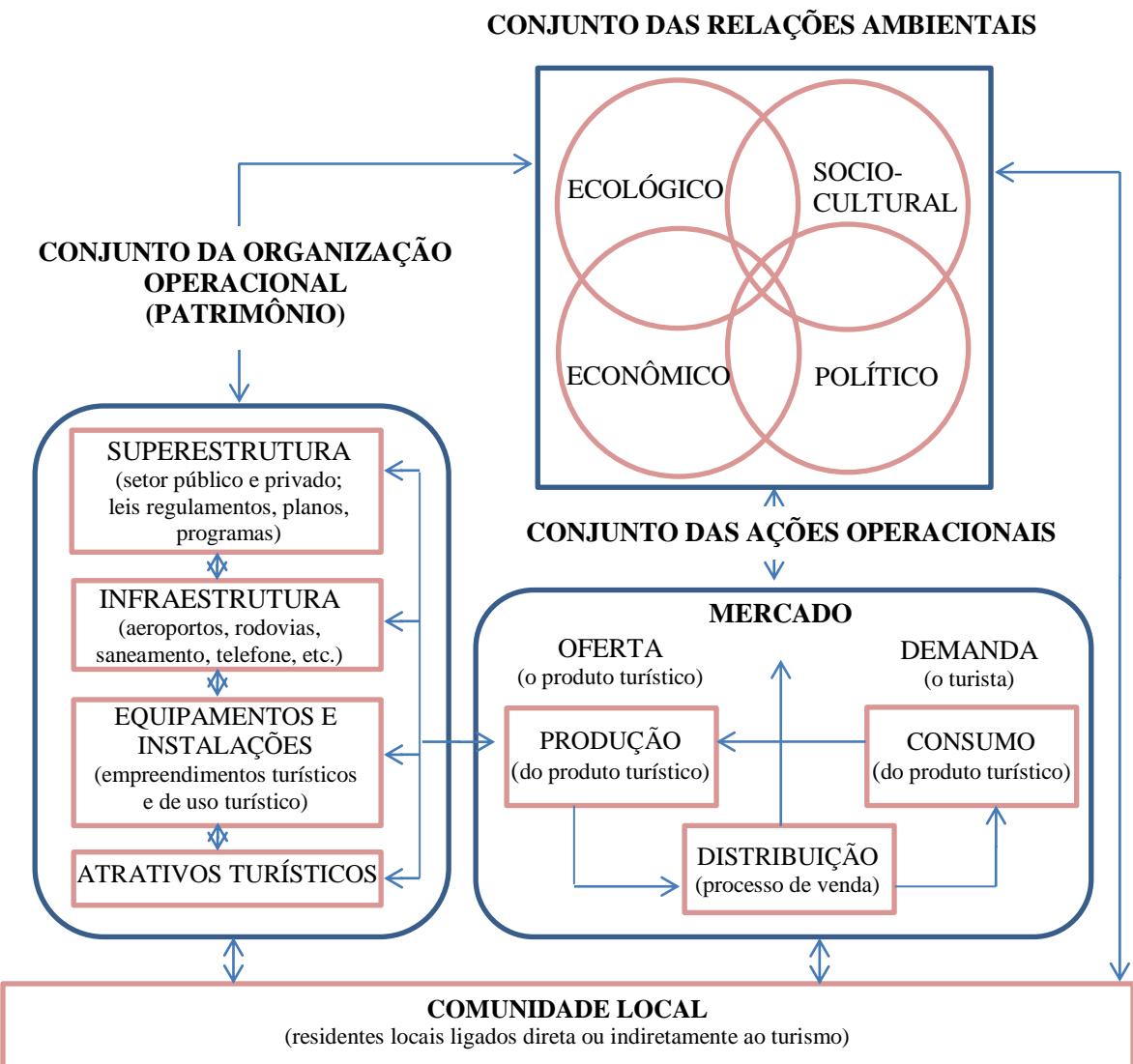
Beni (1998), assim como Molina (2005), analisou o turismo tendo como base a TGS, entendendo o turismo como “como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio”. O autor acrescentou que um sistema deve ter: meio ambiente; elementos ou unidades; relações; atributos; entrada (input); saída (output); realimentação (feedback); e um modelo. Para este autor, o sistema turístico é formado pelos subsistemas: ecológico; social; econômico; cultural; superestrutura, infraestrutura, mercado, oferta, demanda, produção, distribuição e consumo.

Boullón (2002) negou as concepções do turismo como indústria e como ciência, e tratou o turismo como um sistema que é “consequência de um fenômeno social cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos sistemas de transporte” (BOULLÓN, 2002, p. 37). Na concepção de Boullón (2002), o sistema turístico é composto pelas seguintes partes: demanda turística; oferta turística; processo de venda; produto turístico; empreendimentos e atrativos

turísticos; infraestrutura; superestrutura; e o patrimônio turístico (a integração entre atrativos, empreendimentos, infraestrutura e superestrutura).

Baseado numa análise dos subsistemas propostos por Beni (1994), Boullón (2002) e Molina (2005), a Figura 7 representa um modelo referencial do sistema turístico.

Figura 7 – Modelo referencial do Sistema de Turístico



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2016.

O planejamento sistêmico do turismo desempenha funções orgânicas para o sistema turístico, uma vez que aborda o turismo de maneira integral, analisando as partes que o compõem e as relações entre elas (MOLINA, 2005). Assim, o turismo passa a ser compreendido como um objeto orgânico e um sistema aberto, uma vez que estabelece uma relação de troca de influências com o meio ambiente externo (BENI, 1998; MOLINA, 2005).

O enfoque sistêmico no planejamento turístico apresenta-se como um método holístico capaz de conhecer a complexidade de forma organizada e a totalidade do turismo em um determinado espaço (MOLINA, 2005). Já o planejamento pode ser entendido “como um instrumento eficaz para racionalizar a criatividade, bem como para organizar relações dinâmicas e equilibradas entre o ambiente natural, a tecnologia, os grupos humanos e os indivíduos” (MOLINA, 2005, p. 23).

Deste modo, a abordagem sistêmica do planejamento permite analisar de maneira mais ampla os agentes e componentes do sistema turístico, entendendo as suas relações e funções, sendo um mecanismo eficaz para a realização de diagnósticos e prognósticos do turismo num recorte espacial, como um território quilombola.

O turismo se estrutura num território quilombola a partir da articulação entre os agentes econômicos socioculturais, sejam estes públicos ou privados. A existência de uma demanda pelo turismo em territórios quilombolas reforça a organização desses agentes na promoção e estruturação de um produto turístico.

Geralmente, o produto turístico do quilombo está baseia-se na autenticidade, na história, na identidade étnica-racial, na valorização cultural e nos princípios da sustentabilidade. O quilombo, enquanto destino turístico, deve refletir os anseios da demanda turística que busca o singular e sustentável, reflexo das ideias do contexto (meio) sociocultural, político, econômico e ecológico.

Assim, esta articulação entre os subsistemas está centrada na experiência turística, tendo como objetivo satisfazer as necessidades de todos os agentes envolvidos. Isso significa dizer que o turismo deve ser desenvolvido de forma a beneficiar econômica, social, ambiental e culturalmente a comunidade de remanescente quilombola e ao mesmo tempo em que proporciona ao turista uma experiência enriquecedora.

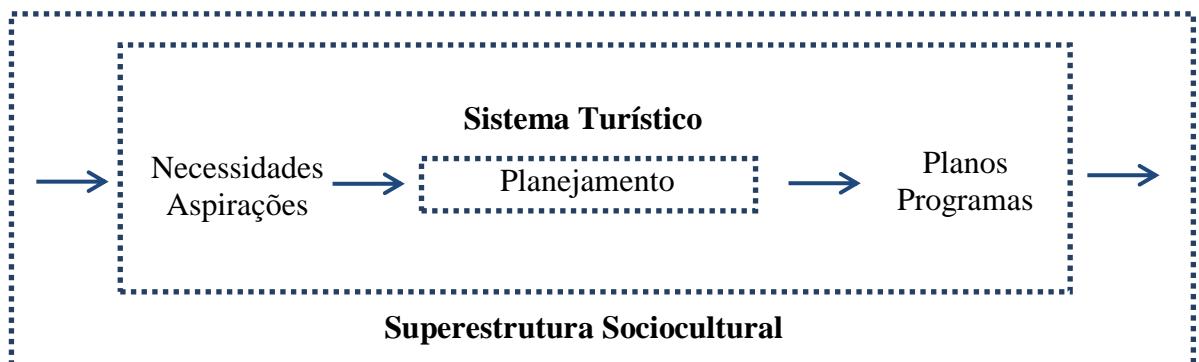
Deste modo, o turismo se apresenta como um conjunto de atividades econômicas, social e culturais que se relacionam entre si e com o meio, operando em função de um objetivo comum.

Visto como um sistema aberto, o planejamento não é algo para ser utilizado de forma isolada, mas deve estar de acordo com os valores, necessidades e expectativas de todos os grupos sociais envolvidos, incluindo a comunidade local (MOLINA, 2005). Deste modo, o processo de planejamento se baseia no consenso

entre todos os envolvidos, “todos planejam, todos são especialistas” (MOLINA, 2005, p. 43).

Ainda de acordo com Molina (2005), o planejamento não deve ser utilizado de forma isolada, mas deve estar de acordo com os valores, necessidades e expectativas de todos os grupos sociais. Assim, o planejamento deve ser visto como um sistema aberto, como mostra a Figura 8.

Figura 8 – O Planejamento como Sistema Aberto



Fonte: Adaptado de Molina, 2005, p. 42.

O processo de apropriação dos espaços pelo turismo demanda diversos instrumentos de gestão que visem minimizar os impactos negativos gerados e, ao mesmo tempo, maximizar seus impactos positivos através do adequado uso dos recursos disponíveis. Portanto, o planejamento turístico pode ser entendido “como um instrumento eficaz para racionalizar a criatividade, bem como para organizar relações dinâmicas e equilibradas entre o ambiente natural, a tecnologia, os grupos humanos e os indivíduos” (MOLINA, 2005, p. 23).

Para Simmons (1994), todas as escalas de planejamento são importantes para o turismo – internacional, nacional, regional e local – no entanto, o planejamento a nível local é vital para qualquer região que deseja garantir, ao mesmo tempo, a oferta de experiências turísticas satisfatórias aos seus visitantes e os benefícios para as comunidades nas áreas de destino.

Na abordagem de Molina (2005), o planejamento está a serviço de determinados valores e propósitos. Estes valores e propósitos são representados pelas demandas sociais turísticas, que por sua vez, estão relacionadas às necessidades e aspirações dos agentes turísticos. Os agentes turísticos podem ser compreendidos em cinco: empresas; comunidade local; turistas e visitantes; instituições do setor público; e as instituições de ensino e pesquisa (MOLINA, 2005).

Um dos fenômenos que se manifestam no processo de apropriação do espaço pelo turismo é o “pouco ou nenhum conhecimento das expectativas e aspirações dos grupos locais situados no âmbito territorial em que surge o turismo” (MOLINA, 2005, p. 19).

Simmons (1994) e Molina (2005) destacaram uma tendência do planejamento que é a sua descentralização. Descentralizar o planejamento é torná-lo mais compatível com as realidades locais a partir da ampliação das instâncias de tomada de decisão, o que é possível através do planejamento participativo, onde as aspirações e necessidades de todos sejam entendidas e atendidas (SIMMONS, 1994; MOLINA, 2005). O planejamento descentralizado, assim, é um “instrumento para satisfazer as exigências dos turistas, dos integrantes das comunidades locais e das empresas em geral” (MOLINA, 2005, p. 18).

Simmons (1994), em seu trabalho *“Community participation in tourism planning”*, analisou a inserção da comunidade local no planejamento como uma tendência que vem sendo incorporada pelos planejadores do turismo. De acordo com o autor, “os residentes estão sendo cada vez mais vistos como parte essencial na ‘atmosfera hospitalar’” (SIMMONS, 1994, p. 98). O autor completou esse pensamento quando disse que

Entre os recursos turísticos, os moradores locais estão sendo vistos cada vez mais como núcleos do produto turístico. Também são reconhecidos que os impactos positivos e negativos do turismo são mais evidentes no âmbito local. Em resposta, os planejadores do turismo destacam a necessidade de descentralizar o planejamento turístico e integrá-lo aos objetivos gerais da comunidade (Simmons, 1994, p. 98).

O TBC, como uma inovação social, para ser implantado numa localidade, necessita da participação da comunidade, uma vez que a mesma deve se mostrar aberta ao ambiente externo (turistas, intermediários, financiadores, instituições de pesquisa), que se permita correr os riscos de forma consciente e planejada (os riscos que envolvem a atividade turística, como os impactos negativos), e que esteja disposta e capacitada para ser protagonista do desenvolvimento turístico do seu território (DIOGO, 2010).

Sobre a participação dos agentes locais, André; Abreu (2006, p. 133) destacaram que essa

Participação activa implica ter a possibilidade e capacidade de decisão, ou seja, ter acesso à informação e ao conhecimento necessários à escolha e à identificação de soluções-respostas adequadas, ser socialmente reconhecida a decisão e ser exigida a responsabilidade de quem decide.

A participação ativa exige conhecimento por parte da comunidade local, deste modo, a equipe que está à frente de uma proposta de TBC para um dado local deve ter a sensibilidade e responsabilidade de trazer para a comunidade as informações e conhecimentos necessários sobre o TBC e sobre o turismo, com a finalidade de fazer com que a comunidade possa saber realmente do que se trata essa alternativa de desenvolvimento, seus possíveis impactos e os riscos (SIMMONS, 1994; MALDONATO, 2009).

A comunidade local só pode participar efetivamente se a mesma dispuser do conhecimento necessário para tomar decisões adequadas, e suas decisões devem ser reconhecidas (SIMMONS, 1994; FURTADO; FURTADO, 2000). A participação não se trata de uma mera consulta pública, mas de um processo de construção onde a comunidade é a protagonista, principal afetada com o desenvolvimento do turismo e grande detentora dos conhecimentos e saberes locais (SIMMONS, 1994; FURTADO; FURTADO, 2000).

No entanto, para que o planejamento participativo seja eficaz e eficiente, é necessária a escolha de métodos adequados à realidade local (meio ambiente natural, sociocultural, econômico e político), ao estágio de desenvolvimento do turismo, bem como ao resultado esperado com a participação (número de pessoas, tipos de dados, importância das discussões a serem alcançados) (SIMMONS, 1994). Deste modo, a participação

envolve a criação de oportunidades concretas para as pessoas tomarem iniciativas, terem voz nas decisões relativas ao desenvolvimento, melhorar em seu acesso aos meios de produção, incluindo a produção de conhecimento, e tomarem parte concreta dos benefícios do desenvolvimento (FURTADO; FURTADO, 2010, p. 61).

Partindo da ideia de que “planejar bem o espaço é descobrir sem erro como é a realidade (nossa realidade, não outra), e ser capaz de imaginar aquilo que devemos agregar-lhes, para que, sem que se perca seus atributos, adapte-se a nossas realidades”(BOULLÓN, 2002, p. 8), infere-se que o planejamento turístico deve ser concebido de forma sistêmica (BENI, 1998; BOULLÓN, 2002; MOLINA, 2005; MIELKE, 2009), uma vez que a realidade local é melhor descoberta, percebida e analisada de forma holística e organizada, sendo elaborado de forma participativa.

Assim, para a realidade sociocultural, econômica, ambiental e políticas de uma comunidade de remanescentes de quilombo, o turismo pode significar muitos benefícios, mas o mesmo deve ser estruturado a partir de uma abordagem sistemática do planejamento turístico. Este planejamento deve levar em

consideração as realidades e necessidades locais, garantindo o envolvimento e a participação de todos os agentes nas tomadas de decisão na busca de um objetivo comum que é o desenvolvimento sustentável do turismo.

Nessa perspectiva de busca por um planejamento mais descentralizado, participativo e local, o TBC apresenta-se como um método alternativo de planejamento turístico que agrega ao processo de desenvolvimento turístico local premissas indispensáveis, tais como: empoderamento da população local; participação e protagonismo da comunidade local, economia solidária, valorização cultural, desenvolvimento local, sustentabilidade.

2.4 TBC, Turismo Rural e comunidades quilombolas

O processo de intensificação da globalização e a modernização dos meios de produção agrícola causaram grandes transformações no meio rural, aumentando as desigualdades no campo e tornando as comunidades tradicionais rurais cada vez mais excluídas do sistema de produção e consumo global. Frente às desigualdades e ao processo de desvalorização dos meios de produção tradicionais, as comunidades rurais são levadas a buscar novas alternativas de fonte de renda capazes de dinamizar a economia local partindo da crescente valorização da manutenção do espaço rural com estratégia de sustentabilidade (MTUR, 2010).

Nesse contexto surge um movimento de revalorização da paisagem e do modo de vida presentes no espaço rural. Não existe um consenso universal sobre a definição do que é o espaço rural, mas, para os fins aos quais se destina a presente pesquisa, coube adotar as considerações feitas pelo Ministério do Turismo. Para o Mtur (2010), o espaço rural é constituído com base nas características fundamentais da produção, da paisagem, da biodiversidade, da cultura e do modo de vida que são moldadas pela atividade agrícola, pela lógica familiar, pela cultura comunitária e pela identidade com os ciclos da natureza.

A revalorização da ruralidade pela sociedade contemporânea tem incentivado “o surgimento de novas funções econômicas, sociais e ambientais para o espaço rural, permitindo ao agricultor novas maneiras de garantir sua permanência no campo” (MTUR, 2010, p. 11). Concebe ao rural e que contempla as características do meio rural. A este movimento é dado o termo de multifuncionalidade do espaço

rural, que pode ser entendido como a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas, tais como indústria, lazer, turismo, moradia, conservação da natureza e prestação de serviços (FROEHLICH, et al., 2004; GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Assim, o espaço rural agrega novas funções sociais, culturais e ambientais às já existentes, agregando novos tipos de ocupação. Nesse novo espaço rural surge também um novo ator social, o agricultor pluriativo (FROEHLICH, et al., 2004), que já não é mais aquele que se dedica exclusivamente às atividades agrícolas, mas também a outras atividades não agrícolas dentro ou fora da propriedade (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Maldonato (2009), em pesquisa sobre o Turismo Rural Comunitário, concluiu que a sua origem se deu por quatro fatores: as pressões mundiais do mercado turístico direcionadas ao uso da cultura e da natureza como produtos turísticos; as necessidades de diversificação econômica e de geração de trabalho no espaço rural; a relevância do papel das micro e pequenas empresas no desenvolvimento local e na diversificação da oferta turística; e as estratégias dos movimentos rurais para a preservação da cultura e do patrimônio local através do uso sustentável desses recursos.

Esses fatores foram e são decisivos no despertar das comunidades rurais para buscar no turismo uma fonte alternativa de renda frente às realidades e problemáticas encontradas no espaço rural. Assim, o turismo apresenta-se como uma atividade não-agrícola que, se bem gerido pode contribuir para a revitalização da economia rural através da geração de novas fontes de renda e trabalho aliado à valorização do patrimônio natural e cultural local (MALDONATO, 2009).

De acordo com Goméz et al. (2015), para as comunidades tradicionais, como aldeias de índios, vilas de pescadores e de agricultores rurais, um modelo alternativo ao eixo convencional do turismo, como o TBC, desperta o interesse por seu potencial de redução da pobreza.

Sobre a condição atual dos espaços rurais, Souza (2009, p. 3) ressaltou que:

As fronteiras estão se tornando cada vez mais nebulosas, permitindo o surgimento de uma nova racionalidade, em especial a questão das múltiplas funcionalidades do rural onde a sua imagem tem sido, com frequência, associada a um novo mercado de bens simbólicos e estéticos, evidenciando-se a re-inscrição de segmentos da população rural em novas atividades.

Esse “novo rural” é o fruto das transformações tecnológicas e sociais de ordem global que influenciaram as diversas mudanças no meio rural que tem levado

a uma nova configuração social, econômica, política e ambiental desses espaços, entre estas mudanças está a pluriatividade ou multifuncionalidade do espaço rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

O crescimento da atividade turística no espaço rural acontece devido à transversalidade do turismo, sendo relevante o número de propriedades e comunidades rurais que incorporam o turismo em suas rotinas, configurando-se como uma renda adicional (MTUR, 2010). Dentre os segmentos que podem ser desenvolvidos no espaço rural, destaca-se o Turismo Rural.

Para o Ministério do Turismo (2010, p. 18), o Turismo Rural pode ser entendido como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

A conceituação e as características do Turismo Rural estão de acordo com os princípios do Turismo de Base Comunitária quando é capaz de gerar novas oportunidades de emprego e renda através da diversificação da economia local, resgatando a autoestima das comunidades rurais através da valorização de suas práticas e da promoção do intercâmbio e do enriquecimento cultural.

O Turismo Rural deve beneficiar a localidade onde é desenvolvido e estar de acordo com o desenvolvimento sustentável. Além de fonte alternativa de geração de renda, o segmento pode promover a incorporação da mulher no trabalho remunerado, agregar valor aos produtos agrícolas, diminuir o êxodo rural e melhorar a infraestrutura local e as condições de vida das famílias (MTUR, 2010).

Ainda dentro do segmento do Turismo Rural, existe o Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF, que corresponde à

atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que matêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (MTUR, 2010, p. 21).

Assim, além do desenvolvimento sustentável, o turismo rural deve apresentar-se como uma atividade alternativa e agregadora de valor ao meio natural, ao modo de vida e aos produtos do espaço rural. Nas comunidades quilombolas rurais, as atividades agrícolas são sua principal fonte de renda, estas são desenvolvidas coletivamente pelas famílias remanescentes.

Com o desenvolvimento do Turismo Rural, essas atividades ainda devem ser a principal fonte de renda, uma vez que o uso turístico deve ser inserido para

diversificar e complementar a renda das famílias. Outra característica do Turismo Rural é a escala de produção, ou seja, a capacidade de atendimento ao turista é limitada para manter preservados os recursos naturais e culturais das comunidades rurais (MTUR, 2010).

Esta característica se adequa à oferta turística das comunidades rurais que muitas vezes dispõem de poucos recursos para investir em grandes empreendimentos turísticos. Deste modo, não é necessário que as famílias disponham de grandes recursos financeiros para o desenvolvimento turístico, pois um empreendimento hoteleiro, um restaurante requintado e eventos com grandes atrações artísticas podem ser substituídos por um sistema de Cama & Café⁴, um almoço em família e um ensaio do grupo de dança e música local.

O empoderamento comunitário e a gestão participativa do turismo (MTUR, 2010), outras características do Turismo Rural que se adequa aos princípios do TBC e às comunidades quilombolas, permitindo a valorização e manutenção dos recursos humanos e do saber popular local.

⁴ De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, o sistema Cama & Café, consiste num tipo de hospedagem em residência com no máximo três Unidades Habitacionais – UH para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida. Disponível em <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Entenda?tipo=4>. Acesso 01 de agosto de 2018.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Neste capítulo são detalhados os procedimentos metodológicos que deram científicidade aos resultados obtidos através do trabalho da pesquisa. Assim, são expostas as técnicas e ferramentas metodológicas que foram aplicadas.

3.1 O tipo de pesquisa

Frente aos objetivos propostos pela pesquisa, foi adotado como metodologia da pesquisa-ação, seguindo uma abordagem qualitativa onde foram aplicadas técnicas de pesquisa qualitativas. A pesquisa teve início com a eleição das categorias de análise articuladas à realidade estudada.

A pesquisa-ação se preocupa com a transformação da realidade estudada, com o resgate histórico e com o estabelecimento de possibilidades de mudanças, entendendo a causalidade como a inter-relação entre os fenômenos numa concepção da origem empírica do conhecimento científico.

Deste modo, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, uma vez que buscou o aprimoramento das ideias através de um planejamento flexível, onde foram realizados levantamentos bibliográficos e oficinas participativas com as pessoas que fazem parte das comunidades estudadas (DENCKER, 1998).

Realizado dentro dos princípios da pesquisa-ação, o trabalho teve como intuito conhecer e analisar as potencialidades turísticas e a realidade das comunidades para formular possíveis ações para a implantação do Turismo de Base Comunitária.

A pesquisa-ação, de base empírica, se apoia nas experiências vividas e na observação realizadas pelo pesquisador, sendo voltada para a descrição de situações concretas e para a intervenção ou ação orientada para a resolução dos problemas detectados junto aos grupos considerados (THIOLLENT, 1988; DENCKER, 1998).

Com estreita relação à ação ou resolução de um problema coletivo, a pesquisa-ação tem como características o uso de critérios qualitativos, um

planejamento flexível e a integração pesquisador-comunidade, tendo como objetivo a ação numa realidade imediata (DENCKER, 1998).

Thiolent (1988, p. 14) conceitua a pesquisa-ação como:

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Assim, o objetivo principal da adoção da pesquisa-ação é a resolução de um problema coletivo através do estabelecimento de uma relação entre pesquisador e os membros da comunidade da situação investigada, onde “a atitude do pesquisador é sempre uma atitude de “escuta” e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções” (THIOLLENT, 1988, p. 17).

Como o objetivo geral da pesquisa foi elaborar um projeto socioambiental voltado ao empoderamento da comunidade local, objetivando o desenvolvimento de habilidades e competências em empreendedorismo social, notou-se a necessidade de trabalhar com a pesquisa-ação, de inserir a comunidade local do território quilombola Brejão dos Negros como protagonistas na execução do projeto de pesquisa.

O trabalho foi desenvolvido nas comunidades Resina e Santa Cruz, que estão localizadas a uma distância de aproximadamente 5km uma da outra. A escolha dessas duas comunidades se deu por diversos fatores, que são: o forte potencial turístico; a organização comunitária; são formadas apenas por famílias autorreconhecidas como remanescentes de quilombo; a posse definitiva das terras onde vivem e cultivam; e a necessidade de novas alternativas de trabalho e renda.

A pesquisa-ação possibilitou o envolvimento das comunidades e o entendimento de suas necessidades, bem como o conhecimento sobre a relação das mesmas com o turismo e o meio social, político e econômico do qual fazem parte.

Através da pesquisa, o Turismo Rural foi identificado como o segmento mais adequado às características do território quilombola. Para que as comunidades do território consigam desenvolver o turismo rural com base nos princípios do Turismo de Base Comunitária, o trabalho elaborou o Projeto “TBC e empreendedorismo social no Quilombo Brejão dos Negros, Sergipe” (Apêndice A).

O trabalho conseguiu levantar as ações de intervenção necessárias para a implementação do Turismo de Base Comunitária como alternativa de renda local,

dando fundamentação prática e objetiva para a elaboração de um projeto de ação para o turismo local.

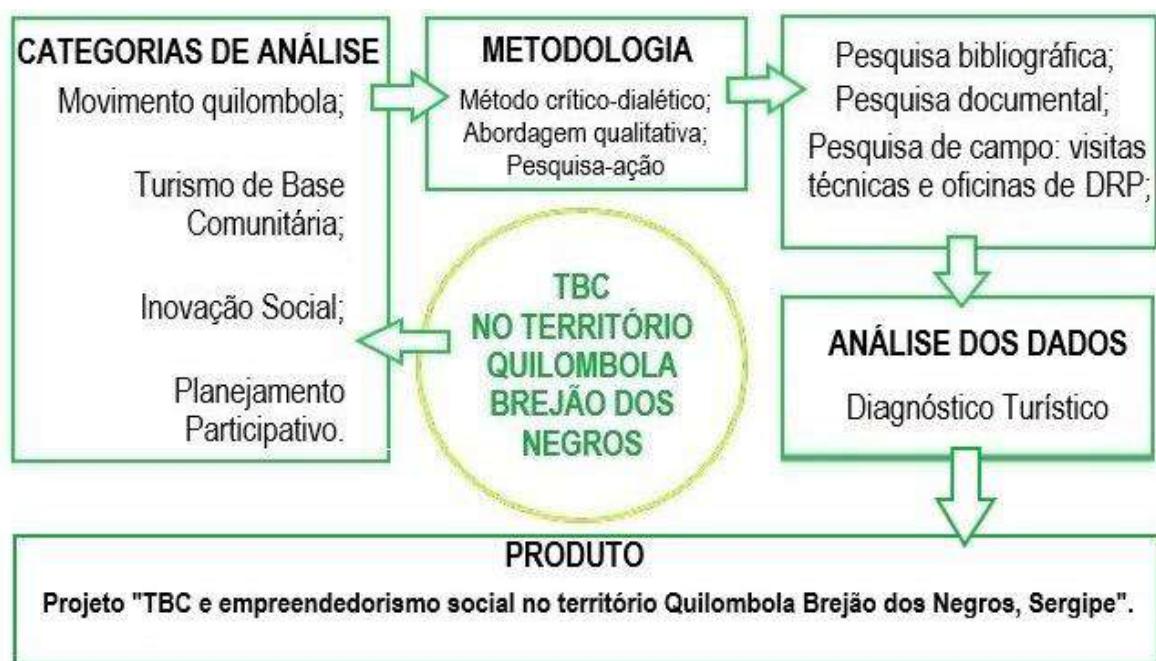
3.2 Procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos, foram adotadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com a realização de oficinas participativas e visitas técnicas. Na pesquisa bibliográfica, foram realizadas consultas em livros, artigos acadêmicos e outras fontes, que deram embasamento teórico e metodológico.

A pesquisa bibliográfica se deu no primeiro momento de desenvolvimento da pesquisa e foi organizada a partir das categorias de análise inerentes aos objetivos e à realidade local das comunidades.

A partir do tema proposto, foi possível a eleger as categorias de análise, traçar o caminho metodológico a ser seguido, bem como o resultado esperado, ou seja, o produto, que seria um projeto socioambiental voltado ao empoderamento da comunidade local para o desenvolvimento do TBC, neste caso o Projeto “TBC e empreendedorismo social no Quilombo Brejão dos Negros” (Figura 9).

Figura 9 – Desenho da Pesquisa



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

Já na pesquisa documental, foram utilizados os documentos secundários que deram maior embasamento na elaboração do diagnóstico turístico, tais como o

Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Brejão dos Negros (INCRA-SE), os dados estatísticos e geográficos da localidade, disponíveis nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, do Atlas do desenvolvimento humano do Brasil, entre outros.

No trabalho de campo, foram realizadas visitas técnicas pelas quais foi possível verificar as informações coletadas durante as pesquisas bibliográfica e documental, bem como realizar registros fotográficos das comunidades.

Foi também na pesquisa de campo, que foram realizadas oficinas participativas com as comunidades Resina e Santa Cruz, durante as quais foram aplicadas ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP (VERDEJO, 2010), tendo como fundamento a abordagem pedagógica da Intervenção Participativa dos Atores – INPA (FURTADO; FURTADO, 2000).

As metodologias participativas de DRP foram aplicadas junto às comunidades *in loco* durante visitas que ocorreram de acordo com a disponibilidade dos participantes, respeitando o calendário de atividades econômicas e culturais das comunidades.

Nas ocasiões, oficinas foram realizadas como um método didático de construção participativa de conhecimentos e saberes. As oficinas contaram com a participação dos representantes e demais integrantes das comunidades Resina e Santa Cruz.

Verdejo (2010, p. 12), define o DRP como o “conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento”. Para o mesmo autor, o uso de ferramentas participativas de DRP possibilita a obtenção de informação primária ou de “campo” na comunidade, além de impulsionar a autoanálise e a autodeterminação de grupos comunitários pela participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável.

Souza (2009) ressaltou que a metodologia prega, além da maior rapidez na obtenção de dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de populações rurais, a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo e uma multidisciplinaridade técnica.

A INPA é uma metodologia que foi desenvolvida para a construção participativa de planos de ação para comunidades de assentamentos rurais. Seu objetivo é a valorização da participação na construção do conhecimento e

fortalecimento do poder local para o desenvolvimento sustentável (FURTADO; FURTADO, 2000). De acordo com esses autores, a INPA, como uma metodologia de trabalho participativo para a intervenção em comunidades, adota a concepção e os procedimentos da pesquisa-ação como instrumento de intervenção baseada nos princípios da educação popular de Paulo Freire.

A INPA pode ser desenvolvida em diversos ambientes como uma metodologia de extensão e capacitação comunitária na construção de diagnósticos rápidos e/ou avaliações internas e externas. A INPA propõe a construção dos conhecimentos a partir das situações concretas, abandonando instrumentos convencionais e autoritários, deixando de se preocupar com a técnica e com o conteúdo programático para se preocupar em oferecer a possibilidade de novos conteúdos nascidos das necessidades dos participantes.

Aliada a outras metodologias existentes, a INPA oferece ao pesquisador e à comunidade da situação as possibilidades de descobrir as causas ou soluções de problemas de forma indutiva, apoiado na transformação de visão do saber a partir de um discurso consciente, engajado e crítico (FURTADO; FURTADO, 2000). Assim, o DRP e a INPA foram utilizados como metodologias participativas que, à conclusão do trabalho, permitiram uma análise coletiva das comunidades sobre a lógica produtiva, social e ambiental.

Os princípios que regem a relação entre o pesquisador e a comunidade na aplicação do DRP e da INPA são os mesmos da pesquisa-ação. Neste caso, a intervenção do pesquisador é mínima e seu papel deve se reduzir a colocar à disposição da comunidade as ferramentas de auto-análise (THIOLLENT, 1988; FURTADO; FURTADO, 2000; VERDEJO, 2010).

Além de possibilitar coleta de dados junto às comunidades, a aplicação do DRP e da INPA na presente pesquisa também possibilitou a condução das comunidades num processo de auto-reflexão sobre seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los a partir da utilização de técnicas e dinâmicas de grupo que estruturaram a interação entre o pesquisador e a comunidade na construção coletiva.

Nas oficinas participativas foram aplicadas as técnicas e dinâmicas de grupo de conhecimento da realidade expostas no Quadro 1:

Quadro 1 – Técnicas e dinâmicas de grupo que foram aplicadas na pesquisa

Técnicas de conhecimento da realidade		
	Caminhada transversal (<i>transect walks</i>)	Promover a interação entre o ambiente físico e as atividades humanas realizadas no tempo e no espaço, identificando características naturais da comunidade, atuais e do ponto de vista histórico.
	Painel coletivo	Levar o grupo a construir uma imagem coletiva da comunidade, para perceber que ainda há coisas que não conhecem. Complementar à caminhada transversal, objetiva descobrir e ilustrar a visão que a comunidade tem dos aspectos físicos e humanos da realidade, uma vez que a representação da paisagem engloba as ideias e ações dos participantes no tempo, no espaço em relação a eles próprios e ao ambiente.
	O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?	Resgatar a história de vida dos participantes, contribuindo para sua autoestima e autoconhecimento.
	Árvore de problemas	Discutir os problemas e suas causas coletivamente para que as decisões também sejam tomadas de forma coletiva.

Fonte: Furtado; Furtado (2000) e Verdejo (2010).

Nota: Mais informações nos Anexos 1, 2, 3 e 4.

O Apêndice B traz o relatório de aplicação das oficinas. Na Resina, as oficinas foram aplicadas durante o dia 13 de janeiro de 2018, com 13 representantes dos moradores e da liderança local, a caminhada transversal foi realizada no dia 14 do mesmo mês (Apêndice C). Na Santa Cruz, as oficinas foram realizadas nos dias 8 de julho, 23 de setembro e 7 de outubro de 2017, com a participação de 17 representantes dos moradores e da liderança local (Apêndices D, E e F).

3.3 Tabulação e análise dos dados

Os dados obtidos através das ferramentas e técnicas metodológicas foram tabulados e analisados a partir da elaboração do diagnóstico turístico do território. Na análise de Certo (1998) *apud* Pinheiro (2006), o diagnóstico, no sentido descritivo, seria o conjunto de preposições que formulam o estado atual da organização a partir de informações previamente coletadas.

O diagnóstico turístico constitui numa ferramenta que busca descobrir a situação presente do desenvolvimento turístico local, sendo de fundamental importância na indicação das soluções mais adequadas à realidade socioeconômica e ambiental da localidade.

Assim, o diagnóstico turístico deve ser a base técnica sobre a qual são elaboradas as estratégias de desenvolvimento turístico, consistindo numa avaliação do funcionamento do turismo num determinado local (QUIJANO, 2009). Ainda de

acordo com a autora, o diagnóstico turístico pode ser elaborado a partir da visão do turismo como um sistema composto por um número finito de elementos que se inter-relacionam para atingir um objetivo comum.

Os elementos que compõem o sistema turístico local vão variar de acordo com a área de estudo a ser analisada e com os objetivos do planejamento ao qual o diagnóstico é destinado. Neste caso, o diagnóstico turístico da área estudada, levou em consideração seu estágio de desenvolvimento turístico, bem como sua finalidade, que foi a construção de um projeto de ação para a implementação do TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros.

Assim, a partir das pesquisas bibliográfica e documental, acrescidas das informações coletadas junto às comunidades durante as oficinas participativas, foi realizada a caracterização do território a partir de três dimensões, a socioeconômica, a socioambiental e a turística, com seus respectivos elementos (Quadro 2).

Quadro 2 – Dimensões analisadas na caracterização da área de estudo

Dimensões		
Socioeconômica	Socioambiental	Turística
Serviços de Saúde Serviços de Educação Sistema de transporte Distribuição de energia elétrica Sistema de Comunicação Serviços Bancários Sistema de Saneamento Básico Condições de Habitação Segurança Pública Atividades econômicas Organização Social local Agentes Públicos e Privados atuantes no local Religião Patrimônio Cultural Condições de vida	Clima Relevo Vegetação Fauna Recursos Hídricos Unidades de Conservação	Atrativos Naturais Atrativos Culturais Serviços aos visitantes

Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

Assim, o diagnóstico turístico do território quilombola buscou descrever, analisar e avaliar a situação atual de todos os elementos que interferem no desenvolvimento do turismo nas comunidades estudadas, sendo base para a elaboração do Plano de Diretrizes e Prioridades para o TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros (Apêndice A) e o Projeto “TBC e empreendedorismo social no Quilombo Brejão dos Negros, Sergipe” (Apêndice B).

O diagnóstico foi organizado em três partes: a caracterização socioambiental, socioeconômica e turística do território quilombola; a análise SWOT do território para

o desenvolvimento do turismo local; e a identificação das tendências e prospecção de cenários para o TBC no território.

A análise SWOT consiste numa ferramenta de gerenciamento, apresentando-se como a base para a gestão e planejamento estratégico de uma organização, pública ou privada, e trata-se de um sistema simples utilizado para as Análises de Cenários, ou Análise de Ambiente, que define e verifica o posicionamento estratégico de uma empresa ou instituição em relação ao ambiente onde está inserida (DAYCHOUM, 2007).

A sigla SWOT surgiu nos anos 1960 e 1970 na Universidade de Stanford com Albert Humphrey e é oriunda do idioma inglês, significa um anagrama de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) (DAYCHOUM, 2007). No Brasil, algumas pessoas conhecem a análise SWOT como matriz FOFA.

No diagnóstico, a análise SWOT foi elaborada a partir das percepções coletivas a respeito do turismo, com a finalidade de avaliar os ambientes interno e externo das comunidades em relação ao desenvolvimento turístico. A análise SWOT foi a etapa do diagnóstico que culminou na identificação das tendências e prospecção de cenários para o TBC no território.

De acordo com Thiolent (1988), um plano de ação é uma das exigências fundamentais da pesquisa-ação. Neste caso, diante da realidade local que foi encontrada, foi elaborado um projeto de capacitação das comunidades locais para o TBC (Apêndice A), uma vez que a comunidade precisa ser protagonista no desenvolvimento do turismo local, mas para tanto, é necessário que a comunidade esteja preparada para assumir esse papel.

Assim, como instrumento de intervenção na realidade local, o projeto, como produto final da pesquisa desenvolvida, tem como objetivo principal fazer do turismo local uma opção para o turista e uma oportunidade para as famílias quilombolas através de ações que devem ser realizadas para a estruturação e inserção mercadológica do território como destino turístico.

CAPÍTULO IV

DIAGNÓSTICO TURÍSTICO LOCAL

Este capítulo busca descrever e analisar os elementos que influenciam o sistema turístico do território quilombola. Assim, o capítulo trata da caracterização socioambiental, socioeconômica e turística, fazendo a análise ambiental da área para o desenvolvimento do turismo através da análise SWOT, a partir da qual são identificadas as tendências e prospecção de cenários para a comunidade em relação à atividade turística.

4.1 Dimensão socioambiental

Para a caracterização da dimensão socioambiental das comunidades Resina e Santa Cruz, foram utilizados os dados coletados durante a pesquisa de campo, com a aplicação das oficinas participativas. As informações disponíveis no Relatório Agronômico-Ambiental⁵ complementaram a análise desta dimensão.

Com um relevo característico do litoral norte sergipano, o território é formado pelas planícies litorâneas de domínio morfoestrutural de bacias e coberturas sedimentares fanerozóicas e de domínio morfoclimático das áreas mamelonares tropicais-atlânticas florestadas (IBGE, 2006), o clima predominante da região no território é o tropical semiúmido, com períodos secos que duram de 4 a 5 meses (IBGE, 2002).

Essas condições geográficas fazem com que a vegetação do território quilombola Brejão dos Negros seja representada pelas espécies típicas das Formações Pioneiras, presente em grande parte do litoral sergipano (INCRA, 2016).

Por ser banhada pelo rio São Francisco e pelo Oceano Atlântico, as formações pioneiras no território são influenciadas pelas águas fluviais e marítimas, apresentando três ecossistemas do bioma mata atlântica que são predominantes nas áreas baixas das planícies costeiras.

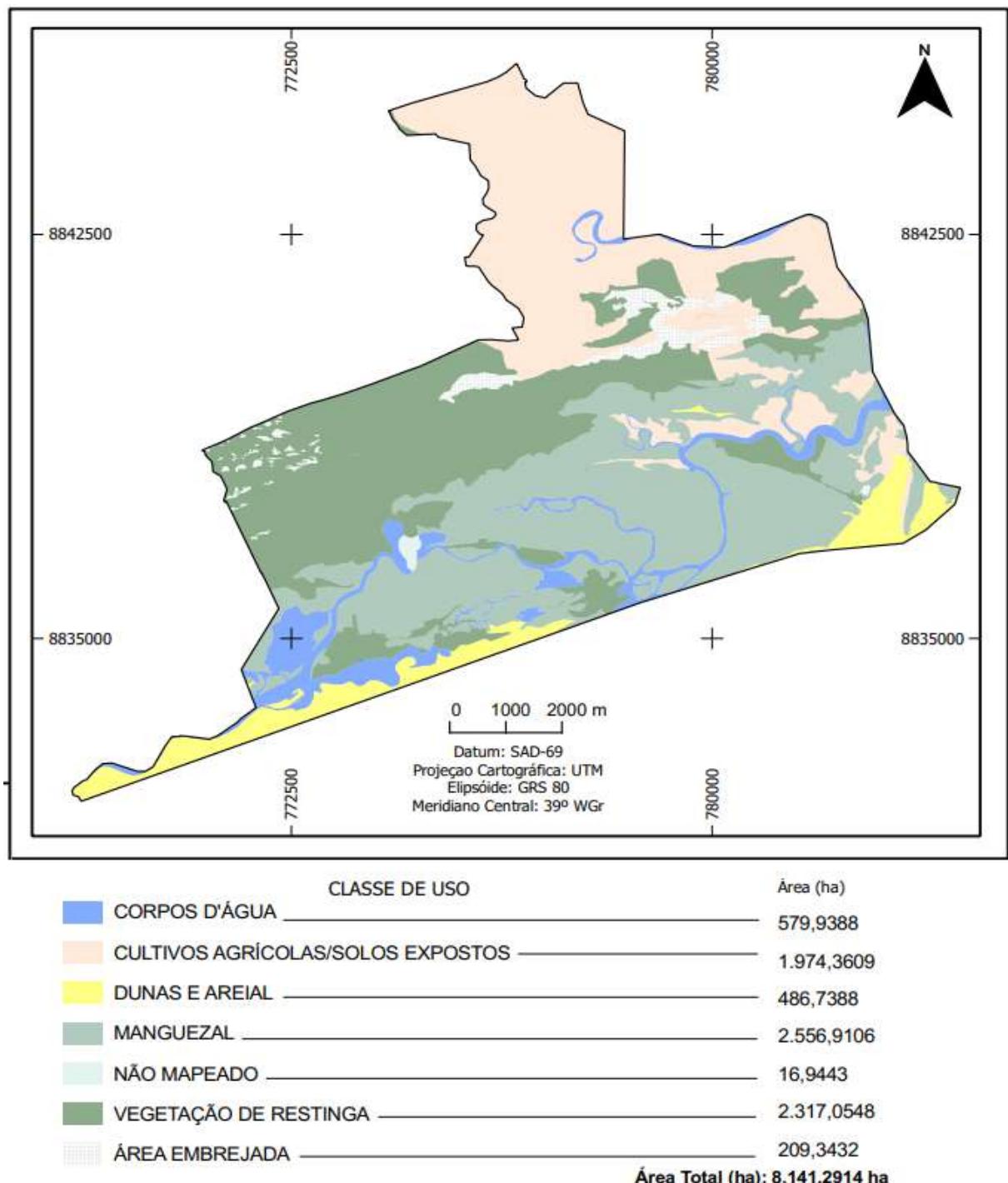
Assim, a vegetação local é caracterizada, basicamente, pelos ambientes de restinga nas áreas de influência marinha, o mangue nas áreas de influencia fluvial e

⁵ O Relatório Agronômico-Ambiental é uma das peças que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Brejão dos Negros, elaborado pelo INCRA.

marinha, e as associações de Mata Atlântica nas áreas de influencia fluvial, com formações pioneiras arbustivas nas áreas inundadas e de acumulação eólica.

A Figura 10 descreve a utilização da terra em todo o território quilombola Brejão dos Negros, nesse mapa é possível visualizar os corpos d'água, os solos cultivados ou expostos pela exploração agrícola, as dunas e areais, o manguezal e a vegetação de restinga.

Figura 10 – Mapa de utilização da terra no Território Quilombola Brejão dos Negros



Fonte: INCRA, 2012.

No perímetro que compreende a comunidade Resina, nota-se a presente de áreas de cultivo agrícola e solos expostos localizados às margens dos rios São Francisco e Paraúna, onde as lagoas e coqueirais marcam a paisagem (Foto 5).

Foto 5 – Vegetação de influencia fluvial na Resina



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Com a vegetação influenciada pelas águas fluviais, é possível encontrar as espécies típicas das áreas de brejo, como a aninga, espécie importante na preservação das margens do rio (Figura 11).

Figura 11 – Vegetação às margens do rio São Francisco, Brejo Grande/SE.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

A vegetação nas áreas de influencia fluvial foi a mais devastada ao longo da história de ocupação do município de Brejo Grande (Foto 6). Assim, quase a totalidade da vegetação nativa foi transformada em plantações de cana de açúcar e posteriormente, em lagoas para a plantação de arroz. Atualmente, com a decadência da rizicultura, nessa área são encontrados pastagens ou viveiros de camarão, associados ao cultivo do coco e da manga.

Foto 6 – Pastagem e coqueirais nas áreas de influência fluvial no município de Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Outras espécies bastante disseminadas nessas áreas são o araçá (fruto cítrico de aparência similar à goiaba), o juncos (utilizado na confecção de esteiras), a aroeira (usada para fazer remédios e cosméticos, alguns moradores vendem as sementes *in natura* para complementar a renda) e o jenipapo (usado para fazer suco e para combater a anemia).

A restinga é outra vegetação presente na paisagem local, nas áreas com solo mais arenoso devido à ação eólica (INCRA, 2016), onde se encontra a comunidade quilombola Resina, podem ser encontradas diversas espécies de cajueiros, bem como mangabeiras, cambuizeiros, ouricurís, juazeiros, xique-xique, entre outros.

Nessas áreas as matas mais abertas, apresentando espécies mais arbustivas e algumas palmeiras, como o ouricurí (Foto 7).

Foto 7 – Vegetação de restinga com espécies mais arbustivas, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

A mata de restinga na Santa Cruz (Foto 8) apresenta várias espécies arbóreas de grande e pequeno porte e palmeiras, formando uma mata fechada.

Foto 8 – Mata de restinga na Santa Cruz



Fonte: Ramires Pinheiro, 2017.

Durante a realização das oficinas participativas, na aplicação do “Painel Coletivo”, os participantes identificaram os recursos naturais mais importantes e os usos que as comunidades dão aos mesmos. Nota-se que na Santa Cruz, o manguezal e a mata são os principais recursos naturais (Foto 9). No painel coletivo

da Resina (Foto 10), o rio São Francisco, as lagoas, os coqueiros e cajueiros foram os elementos naturais que mais ganharam destaque.

Foto 9 – Painel coletivo da comunidade Santa Cruz



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

Foto 10 – Painel coletivo da comunidade Resina



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Observando os painéis de cada comunidade é possível notar as características rurais que distinguem as duas comunidades, bem como a estreita relação dos mesmos com o meio ambiente. Esta relação foi bem destacada pelos participantes, demonstrando o interesse dos mesmos na busca pelo equilíbrio que garanta a coexistência entre o homem e natureza.

A partir do Painel Coletivo, foi possível identificar recursos naturais distintos em cada comunidade, os quais podem se complementar na estruturação de roteiros turísticos locais. Na Mata de restinga na Santa CRUZ, as espécies mais encontradas

na mata são popularmente conhecidas como: amesca (usam a casca e a resina para remédio); ubaia (de gosto cítrico, o fruto é usado para fazer suco); cambuí (fruto utilizado para sucos e drinks); aroeira (venda da fruta e uso da casca e das folhas para fins medicinais); ingá (fruto comestível); cuirí e araticu (folhas utilizadas na alimentação do guaiamum); dendzeiro; cajueiro; gameleiro; oiti; jatobá (uso da casca para remédio); cajazeiro; espécies de orquídeas.

Outras espécies são o gameleiro e as orquídeas (Figura 11). O gameleiro são árvores de grande porte que se destacam na vegetação, junto com as orquídeas que se desenvolvem nos troncos das árvores.

Figura 11 – Gameleiro e orquídeas na mata da comunidade Santa Cruz



Fonte: elaborado a partir de fotos de Adriele Bispo, 2017.

A fauna das áreas de vegetação de restinga e próximas ao rio São Francisco é representada por diversas espécies de aves como o xexeu, cabeço, chupinha, pica-pau preto, periquito, anuns, bem-te-vi, zabelê, juriti, rolinha, pardal, sabiá, nambu, canário, coruja, gavião, maritaca, cordoniz, arara, entre outras.

De acordo com membros da comunidade o quantitativo destas aves vem diminuindo drasticamente devido à captura e venda clandestinas. Essas ocorrências indicam a necessidade maior fiscalização pelos órgãos responsáveis e ainda, a estruturação de trilhas ecológicas, a partir de pontos de observação e contemplação,

que valorizem a beleza, o canto e o comportamento dessas espécies em seu habitat natural.

Na Santa Cruz, além das áreas de cultivo agrícola, onde a comunidade desenvolve a agricultura familiar, e da mata de restinga, tem-se a presença do manguezal devido às águas salobras do rio Parapuca (Foto 11).

Foto 11 – Manguezal, povoado Carapitanga, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

As transformações dos ecossistemas causadas pela ação do homem ao longo da história da região levaram ao desaparecimento de muitas espécies da fauna local, sendo os mamíferos os mais afetados (INCRA, 2016). Mas, de acordo com a comunidade, ainda é possível encontrar na região algumas espécies de mamíferos de pequeno porte.

Entre os mamíferos citados pelos participantes durante as oficinas participativas, destacam-se: sagui, macaco do mangue, guaxinim, tamanduá, capivara, lontra, coati, cutia, gambá, raposa, gato do mato, saruê e o tatu. Entre as espécies de répteis, se destacam: o teiú, camaleão, cágado d'água, jacaré de brejo e uma variedade de cobras, como a cascavel, salamandra, jaracuçu do brejo, siricuá, corre campo, coral sem veneno e a cascabuio.

Por ser uma região banhada por águas marítimas e fluviais, as comunidades são privilegiadas com uma grande variedade de peixes, moluscos e crustáceos. Os peixes mais comuns são: traíra, cará comum, carapeba, piau, tainha, bagre amarelo,

bagre preto, caranha, chira, curimã, xaréu, robalo, camurim, nero, manjuba, tinga, milongo e pilombeta. Já espécies de moluscos e crustáceos mais encontrados na região são: sururu; ostra; unha de veio; comelonge; maçunim; aratu; siri; caranguejo-uçá; guaiamum; saburica (tipo de camarão que não cresce); camarão de água doce; e camarão do mar.

A variedade de peixes, moluscos e crustáceos reflete na economia e na cultura local. Muitos dos quilombolas são pescadores e vivem da captura de grande parte dessas espécies, em especial o caranguejo-uçá e o guaiamum. A mesa dos quilombolas é marcada pela forte presença desses ingredientes, que são a base das receitas de ensopados, moquecas e tortas que compõe a gastronomia tradicional local.

Outras espécies de aves são comumente encontradas nas regiões de manguezal e dos brejos, onde se alimentam de peixes, crustáceos e moluscos durante a maré baixa, são: a marreca (muito usada na alimentação local); socó; maçarico (espécie migratória); sabacú; e diversos tipos de garça.

Durante as visitas técnicas, foi possível inferir que as situações que mais ameaçam a diversidade dos recursos naturais são a falta de saneamento básico no que se refere à coleta e gestão dos resíduos sólidos, bem como a falta de um sistema de esgoto que causa a poluição dos solos e dos lençóis freáticos, aliado a isso está o desmatamento do mangue para a construção de viveiros e a salinização do rio São Francisco.

Embora seja uma ameaça que interfere na vida de todas as comunidades do território quilombola, a salinização é largamente sentida pela comunidade Resina. Através da aplicação da árvore de problemas, pela qual os participantes puderam identificar os problemas enfrentados pelas comunidades e suas possíveis causas.

A salinização do Rio São Francisco é identificada como um dos problemas e também a causa de outros problemas, como a perda das lagoas de cultivo do arroz, a falta de água doce para consumo, a falta de peixes e, consequentemente a dificuldades nas atividades de pesca e agricultura.

Além disso, a salinização vem mudando radicalmente a vegetação local e, consequentemente, as atividades econômicas locais. Assim, o turismo apresenta-se como um dos usos alternativos que pode promover a valorização e preservação da diversidade da vegetação local através da elaboração de trilhas ecológicas de cunho

educativo, pelas quais seria possível um contato próximo com os recursos naturais e seus fins.

A hidrografia do território quilombola Brejão dos Negros é caracterizada por lagoas, ilhas, praias, rios, riachos e pelo Oceano Atlântico. O principal rio da região é o São Francisco, tendo com afluentes os rios Paraúna (água doce) e Paracupa (água salobra). A comunidade Resina fica próxima da Foz do Rio São Francisco, onde o rio desagua no Oceano Atlântico.

Por estarem próximos ao oceano, os rios são influenciados pelas marés alta e baixa. As marés junto com as correntes marinhas e com a ação eólica resultam em algumas ilhas que aparecem e desaparecem ao longo do tempo, modificando a paisagem constantemente.

O rio Parapuca recebe mais influência das águas marinhas e por isso faz parte da paisagem dos manguezais presente em grande parte do território. Este rio apresenta boa navegabilidade e segue um curso que vai do rio São Francisco ao Oceano Atlântico.

O Parapuca forma diversos riachos na região, entre eles o Riacho da Maria Rosa, na comunidade Santa Cruz, um riacho navegável que pode ser o ponto de partida para a realização de passeios de barco, enfatizando a riqueza da fauna e flora do manguezal.

O rio Paraúna e o São Francisco adentram o município, dando origem aos brejos e lagoas utilizadas para a rizicultura. Atualmente, com a salinização do rio São Francisco, as lagoas de arroz estão sendo substituídas por viveiros de camarão. Por sua balneabilidade e navegabilidade, o rio São Francisco, na comunidade Resina, é o principal recurso e atrativo local.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação constatou que o território está situado no interior da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte de Sergipe, criada através do Decreto nº 22.995, de 09 de novembro de 2004. De acordo com o art. 15º da Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, uma Área de Proteção Ambiental consiste numa

área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais

A criação da APA do Litoral Norte de Sergipe teve como objetivo geral a

promoção do desenvolvimento econômico-social da área, voltado às atividades que protejam e conservem os ecossistemas ou processos essenciais à biodiversidade, à manutenção de atributos ecológicos, e à melhoria da qualidade de vida da população. (Art. 2º do Decreto nº 22.995, de 09 de novembro de 2004)

A instituição da APA do Litoral Norte Sergipano visava garantir: a conservação e monitoramento dos ecossistemas estuários, dunares e as áreas úmidas; o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira; a conscientização ambiental da comunidade local; a recuperação e proteção da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados; a disponibilidade e quantidade dos recursos hídricos, subterrâneos e superficiais; a diversificação das atividades econômicas e sociais voltadas especialmente ao turismo ecológico; e o desenvolvimento sustentável local.

Embora o Decreto preveja a criação de um sistema de gestão e de um Conselho Gestor, como é disposto na Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, não existe planos de manejo para área em questão.

A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, no inciso II do artigo 3º, traz a definição de Área de Preservação Permanente - APP como sendo uma

área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

No que diz respeito à área do território quilombola Brejão dos Negros, três incisos podem ser considerados para a identificação de APP's. O artigo 4º considera as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente como APP's, sendo a largura mínima de 500 metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros, também considera as restingas e os manguezais, em toda a sua extensão, como APP's.

Considerando as áreas de manguezal e restinga, bem como a largura do rio São Francisco na região, que ultrapassa os 1.700 metros de largura, pode-se inferir que grande parte do Território Quilombola é considerado uma Área de Preservação Permanente, e como consta na mesma lei, no seu art. 7º, os proprietários, possuidores ou ocupantes a qualquer título, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, devem manter a vegetação local.

Como a ocupação urbana e rural da área é anterior às leis que regulamentam e instituem as APP's, grande parte da área teve sua vegetação devastada, em especial a área de manguezal, que há muitas décadas foi sendo transformada em viveiros para a piscicultura.

Na última década, a piscicultura foi substituída pela carcinicultura, que aumentou o desmatamento da vegetação original, o que despertou a atenção dos órgãos de proteção ambiental para a regulamentação e controle da atividade na região. Atualmente, grande parte dos viveiros já possui a Licença ambiental concedida pela Administração Estadual do Meio Ambiente – Adema.

4.2 Dimensão socioeconômica

Para a caracterização dos aspectos socioeconômicos do território foram utilizados os dados coletados durante as visitas técnicas e oficinas participativas realizadas entre os anos de 2017 e 2018. Também foram utilizadas as informações disponibilizadas no Estudo Antropológico (INCRA, 2016)⁶.

O território tem 486 famílias cadastradas como remanescentes de quilombos (INCRA, 2016). As comunidades estão inseridas no contexto social de Brejo Grande, uma vez que 88% da área do quilombo faz parte deste município.

Por se tratar de uma área de grande potencial econômico, a região do baixo São Francisco vem sendo explorada desde o início da colonização europeia. Os ciclos econômicos na região configuraram a realidade das populações que atualmente habitam os municípios do Baixo São Francisco.

As condições de vida da população de Brejo Grande são o reflexo da história de ocupação do Nordeste brasileiro, onde a sociedade sempre esteve dividida entre poucos ricos e muitos pobres, entre exploradores e explorados, entre a casa-grande e a senzala.

De acordo com o último censo do IBGE, de 2010, a população do município era de 7.742 habitantes, com uma densidade demográfica de 51,73 hab/m² (IBGE, 2018). Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal– IDHM era 0,54, considerado baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599), este índice é dimensionado a partir dos

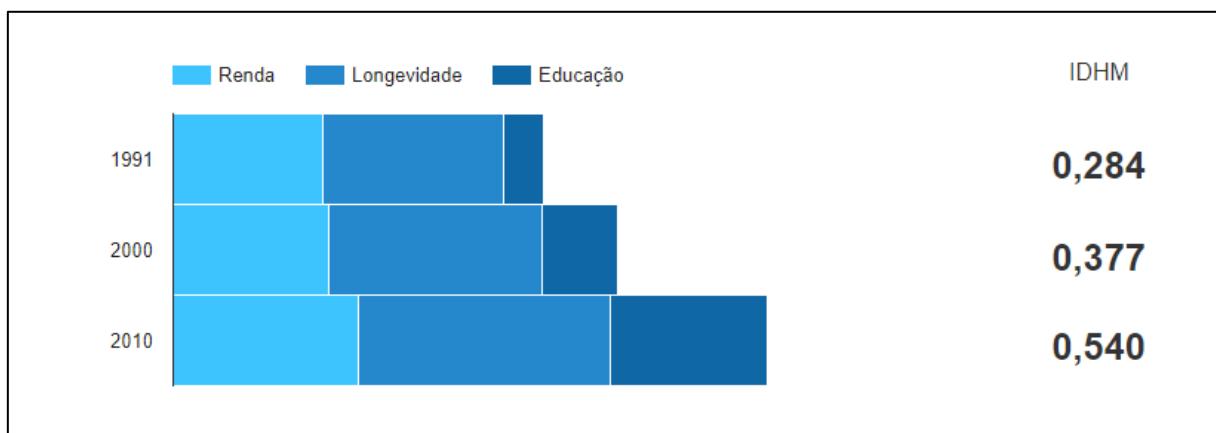
⁶ O Estudo Antropológico é uma das peças que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Brejão dos Negros, elaborado pelo INCRA.

dados sobre a educação, renda e expectativa de vida do município (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018).

Ainda de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, entre os 5.565 municípios brasileiros, o IDHM de Brejo Grande ocupa a 5325^a posição, mesmo com um aumento de quase 100% em relação ao ano de 1991, quando este índice era de 0,284, considerado muito baixo.

A dimensão que mais contribuiu para um IDHM baixo foi a da educação (IDHM de 0,435), seguida da renda (IDHM de 0,515) e da longevidade (IDHM de 0,701) (Figura 12).

Figura 12 – Evolução do IDHM de Brejo Grande, Sergipe, de 1991 a 2010.



Fonte: Pnud, Ipea e FGV apud Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

Nos últimos anos houve uma significativa melhora no acesso à educação dentro do município. Além do aumento na oferta de vagas, através da ampliação e construção de escolas municipais e estaduais, também houve uma extensão no que se refere à oferta do ensino médio nas escolas estaduais, o que vem mudando a realidade social. No entanto, ainda é grande a população de analfabetos e semianalfabetos entre as pessoas de maior faixa etária, principalmente nas comunidades pesquisadas.

Em Brejo Grande, as escolas municipais ofertam o ensino fundamental e estão localizadas nos povoados Carapitanga, Saramém, Brejão, Terra Vermelha e na sede do município. Já as escolas estaduais ofertam o ensino fundamental e médio e estão presentes na sede do município, no povoado Brejão e Saramém.

A inexistência de escolas nas comunidades Resina e Santa Cruz afeta o acesso ao ensino e foi uma das problemáticas levantadas a partir da construção da “árvore de problemas” nas oficinas participativas.

Na Santa Cruz, as crianças e adolescentes estudam nas escolas do povoado Brejão (Figura 13).

Figura 13 – Escolas no povoado Brejão, Brejo grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

já os residentes da Resina cursam uma parte do ensino fundamental nas escolas do Saramém (Figura 14) e concluem os estudos no Brejão, onde as duas escolas municipais são quilombolas, o que pode ser levando como um ponto positivo para o resgate da cultura e história das comunidades quilombolas do território.

Figura 14 – Escolas no povoado Saramém, Brejo grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

O serviço público de saúde é ofertado pelo governo municipal através da Clínica de Saúde da Família Marechal Deodoro da Fonseca, na cidade Brejo Grande, e pelas Unidades de Saúde da Família - USF nos povoados.

Nos postos de saúde são ofertados apenas os serviços clínicos, distribuição de remédios, vacinas, marcação de exames, entre outros serviços básicos. Em caso

de atendimento médico emergencial, os pacientes são encaminhados ao Hospital Regional de Neópolis, que é o hospital mais próximo.

Os pacientes da Santa Cruz são atendidos na USF Jader Pereira Farias (Foto 12), no povoado Brejão.

Foto 12 – Unidade de Saúde da Família Jader Pereira Farias, Brejão, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Já os moradores da Resina utilizam os serviços do USF Carlos Augusto Ferreira, no povoado Saramém (Foto 13).

Foto 13 – Unidade de Saúde da Família Carlos Augusto Ferreira, Saramém, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Na Resina, o acesso à saúde é uma das problemáticas levantadas pelos participantes durante a realização das oficinas na Resina, através da aplicação da “árvore de problemas”.

O sistema de transporte local é basicamente formado pelo terrestre e hidroviário. No transporte terrestre se destacam o uso de moto-taxis, automóveis, motocicleta, bicicleta, equinos, carroças e os ônibus escolares. Já o transporte hidroviário é o fluvial nas águas do Rio São Francisco, onde são utilizadas as “rabetas” e outros barcos maiores de passeio e pesca, bem como as balsas que fazem a conexão entre as cidades de Brejo Grande e Piaçabuçu.

As “rabetas” são barcos pequenos movidos a motor de combustão, sendo largamente utilizado pela população local para ir à cidade de Piaçabuçu, onde muitos fazem compras ou vendem alguns produtos locais. Este tipo de transporte também é utilizado na pesca e em pequenos deslocamentos com fins de lazer.

Na Resina, o barco é o meio de transporte mais utilizado (Foto 14), seguido da motocicleta.

Foto 14 – Barco, o principal meio de transporte dos moradores da Resina, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

Na Santa Cruz, a motocicleta é o principal meio de transporte. Durante a realização das oficinas participativas, foi levantada a problemática das condições

das vias de acesso à comunidade, realizado por uma estrada municipal não pavimentada que em períodos chuvosos se torna quase intransitável (Foto 15).

Foto 15 – Rodovia SE-100, trecho entre o Povoado Carapitanga e o entroncamento de acesso à comunidade quilombola Santa Cruz.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

O acesso às comunidades do território quilombola se dá pela rodovia SE-100, e pelas estradas vicinais, que não são asfaltadas. Em meados de 2018, a prefeitura municipal iniciou as obras de regularização das estradas vicinais que interligam o Porto do Saramém à rodovia Machado Tojal (rodovia SE- 200), num valor total de 1,1 milhões de reais (Foto 16). As obras melhoraram consideravelmente as condições das vias de acesso às comunidades quilombolas.

Foto 16 – Placa da Obra de Regularização das Estradas vicinais de acesso ao Porto do Saramém, Brejo Grande.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Da capital Aracaju até a Resina ou Santa Cruz, é possível fazer dois trajetos, um pela SE-100 norte, com 118km, e outro pela BR-101, SE-204 e SE-100, com 149km. Como a SE-100 não está pavimentada, mesmo com 31km a mais, o trajeto pela BR-101 é realizado em menor tempo. Partindo do Porto Marinas na cidade de Brejo Grande, também é possível chegar até a Resina pelo rio São Francisco, num trajeto de 9,5km que, a depender da maré, pode durar até 1 hora.

Ainda em relação às vias de acesso locais, uma problemática identificada pelos participantes das oficinas participativas na Resina foi a falta de uma estrada que viabilizasse o acesso ao porto do Saramém. Posterior às oficinas, a comunidade conseguiu, junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – CBHSF, a construção da estrada vicinal de acesso ao povoado, uma obra no valor de 608.227,46 reais, executada com recursos da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do Rio São Francisco de Essa falta de acesso prejudicava a comunidade da Resina em seus deslocamentos diários (Foto 17).

Foto 17 – Placa da obra de construção da estrada vicinal de acesso à comunidade quilombola Resina, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Com a estrada, a Resina teve uma melhoria significativa nos meios de acesso aos serviços de saúde e educação, uma vez que a estrada melhorou e diminuiu o percurso entre a comunidade e o povoado Saramém. Além disso, a estrada possibilita o acesso dos moradores a melhores condições de vida, uma vez que já

permite o acesso à coleta de lixo e outros serviços públicos básicos que a população ainda não dispõe.

Embora seja uma estrada vicinal, a via encontra-se devidamente sinalizada e em ótimas condições de trafegabilidade (Foto 18).

Foto 18 – Estrada de acesso às comunidades quilombolas Santa Cruz e Resina, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Raquelle Pinheiro, 2018.

As empresas de transporte atuantes no território são a COOPETAJU, a COOPETALSE e a Via Norte, todas com micro-onibus saindo das rodoviárias da capital Aracaju. Os serviços de transporte entre o povoado Brejão dos Negros e as cidades de Brejo Grande, Ilha das Flores, Pacatuba e Aracaju são realizados através das linhas regulares operadas pelas empresas COOPETAJU e COOPERTALSE.

Já a Via Norte disponibiliza os percursos entre as comunidades Santa Cruz, Resina, Saramém, Carapitanga e a capital. Além dessas empresas, também é possível utilizar os serviços ofertados por cooperativas de taxistas locais, que fazem o trajeto entre o município e Aracaju.

Tanto a Resina quanto Santa Cruz dispõem dos serviços energia elétrica, gerada pela Companhia hidroelétrica do São Francisco - CHESF e comercializada pela Distribuidora de Energia S/A – ENERGISA. Apenas Santa Cruz tem iluminação publica, pois a Resina não possui logradouros públicos.

Os serviços Bancários são disponibilizados na sede do município, com pontos de autoatendimento do Banco do Estado de Sergipe – Banese e do Bradesco, um Ponto Banese, um Posto de Atendimento do BRADESCO e uma Casa Lotérica. As agências Bancárias mais próximas ficam na cidade de Neópolis, onde é possível encontrar as agências do Bando do Nordeste, Banco do Brasil, Banese e da Caixa Econômica Federal.

A segurança pública da região é realizada pelo 2º Batalhão da Polícia Militar e pela Polícia Civil atuante na região. O policiamento nas comunidades é praticamente inexistente, haja vista as poucas ocorrências. É relevante notar que a segurança não foi citada como uma problemática durante a realização das oficinas participativas, o que revela a tranquilidade nas comunidades.

No tocante aos serviços de telefonia, as duas comunidades dispõem de um telefone público cada, mas o uso do aparelho celular é predominante. A melhor cobertura é fornecida pela operadora VIVO, que é a mais utilizada na região. Já os serviços de Internet não são muito comuns nas residências, e muitos acessam a Internet através dos *smartphones*.

Em relação às telecomunicações, recentemente, com a interrupção do sinal analógico, muitas famílias deixaram de assistir, uma vez que o município não tem a cobertura do sinal da TV digital. Para que os moradores tenham acesso ao sinal digital, é necessário que adquiram as antenas e receptores de empresas de serviços de TV a cabo, como a OI, a Claro e a SKY.

As comunidades captam os sinais de emissoras de rádio dos municípios vizinhos, muitas delas são de Alagoas. Os serviços postais são disponibilizados por uma agência dos Correios, localizada na sede do município. O Jornal do Dia e o Cinform são os principais jornais de circulação na localidade, sendo comercializados no Brejão e na sede municipal.

A comunidade Resina não dispõe de serviços de saneamento básico. O acesso à água potável é realizado através de caminhão pipa que abastece uma caixa d'água comunitária com capacidade para 5.000 litros. O serviço, disponibilizado pelo governo, é realizado três vezes por semana, mas a população tem que economizar bastante, pois, segundo os moradores, a água é pouco a acaba sempre faltando.

Muitos moradores da Resina possuem em seus quintais bombas de energia elétrica que captam água do solo, essa água é usada nas tarefas e limpeza

domésticas e pessoais. Atualmente, o lixo é descartado nas imediações ou incinerado de forma inadequada (Foto 19).

Foto 19 – Lixo sendo queimado na comunidade quilombola Resina, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

No que diz respeito à habitação, as comunidades Resina e São Cruz possuem realidades bastante distintas. Na Resina, todas as casas são de taipa e ainda não existem logradouros públicos (Foto 15).

Foto 20 – Organização espacial da comunidade Resina.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018

Na Resina, as casas foram construídas às margens do rio São Francisco, sem seguir linhas retas, mas mantendo distância umas das outras, assim quase todas as casas possuem quintal, varanda e becos por onde as pessoas circulam (Foto 21).

Foto 21 – Moradia típica na comunidade Resina.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Já a comunidade Santa Cruz foi projetada para oferecer melhores condições de vida às famílias remanescentes de quilombo do povoado Brejão, apresentando características de uma vila rural.

A ocupação urbana teve início em 2014, com a entrega de 50 casas de alvenaria equipadas com uma cozinha, dois quartos, um banheiro e uma sala. As casas também dispõem de espaço frontal para construção de varanda e garagem, área lateral de ventilação e quintal produtivo.

Em 2017 foram entregues mais 34 casas populares (Foto 22), através do Programa do governo federal Minha Casa Minha Vida. Direcionado às comunidades de baixa renda, o programa de habitação promoveu a construção de casas similares as que já existem na comunidade, pois possuem a mesma estrutura arquitetônica, valorizando a possibilidade de pequenas produções em seus quintais. Essas casas foram destinadas aos quilombolas do Brejão dos Negros.

Foto 22 – Construção de 34 casas entregues à comunidade Santa Cruz em 2017.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

Também em 2017, foi construído e entregue o Centro Comunitário (Foto 23). A obra faz parte das ações de mitigação das comunidades costeiras desenvolvidas pela Petrobrás através do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras – PEAC.

Foto 23 – Centro Comunitário de Brejão dos Negros



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Os moradores dispõem de um sistema de abastecimento de água e de coleta de lixo, mas não possui esgotamento sanitário e nem todos os moradores fazem o

descarte correto dos resíduos sólidos, sendo uma das problemáticas identificadas durante a realização das oficinas participativas.

Nas duas comunidades pesquisadas, o quintal é o espaço onde as famílias quilombolas criam galinhas de capoeira, pato, peru e cateré (galinha d'angola). Nesses espaços também são mantidas espécies vegetais com fins alimentícios e/ou medicinais, o que os caracterizam como quintais produtivos.

Embora a religião predominante nas comunidades quilombolas seja a católica, na Santa Cruz, existe um forte sincretismo com o candomblé que pode ser notado através da festa da Santa Cruz, realizada no mês de maio. Através da caminhada transversal e do Painel Coletivo, também foi identificado, na comunidade Santa Cruz, um terreiro na mata local, onde são realizadas festas e rituais do candomblé.

A Constituição Federal de 1988 definiu os elementos o patrimônio cultural brasileiro, como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico.

Por si só, o território quilombola já constitui um patrimônio cultural, uma vez que a sua história transmite o legado das contribuições culturais e históricas do povo negro no país. Dentro do território quilombola Brejão dos Negros é encontrado um emaranhado de patrimônios culturais que identificam as comunidades remanescentes.

No tocante ao patrimônio cultural material, no território quilombola ainda são encontrados vestígios materiais da história da escravidão nas sedes dos antigos engenhos locais, onde podem ser visualizados as ruínas das senzalas, os galpões, a casa-grande, o carro de boi, as mobílias antigas e documentos no engenho Capivara, que precisam ser preservados para fins de educação patrimonial (INCRA, 2016).

O patrimônio cultural imaterial das comunidades é representado pelas festas tradicionais e religiosas, grupos de dança, folclore, gastronomia local, artesanato, pesca artesanal, entre outros.

Grande parte das manifestações culturais está atrelada às comemorações religiosas. Desde que se iniciou o movimento quilombola, em 2005, a comunidade vem desenvolvendo diversas ações em relação ao resgate da cultura quilombola.

Nesse quesito, Santa Cruz é a comunidade que mais se destaca no desenvolvimento dessas ações de resgate, com grupos de Maracatu, dança afro e de percussão (Foto 24), esses grupos envolvem as pessoas de várias faixas etárias, mantendo o orgulho e a tradição da cultura local.

Foto 24 – Grupo de Percussão e Dança Afro



Fonte: Ramires Pinheiro, 2017.

Grande parte dos solos do território quilombola é ocupada por matas nativas e em regeneração e por pastagens naturais. As principais atividades econômicas no território são a agricultura (coco-da-baía, arroz e culturas de subsistência, como a mandioca, milho, feijão e melancia e abóbora), a aquicultura (pesca artesanal de peixes, crustáceos, moluscos e mariscos), a apicultura (produção de polén, mel e própolis), a bovinocultura (criação de poucas cabeças de gado nas pastagens naturais das fazendas) e o petróleo (INCRA, 2016).

Apesar de sucessivas crises produtivas, durante muitas décadas, a cultura do arroz foi o principal produto agrícola da região, ocupando as várzeas da região. Atualmente, em decorrência da salinização do Rio São Francisco na região, a rizicultura foi substituída pela carcinicultura (Foto 25).

Foto 25 – Viveiro de camarão as margens da rodovia SE-200, no município de Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

O coco-da-baía é predominante nos cultivos locais, sendo comercializado seco para as indústrias de beneficiamento. Como um dos principais produtos agrícolas na região, as comunidades quilombolas já contam com uma unidade de beneficiamento do coco que visa à produção e comercialização do óleo e do leite da fruta. A unidade fica localizada na comunidade Resina (Foto 26).

Foto 26 – Unidade de beneficiamento de coco na comunidade quilombola Resina, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

As culturas de ciclo curto são desenvolvidas pelas famílias quilombolas como meio de suprir o consumo alimentar interno, sendo o excedente comercializado (Foto 27). Assim são cultivados nas roças e nos quintais o feijão, milho, mandioca, girassol, legumes, verduras, batata-doce, maracujá, mamão, maxixe, quiabo, melancia, abóbora, e mandioca/macaxeira.

Foto 27 – Cultura de ciclo curto nos lotes da comunidade quilombola Santa Cruz, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

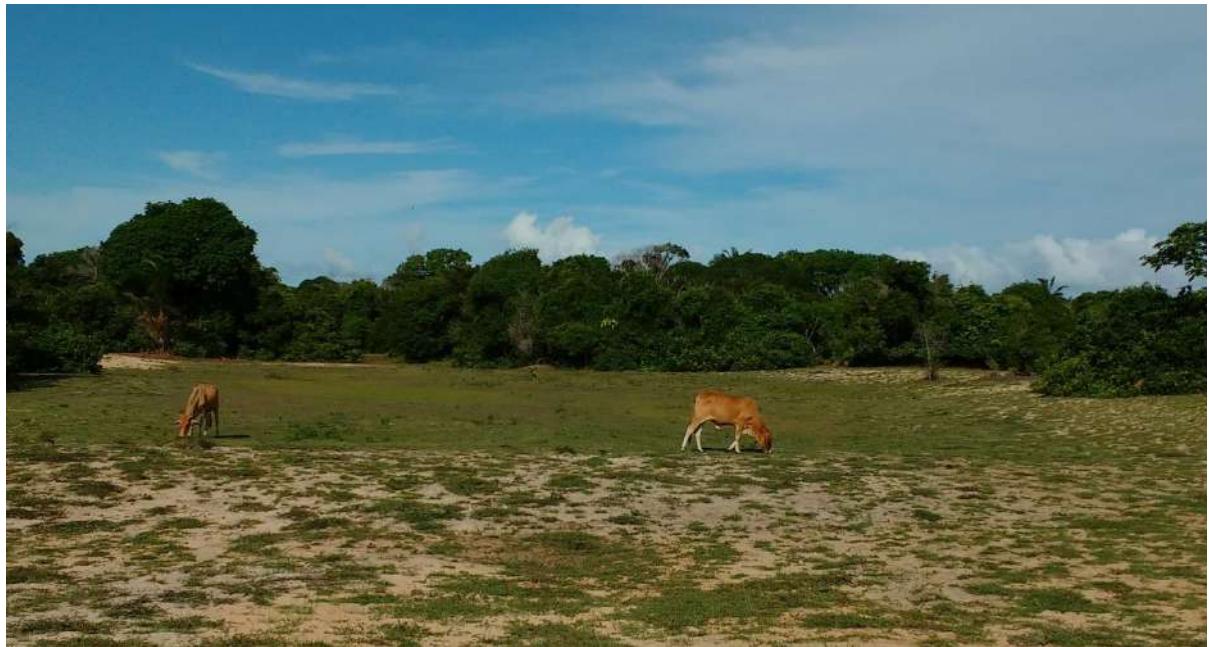
Em 2005, uma parceria entre a Companhia de Desenvolvimento do Baixo São Francisco – CODEVASF, a Universidade Tiradentes – Unit e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae promoveu a execução, divulgação, orientação, incentivo e capacitação da comunidade quilombola através de um projeto de produção de polén e criação de abelhas.

Atualmente, a apicultura é desenvolvida por 33 criadores de abelha, quilombolas e não-quilombolas, que fazem parte da Associação Brejograndense de Criadores de Abelhas – ABECA.

A apicultura desenvolvida no território destacou o estado de Sergipe um grande produtor de pólen apícola do Nordeste, tornando-o o segundo maior produtor da região. Além de excelente fonte de renda para os apicultores, a produção de própolis, pólen e mel é contribui para a preservação ambiental.

A bovinocultura é representativa na região, sendo desenvolvida nas pastagens naturais espalhadas por grande parte do território (Foto 28). Algumas famílias possuem cabeças de gado e equinos e criam galinhas e patos em seus quintais.

Foto 28 – Bovinocultura no território quilombola Brejão dos Negros, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

A pesca artesanal e a catação dos crustáceos e moluscos são as principais atividades econômicas das comunidades (Foto 29).

Foto 29 – Caranguejo uçá, povoado Carapitanga, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

As lagoas, rios e manguezais oferecem a diversidade de espécies que são consumidos ou comercializados nas feiras da região e nos mercados de Aracaju e Maceió por meio dos atravessadores. Os crustáceos são os mais comercializados, com destaque para o caranguejo-uçá, no povoado Carapitanga.

Outra atividade extrativista no território é o petróleo. A atividade é desenvolvida pela Petrobrás, que tem poços de extração em grande parte do território (Foto 30). É importante destacar a atuação da empresa no município e a influencia que a mesma exerce na economia local, especialmente na melhoria e construção de estradas vicinais.

Foto 30 – Bomba cabeça de cavalo sobre um poço de petróleo na fazenda Onça, no município de Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

O artesanato também é uma fonte de renda da população local, os artesanatos mais tradicionais são a base das espécies de plantas nativas que brotam nas lagoas, a exemplo do juncos (*Juncus*), tabua e os cipós.

Esses materiais são transformados em chapéus, esteiras, vassouras, bolsas, e ferramentas da pesca artesanal, como as redes, tarrafas e covos. No artesanato local, as mulheres quilombolas se destacam na produção e confecção de artigos feitos a partir do juncos e ouricuri, como a esteira e a vassoura, largamente comercializadas nas feiras locais e estabelecimentos comerciais (Foto 31).

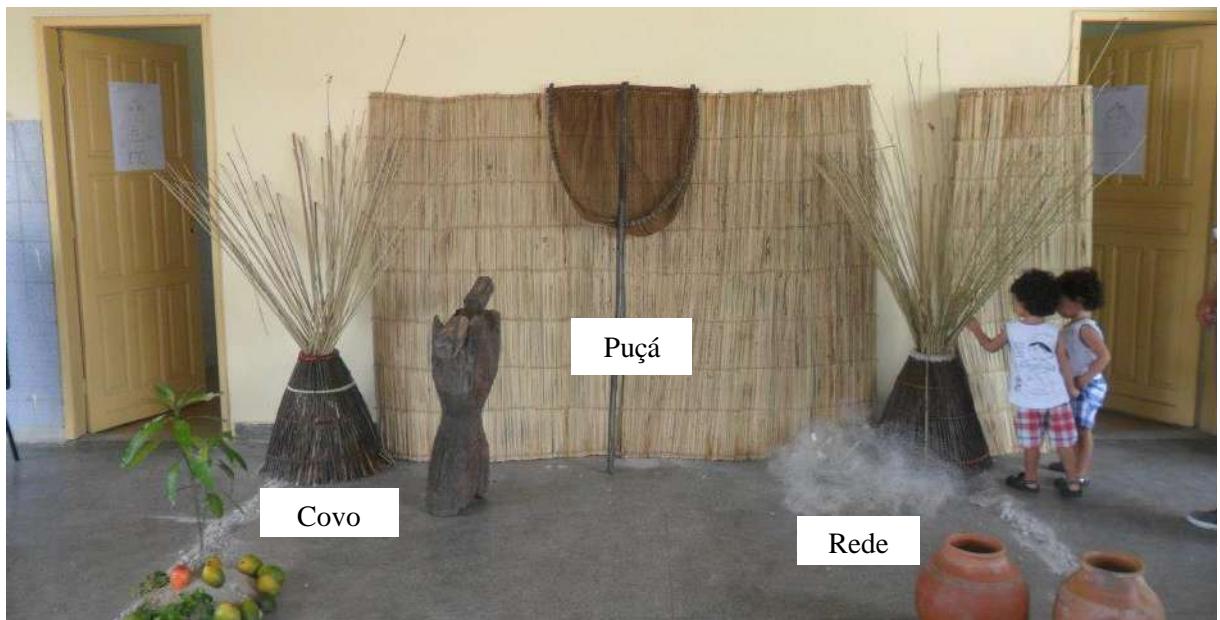
Foto 31 – Comercialização de vassouras e esteiras na feira do município Ilha das Flores, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Além da utilização de pequenos barcos e canoas, a pesca artesanal é caracterizada pelo uso de algumas ferramentas tradicionalmente fabricadas pelas comunidades (Foto 32). São utilizados: tarrafa, puçá, redes de malha miúda e grande, rede chamada de “traineira”, vara, cuvú (pegar o peixe), covo (serve pra pegar o camarão e o peixe) e a ratoeira (armadilha para catar o guaihamum).

Foto 32 – Artesanatos utilizados na pesca no Território Quilombola Brejão dos Negros.



Fonte: Ângela Maria, 2013.

Dentro do Território Quilombola Brejão dos Negros cada comunidade possui uma associação representativa e um presidente, todos os meses, as associações se reúnem em assembleia geral. Durante o desenvolvimento dos trabalhos em campo, as associações das comunidades Santa Cruz e Resina, eram presididas pelos senhores Magno de Oliveira Barros dos Santos e Maria Aparecida Vieira Xavier, respectivamente.

A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO desenvolve ações e projetos que buscam o fortalecimento das atividades agropecuárias através da prestação de assistência técnica e extensão rural junto às comunidades do território quilombola.

Durante os meses de setembro e outubro de 2017, a empresa elaborou um DRP e um Plano de Ação para as comunidades Resina e Santa Cruz. Os projetos demandados pelas comunidades são financiados com os recursos do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário – FIDA, através do Projeto Dom Távora.

Na resina, as ações foram direcionadas à construção de viveiro escavado de peixe para 17 famílias da Resina, aquisição de 21 barcos de pesca e o fortalecimento do turismo rural a partir da construção de banheiros e de um píer.

Na Santa Cruz, as ações visam a construção de um viveiro escavado para a criação de camarão e o fortalecimento do turismo rural, com investimentos na produção dos salgados de mariscos por um grupo de 7 mulheres.

Dentre os agentes públicos que atuam no território quilombola, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA é o que desempenha o papel mais importante, uma vez que além dos estudos técnicos de identificação e delimitação do território, o Incra intermedia o financiamento de diversos projetos nas comunidades quilombolas através de editais, como a construção de casas populares.

As últimas ações do INCRA foram a construção da unidade de beneficiamento de coco na Resina e de um projeto de resgate cultural. A construção da unidade de beneficiamento de coco foi o resultado da articulação entre o INCRA, o Ministério Público Federal e o governo de Sergipe. O termo de colaboração entre estas instituições garantiu um investimento de cerca de R\$ 355 mil para a estruturação produtiva das comunidades, que foram atendidas pelo Projeto Dom Távora.

O projeto de resgate cultural “Contos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros” contou com recursos de R\$ 130 mil provenientes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através de Chamada Pública do Ministério do Meio Ambiente.

Outros agentes que já atuaram e atuam no território são a Cáritas, a Fundação Cultural Palmares, o Sebrae, a Codevasf, a Petrobrás e as instituições de ensino superior públicas e particulares do estado. A Petrobrás atua constantemente no território, através de investimentos do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras – PEAC, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, dirigido pelo Ibama.

O movimento quilombola em Brejo Grande, além da busca pela preservação da memória e da história do negro nesse território, representa uma forma de luta contra as condições de vida encontradas num município com elevada exclusão e injustiça social. Quando adequado às condições socioeconômicas e ambientais do território, o turismo pode ser um aliado do movimento, contribuindo na inclusão social e econômica e no desenvolvimento sustentável.

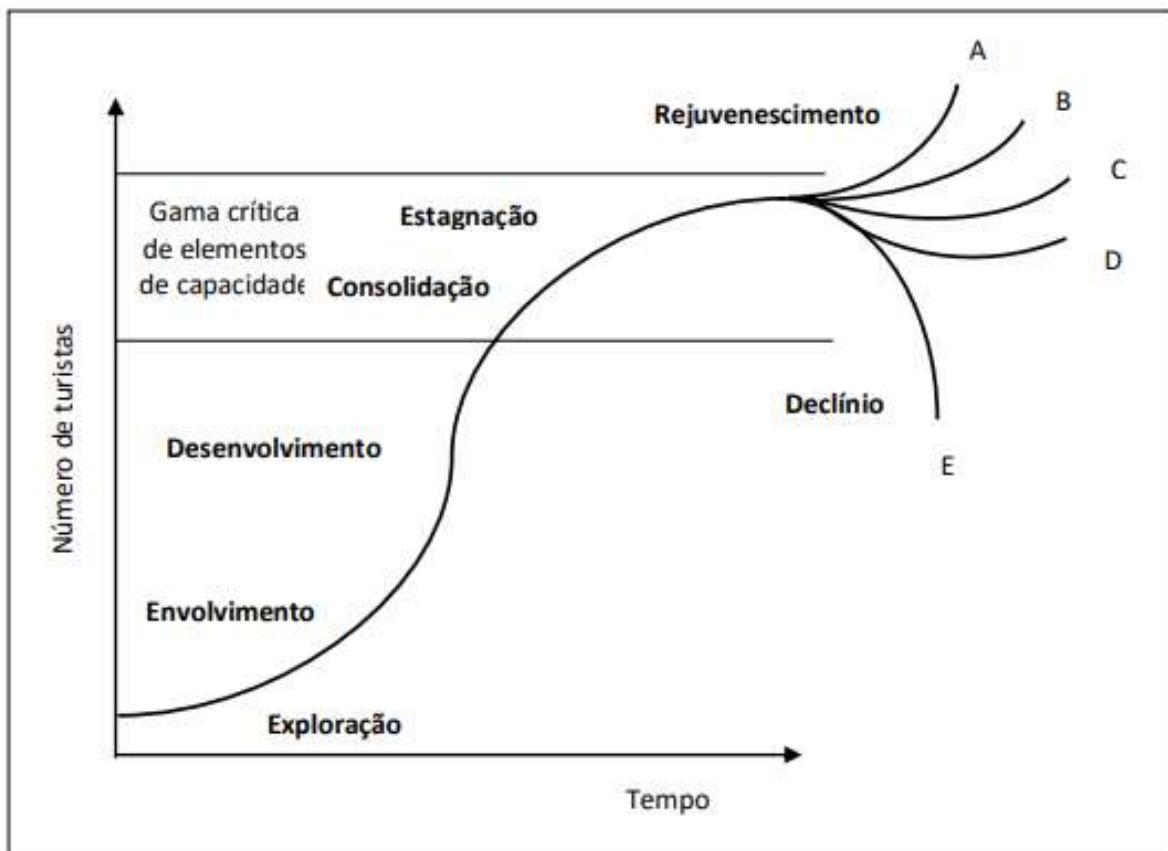
4.3 Dimensão Turística

A dimensão turística de uma localidade deve consistir na análise dos elementos que compõem o produto turístico, que são: os recursos turísticos naturais e culturais, os bens e serviços, os equipamentos e serviços turísticos, a gestão, e o preço (IGNARRA, 2003). A descrição turística do território quilombola se deu através da identificação e análise dos elementos turísticos que são encontrados na área.

Durante o desenvolvimento da pesquisa de campo foi possível inferir que o turismo no território ainda se encontra em fase de organização e exploração. As comunidades ainda não estão politicamente organizadas para a estruturação da atividade, mas já é possível notar um certo interesse pelo desenvolvimento do turismo, em especial para o segmento do turismo rural comunitário.

De acordo com Butler (1980) *apud* De Paula; Stein; Mecca (2016), as destinações turísticas possuem um ciclo de vida representado por seis fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e, a partir dessa última, rejuvenescimento ou declínio, como pode ser observado na Figura 15.

Figura 15 – Evolução do ciclo de vida de um destino turístico.



Fonte: adaptado Butler (1980) por De Paula; Stein; Mecca (2016, p. 2).

Em fase de exploração, o meio físico e social encontram-se inalterados, pois o destino turístico não possui instalações específicas para os turistas, que são em pequeno número e realizam suas viagens individualmente, como exploradores, utilizando as acomodações destinadas à comunidade local (DE PAULA; STEIN ; MECCA, 2016). O reconhecimento da fase de desenvolvimento do destino é fundamental no planejamento turístico.

Deste modo, a dimensão turística foi organizada a partir da identificação dos atrativos turísticos locais. De acordo com o Mtur (2010, p. 27), os atrativos turísticos podem ser entendidos como “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los”. Os atrativos turísticos ainda podem ser classificados em quatro categorias: “naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas” (MTUR, 2010, p. 27).

Através da identificação turística foi possível identificar a potencialidade e a vocação turística, bem como as necessidades de adequação e estruturação das comunidades para a implantação do Turismo de Base Comunitária.

4.3.1 Atrativos Naturais

Os atrativos turísticos naturais são definidos como os “elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos” (MTUR, 2010, p. 27). São exemplos de atrativos turísticos naturais rios, montanhas, fauna, flora, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, entre outros. No território quilombola, os atrativos naturais encontrados foram: os rios São Francisco, Parapuca e Paraúna, e as matas de restinga nas comunidades Resina e Santa Cruz.

Formado a partir das águas do São Francisco, o rio Paraúna adentra o município de Brejo Grande, criando riachos de água doce que formam as terras alagadas, formando pântanos, lagoas e pastagens naturais onde são desenvolvidas a bovinocultura, a cocoicultura, a carcinicultura e os cultivos de subsistência (Figura 16).

Figura 16 – Paisagens de influência do rio Paraúna.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

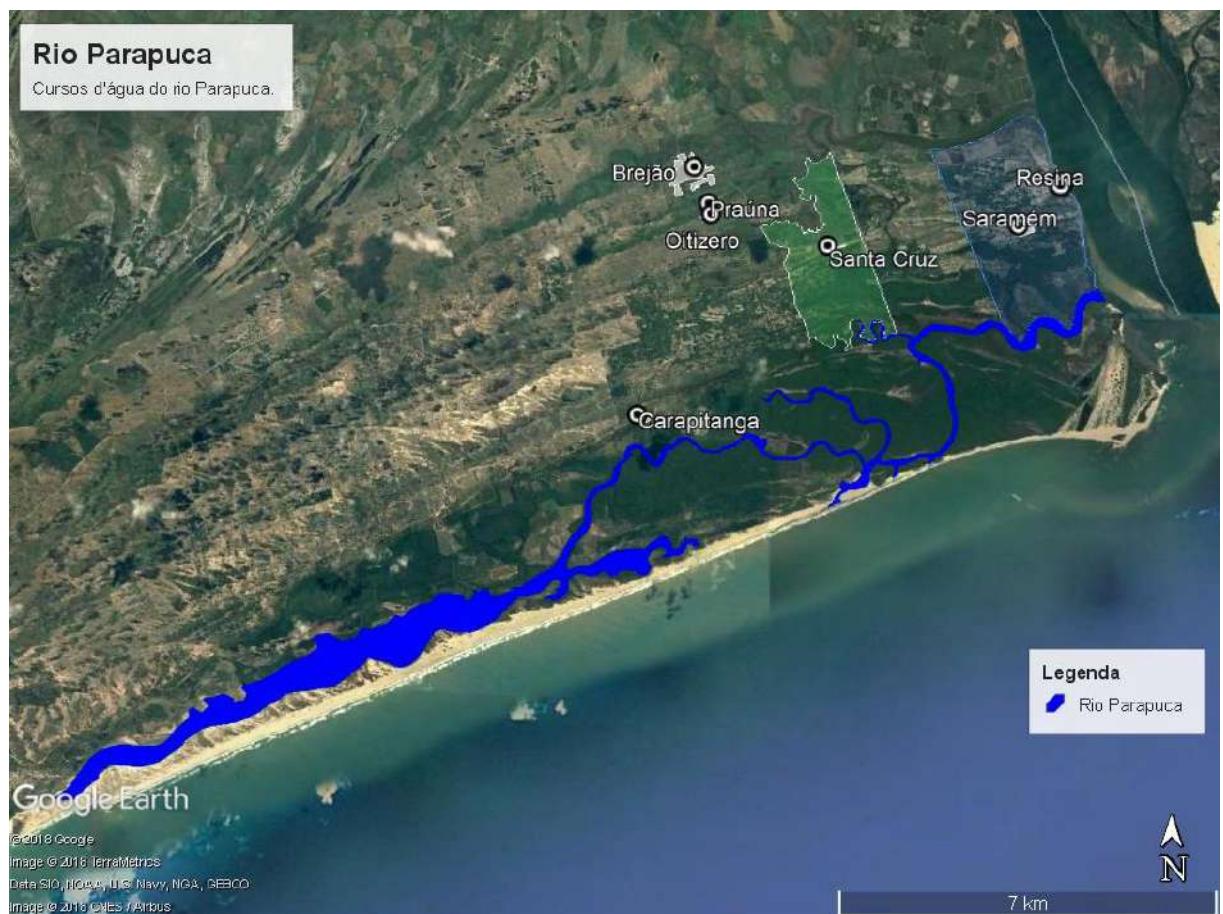
Nota: 1 – Cocoicultura na estrada do povoado Brejão dos Negros; 2 – Riacho na entrada do povoado Brejão dos Negros; 3 – Cultivo associado de coco e mandioca na Fazenda Batateiras; 4 – Brejo com criação de gato, Fazenda Batateiras.

Além destas atividades, no rio Paraúna, as comunidades locais pescam os peixes como o cará e a traíra (usando anzol, tarrafa, cuvú, ou puçá – também conhecido como gerere), crustáceos como o camarão de água doce (usando covo, redinha ou tarrafa), o guaiamum (através de armadilha chamada de ratoeira) e o sirí, e o massunim, um molusco de água doce catado a mão.

As paisagens formadas pelas águas do rio, aliadas às atividades típicas do espaço rural e à tranquilidade do ambiente, podem ser usadas como atrativo turístico a partir de visitas ao loteamento da Fazenda Batateiras, composto de roças onde as famílias desenvolvem a agricultura familiar, promovendo uma experiência turística diferenciada através do contato direto com o espaço rural.

O rio Parapuca é formado pelas águas do rio São Francisco e do Oceano Atlântico. Ao longo do seu curso, que se estende da Foz do rio São Francisco até o oceano, ultrapassando os limites do território quilombola, estão os manguezais, um ecossistema de grande diversidade biológica (Figura 17).

Figura 17 – Curso do Rio Parapuca.



Fonte: Elaborado a partir do Google Earth, 2018.

Os mangues locais são para as comunidades quilombolas um meio de sobrevivência. Do mangue, as comunidades retiram caranguejo uçá, sururu, ostra, comilonge, massunim de água salgada, unha de veio, entre outros crustáceos, mariscos e moluscos. Grande parte dos pescados é comercializada em Aracaju por atravessadores.

Além da pesca, do mangue são retiradas madeiras para a construção de cercas, casas de taipa e outras estruturas de uso doméstico e produtivo (para fazer chiqueiro, puleiro para galinha, giral para lavar pratos e cozinhar no fogão a lenha, entre outros).

O mangue, as ilhas e as águas navegáveis e propícias para o banho, fazem do rio Parapuca um recurso natural passível de ser turístico a partir da realização de passeios de barco. Para tanto, é necessário que sejam realizadas algumas ações de estruturação, a começar pela capacitação da comunidade para elaboração de roteiros turísticos no território.

O rio São Francisco é uma das mais importantes bacias hidrográficas do país, não só pelo seu volume e potencial hídrico, mas também por sua contribuição na história e economia das regiões por onde passa ao longo dos seus 2.700 km de extensão, que vai da sua nascente na Serra da Canastra (MG) até desaguar do Oceano Atlântico, na divisa de Sergipe e Alagoas (CBHSF, 2018).

A bacia do rio São Francisco se estende por 507 municípios de sete estados, Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%) e Distrito Federal (0,2%), e está dividida em 4 regiões: Alto São Francisco, Médio São Francisco, SubMédio São Francisco e Baixo São Francisco (CBHSF, 2018). A região do Baixo São Francisco corresponde à extensão da divisa natural entre os estados de Sergipe e Alagoas e corresponde a menor região da bacia, com 32.013 km² (CBHSF, 2018).

No território quilombola, o rio São Francisco é o principal atrativo, motivando os deslocamentos turísticos para a região. Atualmente, diversas empresas de receptivo, tanto da capital sergipana quanto da alagoana comercializam passeios turísticos para a Foz do Rio São Francisco.

Em Sergipe, os passeios saem de Aracaju e chegam ao porto da cidade de Brejo Grande por volta das 9h00min, é feito um percurso de catamarã até a Foz, onde param para tomar banho e voltam à cidade para almoçar em um dos dois restaurantes da cidade, retornando para a capital por volta das 13h00min do mesmo dia (Foto 33).

Foto 33 – Local de parada dos asseios para a Foz do Rio São Francisco.



Fonte: Site Tem Que Ir, 2018.

O rio São Francisco é um elemento natural bastante marcante na história e na cultura local, e sempre foi um elemento social imprescindível no desenvolvimento das atividades econômicas no município. Junto com o Oceano Atlântico, o rio São Francisco diversifica os ecossistemas locais, e traz para os ribeirinhos a possibilidade de sustento e desenvolvimento (Foto 34).

Foto 34 – Rio São Francisco, praia no Porto do Povoado Saramém.



Fonte: Roberto Pinheiro Oliveira, 2017

Ao longo do seu curso pelo município Brejo Grande são formadas ilhas, croas e praias que compõem paisagens de forte apelo turístico. A comunidade local tem no

rio São Francisco um recurso de lazer. Nos finais de semana e feriados, os portos de Brejo Grande recebem um elevado número de banhistas, em especial o porto do povoado Saramém, que fica nas imediações da comunidade Resina, onde existe uma ocupação urbana irregular, com casas de taipa e alvenaria destinadas ao veraneio.

O Farol São Francisco do Norte (Foto 35), parcialmente submerso, foi o que restou do povoado Cabeço, devastado pelas águas do mar na década de 1990, num processo erosivo.

Foto 35 – Farol São Francisco do Norte, antigo povoado Cabeço, Ilha do Arambipe, Brejo Grande/SE.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2009.

Esse farol é uma das imagens mais vinculadas ao município e à foz do rio que lhe dá o nome. Inaugurado em 1873, constitui num patrimônio histórico do município, mas se encontra em avançado estado de degradação, pois sua estrutura em ferro vem sendo corroída desde que foi desativado em 1998 (RIBEIRO JR; RAMBELL; SANTOS, 2012).

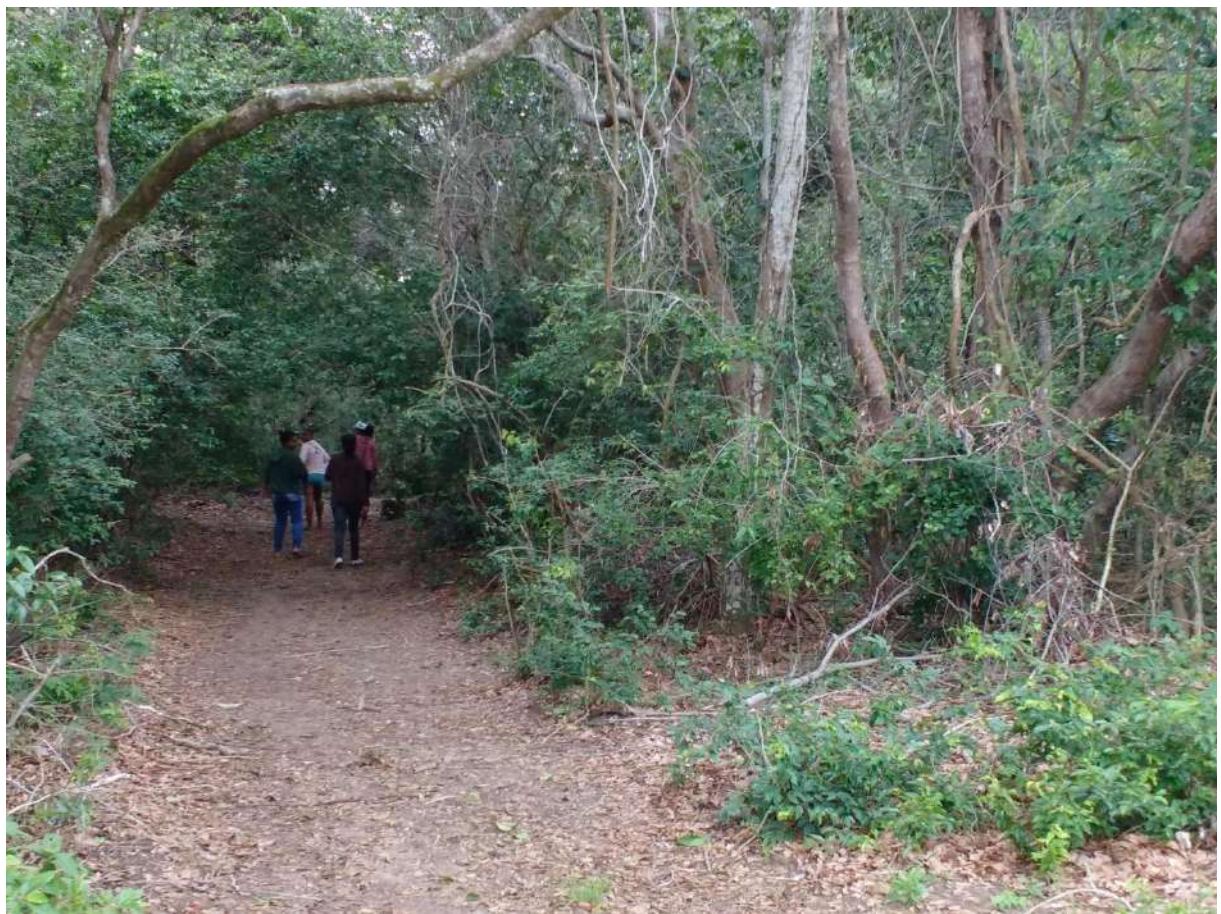
Como atrativo turístico a ser desenvolvido pelas comunidades do território quilombola, o rio São Francisco oferece as possibilidades que vão desde a prática de esportes aquáticos, tais como caiaque, *stand-up paddle* e mergulho, e passeios

com foco na preservação e educação ambiental que contemplem as praias, croas, vegetação e fauna local.

Na antiga Fazenda Batateiras, onde está localizada a comunidade Santa Cruz, e em grande parte do território, numa região entre o rio Parapuca e Paraúna, existe uma vegetação nativa de grande potencial turístico, tanto por sua diversidade da flora e fauna como pela sua paisagem e ambiente natural.

A mata na comunidade Santa Cruz (Foto 36) é caracterizada pela vegetação de restinga, com espécies de grande e pequeno porte. Na mata é possível percorrer estradas abertas que atualmente servem para a comunidade pegar lenha e acessar o manguezal. Estas estradas podem ser utilizadas para fins de visitação, necessitando antes serem devidamente estruturadas.

Foto 36 – Estradas na Mata da Santa Cruz, fazenda Batateiras



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

As possibilidades de uso turístico para o local seriam trilhas ecológicas de caráter pedagógico, através das quais os visitantes poderiam ter um maior contato com esse tipo de vegetação, conhecendo as espécies endêmicas e sendo sensibilizados em relação à necessidade de preservação da biodiversidade local,

principalmente dos ecossistemas costeiros, sempre ameaçados pela ocupação urbana.

Durante a realização da caminhada transversal pela comunidade Santa Cruz, foi possível compreender um pouco da diversidade e utilidade das espécies locais, muitas com fins alimentício, medicinal e econômico. Através do painel coletivo, a comunidade identificou as espécies mais utilizadas pela população local.

Na Figura 18, tem-se três espécies bastante apreciadas pela população local e que estão presente na flora da mata.

Figura 18 – Cambuí, ouricurí e ubaia.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

O cambuízeiro é uma espécie bastante presente na mata e seu fruto de gosto adocicado é utilizado em drinks alcoólicos, sucos e sorvetes. O ubaia é um fruto amarelo de forte sabor crítico encontrado apenas nas matas locais e é utilizado para fazer suco. Já o fruto de ouricurí, uma palmeira facilmente encontrada, é cozido e consumido pela população local, também é comercializado nas feiras locais. As palhas do ouricurí são utilizadas na confecção local de chapéus, bolsa, vassouras, entre outros.

Entre as plantas medicinais vale destacar a amesca (Foto 37). A amesca é uma árvore largamente utilizada pela população local, de cheiro muito agradável, sua seiva e casca são utilizadas como incenso e como remédio para dores de cabeça, de dente, e de barriga e para doenças como a sinusite. Seu fruto, de sabor adocicado também pode ser consumido.

Foto 37 – Amesca



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

A inserção da atividade turística na mata local, além de um caráter educativo, promove a valorização desse ecossistema de grande importância histórica, cultural e ambiental, bem como os saberes locais em relação aos usos dados para cada espécie. Através da visitação, foi possível perceber a relação de respeito que a comunidade estabelece com este meio natural, elucidado a sua importância como recurso natural.

Nos últimos anos, a diminuição da vazão do rio São Francisco, a poluição causada pelo despejo irregular do esgoto das cidades ribeirinhas e dos agrotóxicos e a destruição das matas ciliares do rio São Francisco e seus afluentes tem acarretado mudanças severas na região que compreende o território quilombola, entre elas a salinização e a erosão das margens do rio e seu consequente assoreamento.

Frente à nova realidade, as comunidades ribeirinhas, como Saramém e Resina, ficaram sem acesso à água potável, sendo necessário o uso de caminhão pipa para esses fins. Além do acesso à água, as comunidades tiveram suas atividades econômicas prejudicadas, pois a maioria das famílias vive da pesca artesanal e tiveram quedas bruscas na produção.

É de fundamental importância que as atividades turísticas a serem desenvolvidas sejam pautadas na gestão ambiental sustentável adequada à

realidade socioeconômica e às demandas locais, através de planos de manejo e da participação comunitária, com objetivo de preservar o rio como patrimônio.

4.3.2 Atrativos Culturais

Os atrativos culturais podem ser entendidos como os “elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxo turístico” (MTUR, 2003, p. 27). Os atrativos turísticos culturais podem ser de natureza material ou imaterial, sendo representados por bens e valores “produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura” (MTUR, 2003, p. 27).

Ainda de acordo com o Ministério do Turismo – Mtur (2007), o artesanato, a gastronomia, as manifestações artísticas, as festas e celebrações, edificações históricas, entre outros elementos representantes da cultura e história local podem ser considerados atrativos turísticos culturais.

Na região do território existe um patrimônio material representado por ruínas de senzalas, além das sedes de engenhos que podem ser utilizadas como atrativos turísticos, no entanto são privados e não estão abertos ao público.

O município tem alguns engenhos com a estrutura arquitetônica preservada, como o engenho Capivara, na Resina e o Cajuípe (Figura 19).

Figura 19 – Antigo engenho Cajuípe, 2017.



Sede do antigo engenho Cajuípe, 2017. Foto: Anderson Araújo.



Antiga Caldeira do engenho Cajuípe, 2017. Foto: Anderson Araújo

Fonte: Elaboração própria, 2018.

No município também é possível identificar algumas ruínas de construções do período dos engenhos de açúcar. De acordo com os moradores locais, no município

existiram mais de 15 engenhos, essas ruínas provam os relatos dos moradores (Foto 38).

Foto 38 – Ruínas das estruturas de engenho às margens da Rodovia SE-200, na entrada da cidade de Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Dentre os atrativos turísticos culturais encontrados durante a pesquisa, vale destacar: a gastronomia, o artesanato, as festas e celebrações, as danças e a música.

A gastronomia no território é influenciada pela diversidade das atividades e dos recursos naturais disponíveis. São elementos marcantes da gastronomia local: coco, mandioca, milho, batata doce, leite de vaca e derivados, abóbora, quiabo, maxixe, melancia, peixes, crustáceos, moluscos, manga, jenipapo, banana, caju, carne (aves, boi e caprinos) entre outros produtos de origem local.

Assim, a gastronomia é historicamente influenciada pela cultura dos índios, dos africanos e portugueses que habitaram o local, sendo adaptado aos produtos alimentícios cultivados e extraídos da natureza local.

Pode-se afirmar que grande parte dos pratos da culinária quilombola do território Brejão dos Negros é a base de peixes, mariscos, crustáceos e moluscos disponíveis na região (Figura 20), quando transformados em ensopados, o leite do

coco é o ingrediente necessário. Geralmente esses pratos são acompanhados do arroz, que muitas vezes é cozido no leite de coco, o arroz de coco

Figura 20 – Pratos da Gastronomia quilombola do território, Santa Cruz



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Largamente cultivado no território, seja nas propriedades rurais ou nos quintais produtivos, o coco é um dos elementos marcantes na dieta das comunidades quilombolas do território. O leite de coco fresco é utilizado em diversos pratos quentes. O coco ralado é ingrediente de doces e bolos tradicionais. Já o óleo do coco caseiro é utilizado para fins medicinais (cicatrização de ferimentos e queimaduras), alimentício (para frituras) e estético (hidratação de pele e cabelos).

Pela simplicidade em termos de ingredientes, basicamente coco e açúcar, a cocada é bastante consumida na localidade. A cocada é feita de diversas formas, desde a mais tradicional, a base de coco e açúcar, até as mais elaboradas, como as cocadas de forno, que levam ovos, farinha de trigo, açúcar, coco ralado e fermento. Assim, tem-se a cocada dura (coco cortado em tiras ou ralado) e a cocada mole (com coco ralado).

No Saramém, há quase duas décadas, as doceiras locais viram na cocada uma oportunidade de trabalho. Através da Associação das cocadeiras e artesãs do povoado Saramém, o tradicional doce ganhou novos sabores – como maracujá, amendoim, goiaba e leite condensado - e passou a ser comercializado para o público que visita a Foz do rio São Francisco (Foto 39).

Foto 39 – Cocada comercializada na Foz do Rio São Francisco pelas doceiras do povoado Saramém.



Fonte: Partiu pelo Mundo, 2018. Disponível em: < <http://partiupelomundo.com/passeio-de-barco-foz-do-rio-sao-francisco/> >. Acesso em 13 de ago de 2018.

Além da cocada, beijú, tapioca, pé de moleque, sequilho, macazada e outros quitutes, também são doces tradicionalmente consumidos e comercializados na feira local (Foto 40).

Foto 40 – Comercialização de quitutes a base de coco na feira de Ilha das Flores, Sergipe.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

O pé de moleque (Figura 21), também conhecido como *manuê* ou pé de zumbi, é um doce típico da região Nordeste. No território quilombola, o pé de moleque é preparado a partir da mistura da puba (a massa fermentada da mandioca) com coco ralado, açúcar e cravo. Pequenas porções da mistura são despejadas e enroladas em folhas de bananeira para serem assadas em chapas de metal sobre o fogo à lenha.

Figura 21 – Pé de Moleque, doce tradicional feito com coco e mandioca



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Outros elementos bastante presentes na culinária local são a mandioca e a macaxeira. O beneficiamento da mandioca é feito de forma coletiva na Casa de Farinha Comunitária (Foto 41). Além da farinha, no local também é feito o no beijú, alimento muito consumido com o café.

Foto 41 – Casa de Farinha Comunitária, comunidade Santa Cruz, Brejo Grande-SE.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Além da cocada, os doces de leite (a ambrosia, com leite, ovos, açúcar, limão ou vinagre para “talhar” o leite e cravo), de banana (Casca da banana, banana cortada em rodelas, açúcar e cravo) e de caju (Caju inteiro expremido, sumo do caju, açúcar e cravo) também são sobremesas muito consumidas no território, utilizando, em grande parte produtos locais, como o leite, a banana e o caju.

Outro prato da região é o ribacão, que é feito com arroz branco, feijão de corda e leite de coco. Outros elementos marcantes da gastronomia local são: batata doce, maxixe, quiabo, milho entre produtos locais da agricultura familiar, cultivados nos lotes e quintais.

A diversidade da gastronomia tradicional, como elemento cultural pode ser utilizada e fortalecida como recurso turístico cultural quilombola. Para isso, seria interessante a realização de festivais ou feiras gastronômicas. Esses eventos podem elucidar as características culturais presentes nos ingredientes locais, na elaboração e apresentação dos pratos, fortalecendo seu caráter histórico e social.

Este resgate pode ser realizado através de levantamentos e registros, podendo ser confeccionadas cartilhas ou livretos que contemplem a história local e o folclore.

Além da gastronomia outros elementos culturais imateriais, como o folclore e outros saberes e fazeres, devem ser resgatados e divulgados, uma vez que, de acordo com informações coletadas durante a pesquisa de campo junto a população local, esses elementos apresentam um certo grau de fragilidade no que diz respeito à sua preservação e repasse.

O calendário de festas das comunidades quilombolas do território é ocupado por diversos eventos, que em grande parte são religiosos. Na comunidade Santa Cruz, as comemorações fixas acontecem nos meses de maio e outubro.

Santa Cruz era a antiga padroeira do povoado Brejão, fato histórico que deu origem ao nome da associação e, posteriormente, ao da comunidade, que adotou a Santa Cruz como padroeira local.

Baseada no sincretismo entre a religião católica e o candomblé, a festa da Santa Cruz é o principal evento religioso da comunidade, sendo realizada no mês de maio.

A festa é realizada durante 3 dias, conhecido como o trido, as festividades começam dois dias antes do Dia da Santa Cruz, 3 de maio, em todos os dias são realizadas missas, cada uma com um tema.

No primeiro dia é realizado um cortejo para o levantamento do mastro em homenagem a Santa Cruz, o trajeto é realizado ao som das músicas do grupo de percussão Quilombatuque Dancaiê (Figura 22).

Figura 22 – Imagens do cortejo para o levantamento do Mastro na comunidade quilombola Santa Cruz



Fonte: Elaborado a partir de vídeo de Jayne Tavares, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vrWLtGGaKO8>>. Acesso em 13 de ago de 2018.

No mesmo dia também é comemorado o orixá Oxossi, que representa a caça, as matas, os animais, o sustento e a fartura. No segundo dia acontece apenas uma missa, e no terceiro dia, o dia da Santa Cruz, além da missa, é realizada uma festa cultural, com danças e músicas do Maracatu Raízes do Quilombo e do grupo de percussão.

No dia 12 de outubro, Dia das Crianças e de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, é comemorado São Cosme e Damião, do candomblé. Nesta data são consumidos o bobó de camarão e o caruru, e são distribuídos doces e brinquedos para as crianças da comunidade.

Na comunidade Resina, no dia 20 de setembro, é realizada a festa de Santo André, padroeiro da comunidade (Foto 42). Durante a festa os moradores participam de uma missa, procissão e almoço coletivo no barracão da comunidade.

Foto 42 – Procissão da Festa de Santo André na Resina, 2016



Fonte: Renovação Carismática Católica Sementes de Vida – Brejo Grande/SE, 2016.

Bom Jesus dos Navegantes também é comemorado pelas famílias da Resina, quando participam das celebrações organizadas pela comunidade católica do povoado Saramém, durante a festa são realizadas a missa e procissão sob as águas do rio São Francisco.

As festas nas comunidades podem agregar valor à experiência dos visitantes locais, sendo necessária a organização de um calendário festivo que contemple as festas principais e outras festividades das comunidades próximas.

Na Resina não foram registrados grupos de dança ou de música. O falta de projetos de resgate cultural na Resina foi uma das problemáticas levantadas pelos participantes durante as oficinas realizadas na comunidade.

Já na comunidade Santa Cruz, existe o grupo de percussão e dança afro e o grupo de maracatu que fazerem apresentações em festas e eventos locais (Foto 43), bem como apresentações em outros eventos culturais. Na Foto 44, o grupo de Maracatu “Raízes do Quilombo” faz uma apresentação em Aracajú, na Biblioteca Epifânio Dórea. Vale lembrar que antes mesmo do movimento quilombola, o município já possuía grupos de danças tradicionais, como o samba de coco. No Maracatu os integrantes interpretam os personagens de rei, rainha e embaixadores

Foto 43 – Apresentação do grupo Maracatu Raízes do Quilombo, Resina, 2017.



Fonte: Eneias Rosa, 2017.

Foto 44 – Apresentação do grupo Maracatu Raízes do Quilombo, Aracaju, 2016.



Fonte: Maria Izaltina, 2016.

A partir da luta pelo reconhecimento como remanescentes quilombolas, as comunidades buscaram o fortalecimento dessa identidade cultural, resgatando alguns grupos de danças e músicas. Assim, surgiram três grupos: o grupo de Maracatu Raízes do Quilombo, o grupo de percussão e dança “Quilombatuque Dancaiê” e a roda de capoeira Mestre Pequeno. Esses grupos são formados por crianças, jovens e idosos.

Durante as visitas técnicas foi possível ter contato com o grupo de percussão e dança Quilombatuque Dancaiê (Foto 45) ensaiando, pois o grupo se reúne aos finais de semana para ensaiar. Na Santa Cruz, a música e a dança são utilizadas na recepção daqueles que visitam a comunidade, proporcionando um maior contato e troca de experiências entre a comunidade e os visitantes.

Foto 45 – Apresentação do Grupo de Percussão e Dança Quilombatuque Dancaiê, Santa Cruz, 2018



Fonte: Willams Gomes dos Santos, 2018

Os produtos agrícolas artesanais, feitos e comercializados pelas comunidades podem agregar valor e identidade ao turismo local. Dentre esses produtos, tem destaque para o mel e o polén de abelha (Foto 46) e o óleo de coco (Foto 47).

Foto 46 – Mel e Polén de abelha fabricados no Território Quilombola Brejão dos Negros.



Fonte: Instituto Marcelo Deda, 2011. Disponível em: <<http://www.institutomarcelodededa.com.br/projeto-do-estado-resgata-autoestima-de-comunidade-quilombola/>>. Acesso em 13 de ago de 2018.

Foto 47 – Óleo de coco artesanal fabricado por mulheres quilombolas do Brejão dos Negros



Fonte: Eneias Rosa, 2018.

O artesanato local também é um atrativo cultural local e pode ser representado pela fabricação de esteira de juncos (pirirí) e de chapéu, bolsa e vassouras a partir das palhas do coqueiro (Foto 48).

Foto 48 – Artesanatos do Território Quilombola Brejão dos Negros.



Fonte: Instituto Marcelo Deda, 2011. Disponível em: <<http://www.institutomarcelodededa.com.br/projeto-do-estado-resgata-autoestima-de-comunidade-quilombola/>>. Acesso em 13 de ago de 2018.

Outros artesanatos são o crochê e os bordados de ponto cruz que são utilizados na vestimenta, nos itens de cama, mesa e banho, e em itens de utilidades domésticas, como pucha-sacos, panos de pratos, passadeiras, tapetes, entre outros (Foto 49).

Foto 49 – Tapete de crochê produzido pela artesã quilombola Claudeane Bispo, comunidade Santa Cruz, Brejo Grande, Sergipe.



Fonte: Claudeane Bispo, 2018.

Além da venda dos produtos artesanais, a comunidade pode oferecer cursos para que os visitantes aprendam a fazer o artesanato local e levem para casa não somente algo representativo da cultura quilombola do Brejão dos Negros, mas uma também experiência única e inesquecível. Outra ação que poderia ser desenvolvida pelas comunidades era a fabricação e comercialização de lembrancinhas que representassem a cultura popular e o modo de vida local.

4.3.3 Serviços ao visitante

Os grupos que atualmente visitam a localidade são, em grande maioria, pesquisadores e técnicos de entidades públicas e privadas que desenvolvem ações dentro do território, com pouco número de visitantes que se deslocam com a finalidade principal de descanso, lazer e recreação. Na Resina já existe um fluxo mais expressivo de pessoas que se deslocam com objetivo de lazer, influenciados pelo rio São Francisco.

Na Santa Cruz, ainda não existe serviços de hospedagem, quando um grupo ou indivíduo pretende pernoitar no local, a comunidade se organiza e consegue abrigar as pessoas nas casas de uso da comunidade, como a Quilomboteca, ou em suas próprias casas. Na Resina, existe uma moradora que dispõe de dois quartos bem estruturados para acomodar visitantes.

Nas duas comunidades, os serviços de alimentação são disponibilizados por grupos de cozinheiras locais, sendo necessária uma prévia comunicação para contratar esses serviços. O cardápio inclui os itens geralmente consumidos pelos quilombolas, já mencionados na caracterização da gastronomia local.

É necessário que as comunidades se organizem para decidirem como irão desenvolver o turismo e como vão empreender para oferecer a estrutura necessária para receber bem seus visitantes e turistas. Os empreendimentos devem estar de acordo com as condições das comunidades, já que o investimento em restaurantes e pousadas exige um grande montante de recursos financeiros que a população local não tem disponível.

Assim, devem ser criadas alternativas de oferta de serviços de alimentação e hospedagem que sejam uma oportunidade atraente e possível para as comunidades locais e uma opção de qualidade para os visitantes. Entre as opções, tem um restaurante comunitário e o sistema de Cama & Café.

4.4 Análise ambiental

Para a análise ambiental foi utilizada a ferramenta SWOT, através da qual são levantadas as fraquezas, ameaças, fortalezas e oportunidades que são enfrentadas pelas comunidades quilombolas Resina e Santa Cruz para o desenvolvimento Turismo de Base Comunitária.

Neste contexto, a análise SWOT buscou analisar como as problemáticas atuais podem interferir na conjuntura de um cenário futuro, que seria o desenvolvimento do TBC. A análise deu subsídios para a elaboração do prognóstico e pode auxiliar a comunidade local nas decisões sobre o planejamento turístico local.

Assim, a análise SWOT auxilia na tomada de decisões do planejamento, dando base para a formulação de ações que busquem minimizar os pontos fracos e ameaças e maximizar os pontos fortes e o aproveitamento das oportunidades. Deste

modo, a SWOT permite a análise dos ambientes externos e interno das comunidades, por isso também pode ser denominada de análise ambiental ou de cenários.

Na análise do ambiente externo são levantados os fatores que são incontroláveis pelo território e podem ser classificados como oportunidades ou ameaças. A identificação desses fatores externos possibilita a realização de um planejamento turístico mais adequado à realidade local, por meio do qual sejam propostas ações viáveis em termos econômico, social e ambiental.

As ameaças e oportunidades identificadas nas comunidades estão organizadas no Quadro 3

Quadro 3 – Análise do ambiente externo para o desenvolvimento do TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas para as comunidades quilombolas. • O interesse de pesquisadores de instituições de ensino no desenvolvimento de pesquisa e extensão no território. • Editais para financiamento de projetos nas áreas de desenvolvimento social, cultura, turismo, agricultura familiar, entre outros. • Atuação de agentes públicos e privados no território: Petrobrás-PEAC; Emdagro; Incra; universidades e institutos federais; Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco; Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco, entre outros. • Crescimento do mercado de bens e serviços voltados ao desenvolvimento sustentável e à agricultura familiar. • Crescente número de pessoas com interesse em vivenciar experiências. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso aos serviços de saúde pública. • Acesso aos serviços de educação pública. • Instabilidade política. • Salinização do rio São Francisco. • Falta/Inadequação de sistema de saneamento básico (destinação dos resíduos sólidos e de esgoto). • Especulação imobiliária nas margens do rio São Francisco, próximo ao porto do povoado Saramém; • Destrução dos mangues pelo avanço da carcinicultura na região; • Sinalização básica e turística das vias de acesso ao município, SE-204 e SE-100. • Dificuldade nos meios de comunicação, no que se refere à cobertura de redes de telefonia e internet. • Pouca atuação do governo municipal no território quilombola no que diz respeito ao turismo.

Fonte: A partir das oficinas participativas, organizado por Rafaelle Pinheiro, 2018.

As ameaças identificadas foram coletadas a partir da árvore de problemas e da pesquisa de campo. Elas dizem respeito às problemáticas enfrentadas pelas comunidades, mas que as origens das mesmas são de responsabilidade do poder público.

Embora a comunidade não possa prover seus próprios sistemas de transporte, saúde, educação e saneamento básico, nem mesmo intervir nas ações de degradação do meio ambiente, a mesma pode viabilizar junto ao poder público e

à iniciativa privada projetos que viabilizem ações de melhoria desses fatores negativos.

Mesmo enfrentando muitas ameaças no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, por serem remanescentes de quilombo e estarem organizadas, as comunidades dispõem de uma gama de oportunidades. As oportunidades identificadas estão relacionadas com a possibilidade de acesso à editais e políticas voltadas às comunidades quilombolas, rurais e ribeirinhas, sendo possível o desenvolvimento de projetos que sejam financiados a partir dessas políticas setoriais.

Além disso, o interesse de pesquisadores e de instituições de ensino no desenvolvimento de trabalhos no território também contribui para o fortalecimento do desenvolvimento turístico. Grande parte das melhorias sofridas pelas comunidades foram conseguidas a partir das oportunidades advindas do fato de serem quilombolas, litorâneas ou do Baixo São Francisco.

Os recursos turísticos disponíveis no território, aliado ao crescimento do mercado de bens e serviços voltados ao desenvolvimento sustentável e à agricultura familiar e o crescente interesse pela vivência no meio rural apresentam-se com oportunidades de desenvolvimento do turismo rural nas comunidades.

O meio natural, as atividades econômicas e o modo de vida rural são os principais recursos para a estruturação do turismo local. Para tanto, é necessário que a comunidade seja sensibilizada quanto à importância do turismo como alternativa de renda e sejam capacitadas para serem protagonistas do planejamento da atividade, assim como ocorre com as atividades que já são desenvolvidas no território.

A análise do ambiente interno identifica os fatores que representam pontos de fraqueza ou forças para o desenvolvimento do turismo, tais fatores estão diretamente relacionados com o turismo e podem ser controlados pelas comunidades. O levantamento dos fatores internos serve para que o planejamento turístico seja capaz de minimizar as fraquezas e maximizem as forças identificadas através de ações estratégicas.

As forças e fraquezas estão organizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Análise do ambiente interno para o desenvolvimento do TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de recursos naturais e culturais. • Fazer parte de um território quilombola. • Posse da terra. • Identidade rural • Gestão comunitária dos recursos locais. • Preservação e resgate de grupos de música e dança (maracatu) na Santa Cruz. • Conhecimento sobre o uso de plantas medicinais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de diversificação das fontes de renda. • Falta de comprometimento e interesse de todos no desenvolvimento do turismo local. • Falta de projetos de valorização da cultura local na Resina. • Não existe um comitê ou associação de turismo no território. • Necessidade de cursos de qualificação profissional na área de turismo: alimentação, hospedagem, atendimento, guiamento. • Deficiências na organização dos serviços de Alimentos e Bebidas, hospedagem e entretenimento.

Fonte: Fonte: A partir das oficinas participativas, organizado por Rafaelle Pinheiro, 2018.

As fraquezas foram identificadas a partir dos dados coletados na aplicação da Árvore de Problemas e durante a pesquisa de campo. Nota-se que as comunidades precisam diversificar a fonte de renda, em especial a Resina, onde a maioria das famílias vive da pesca, que nos últimos anos está cada vez mais fraca, e não podem mais cultivar o arroz devido à salinização das águas do São Francisco.

Outra fraqueza relatada pelas comunidades durante a aplicação das oficinas de DRP foi a falta de interesse e comprometimento da comunidade para o desenvolvimento do turismo, o que reflete na pouca estruturação turística. Dentro dessa perspectiva, é necessário que as ações que sejam desenvolvidas no território foquem no estabelecimento de compromisso e interesse dos integrantes das comunidades para com o desenvolvimento turístico local, mobilizando e sensibilizando as comunidades sobre a importância do seu papel como protagonistas da atividade turísticas.

Dentre os pontos fortes, a variedade e qualidade dos recursos naturais e culturais disponíveis para o desenvolvimento de um produto turístico e a articulação e organização já existentes nas comunidades são os que merecem destaque para a proposta de TBC no território. A autonomia e gestão comunitária atuante e os recursos disponíveis revelam uma forte potencialidade do território para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária dentro do segmento do Turismo Rural, numa esfera da agricultura familiar.

Embora a ruralidade esteja presente como um atrativo principal da localidade, o turismo necessita de uma organização e infraestrutura mínima para ser desenvolvido. Diante disso, foram identificadas fragilidades do território no que diz a sua organização para na oferta de serviços de hospedagem e alimentação, bem como a inexistência de uma organização local para o turismo, sendo necessária a criação de um comitê ou comissão local que represente os interesses turísticos das comunidades do território frente aos agentes do setor.

4.5 Identificação de tendências e prospecção de cenários para o TBC no território quilombola Brejão dos Negros

A partir do levantamento das dimensões turísticas e da análise ambiental do território quilombola Brejão dos Negros, foi possível identificar o Turismo Rural como um dos segmentos que se adequam as particularidades locais e atende aos princípios do Turismo de Base Comunitária.

O Turismo Rural surge como uma tendência para as localidades distantes do meio urbano e no Brasil vem sendo desenvolvido como uma alternativa viável de turismo com baixo impacto ambiental e fator de valorização dos produtos e modos de vida rural.

De acordo com o Ministério do Turismo, na publicação “Turismo Rural: orientações básicas”, de 2010, o consumidor do turismo rural busca a aproximação com os ambientes naturais e rurais fora do seu habitat cotidiano, onde possam viver experiências autênticas e diferentes do seu dia-a-dia.

Ainda de acordo com o Mtur (2010), os turistas do segmento rural geralmente são:

- Originários dos grandes centros urbanos;
- Possuem entre 20 e 55 anos;
- Viajam na companhia de amigos ou parentes;
- Possuem ensino médio ou superior;
- Usam o transporte particular para fazer viagens de curta distância (até 150km) em finais de semana e feriados;
- Organizam suas próprias viagens;

- A internet e os parentes são as principais fontes de informação sobre o destino;
- Apreciam a culinária regional;
- Compram e valorizam a autenticidade dos trabalhos e produtos artesanais do destino visitado.

O cenário futuro das comunidades sem a adoção de ações estratégicas para o desenvolvimento do TBC não é animador. A localidade já apresenta um apelo turístico e o aumento do fluxo turístico sem que haja a participação e controle da comunidade local podem gerar os seguintes problemas:

- Poluição dos recursos naturais;
- Aumento da degradação do meio ambiente;
- Aumento da poluição sonora;
- Aumento da violência e insegurança;
- Maior Geração de lixo e dejetos;
- Sazonalidade de fluxo turístico;
- Turismo de baixo impacto econômico;
- Riscos com desabastecimento local (energia, água, insumos);
- Desvalorização da cultura local em detrimento do entretenimento turístico.

Levando-se em consideração as características da demanda do Turismo Rural e das comunidades quilombolas estudadas, a adoção de ações estratégicas pela comunidade para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, dentro do segmento do turismo rural, pode gerar diversos benefícios num cenário futuro, entre eles:

- A diversificação e fortalecimento da economia social local, através da criação de novos empreendimentos sociais de pequeno porte;
- Geração de novas oportunidades de trabalho e renda;
- Incorporação da mulher quilombola ao mercado de trabalho remunerado;
- Agregação de valor dos produtos agrícolas locais;
- A diminuição do êxodo rural através da valorização do saber fazer e modos de vida das comunidades quilombolas;
- Melhoria dos equipamentos, dos bens imóveis e das condições de vida das famílias quilombolas;
- Fortalecimento do mercado de turismo interno;

- Conservação e valorização dos recursos naturais e do patrimônio cultural das comunidades;
- Maior intercâmbio e enriquecimento cultural promovido pelo contato entre comunidades e visitantes;
- Integração dos recursos naturais e culturais com todas as comunidades através da valorização e conhecimento dos aspectos locais;
- Resgate da auto-estima dos moradores das comunidades remanescentes de quilombo do território;
- Gestão comunitária dos recursos e empreendimentos turísticos locais.

Para que as comunidades do território possam alcançar tais benefícios com a atividade turística, é necessário o levantamento de diretrizes e prioridades de acordo com os desafios e oportunidades para o desenvolvimento do TBC na localidade. A partir das diretrizes e prioridades, são elaborados os objetivos gerais para os quais são destinadas ações estratégicas, metas e indicadores de monitoramento e avaliação.

Estes elementos configuram um plano de desenvolvimento turístico local, com característica de longo prazo. Deste modo, levando-se em consideração o estágio de desenvolvimento do turismo no território e as características e peculiaridades locais, foi elaborado o Projeto “TBC e empreendedorismo social no Quilombo Brejão dos Negros, Sergipe”, disponível no Apêndice A deste trabalho.

O projeto é destinado a realização de oficinas de capacitação para as comunidades locais, com o intuito de disseminar o conhecimento acerca do TBC e sensibilizar as comunidades para a necessidade de exercerem seus papéis de protagonistas no desenvolvimento do turismo local, tendo em vista que o turismo já faz parte da dinâmica local e o não empoderamento da população local para a gestão comunitária do turismo pode gerar problemas futuros e agravar os já existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formados por comunidades que foram historicamente excluídas, nas últimas duas décadas, os territórios quilombolas têm ganhado destaque na formulação de políticas públicas voltadas ao seu desenvolvimento local. Tais políticas visam a resolução dos problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais ali existentes.

O turismo é um dos setores que podem ser explorados por meio de políticas e projetos socioeconômicos e ambientais, na busca pela melhoria da realidade sociocultural, econômica e ambiental das comunidades remanescentes de quilombo.

Embora o turismo venha sendo visto pelas comunidades quilombolas e gestores públicos locais como uma das alternativas que agregam valor ao seu patrimônio cultural ou natural, sendo ele a atividade principal ou secundária, o mesmo deve ser estruturado a partir de uma abordagem sistemática do planejamento turístico que leve em consideração as realidades e necessidades locais.

Visando à garantia do desenvolvimento sustentável através do envolvimento e da participação da comunidade local nos processos de tomada de decisão, buscando um objetivo comum a todos os envolvidos, o TBC viabiliza às comunidades quilombolas a sua inserção no mercado turístico através de um modelo de gestão inovador que permite o uso sustentável e a (re)valorização dos recursos locais em busca do bem-estar coletivo, criando e/ou reforçando laços de solidariedade e compromisso entre os membros da comunidade.

É a partir da necessidade de redescobrimento e fortalecimento da identidade coletiva, que o turismo assume um papel importante na promoção e valorização econômica e social dos territórios quilombolas, dando aos recursos locais usos sustentáveis. Deste modo, o TBC aparece como uma das possibilidades de contribuição à tomada de consciência da comunidade em relação às alternativas de desenvolvimento local.

Neste contexto, a partir do desenvolvimento da presente pesquisa dentro da realidade do Território Quilombola Brejão dos Negros, foram levantadas as características do território, na elaboração do diagnóstico que deu base para o estabelecimento das ações necessárias para a implementação do turismo como alternativa de renda.

Com base no diagnóstico do território, notou-se, a sua vocação para o segmento do Turismo Rural, tendo o TBC como modelo de gestão. No entanto, apesar do forte potencial turístico, nota-se que o turismo ainda não se encontra estruturado no território, sendo necessárias ações de capacitação que permitam que a comunidade esteja apta a elaborar as soluções dos problemas que enfrenta para a estruturação do turismo local.

Assim, são necessárias ações na estruturação e organização dos atrativos, qualificação profissional, empreendimentos de serviços e equipamentos turísticos, bem como na comercialização desse produto.

Dentre as ações necessárias, estão:

- Formação de comitê de turismo local;
- Sensibilização e mobilização das comunidades e agentes locais para o desenvolvimento do TBC;
- Capacitação da comunidade para o TBC, cursos na área de manipulação de alimentos, guiamento turístico, produção cultural, meios de hospedagem alternativos, empreendedorismo, economia solidária, elaboração de roteiros;
- Formalização de parcerias com instituições de ensino e com o Sistema S para o desenvolvimento do turismo;
- Estruturação de roteiros turísticos;
- Estruturação de trilha ecológica na Mata da comunidade Santa Cruz;
- Melhoria da sinalização básica e turística das vias de acesso;
- Criação de uma rede local de Cama e Café;
- Organização de um restaurante comunitário;
- Organização de eventos para o fortalecimento cultural, festivais gastronômicos;
- Criação de material e recursos de promoção e comercialização do território como destino turístico;
- Intercâmbio e parceria com redes de TBC;

Outras ações que interferem no turismo e que devem ser desenvolvidas para a melhoria das condições de vida das comunidades, são:

- Coleta seletiva de lixo e compostagem;
- Reflorestamento de algumas áreas;
- Utilização de fontes de energia renovável;

- Aquisição de selos e certificações dos produtos agrícolas;
- Adoção de métodos sustentáveis de produção de alimentos;

Tendo em vista as necessidades de elaboração de um produto para o TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros, foi elaborado um projeto de capacitação para implantação do TBC, levando-se em consideração a vocação da localidade para o Turismo Rural.

A capacitação também se faz necessária para que as comunidades sejam sensibilizadas para a importância do turismo como uma oportunidade de renda. O projeto de capacitação, intitulado “TBC e empreendedorismo social no território quilombola Brejão dos Negros”, tem como um dos objetivos possibilitar que a comunidade dê início ao processo de organização comunitária para implantação do TBC no território.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber da comunidade um interesse pelo turismo, mas a falta de conhecimento sobre como se estruturar para ser um destino turístico foi preocupante. Assim, o projeto, além de capacitar a comunidade para o desenvolvimento turístico em acordo com os princípios do TBC, busca empoderar a comunidade sobre uma nova forma de turismo possível, diferente e exequível para a realidade socioeconômica em que se encontram as comunidades.

É recomendável que o projeto seja implantado, a fim de que as comunidades possam gozar de alguns benefícios advindos do turismo. Para tanto, existe a necessidade da formação de parcerias com entidades do Sistema S, tais como Sebrae e Senac, que atuam no turismo, bem como outros órgãos governamentais e não governamentais e instituições de ensino técnico e superior. Tais parcerias são de vital importância na promoção da capacitação dos membros da comunidade para o TBC.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 29, n. 1, 1999. Disponível em: < <http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf> >. Acesso em: 20 mar. 2017.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos; ESTEVES, Francisco Patrício; LIMA, Sibéria Salles Queiroz. Perfil sociolinguístico e socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombolas do estado do Tocantins. **Revista Entre Letras**. Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT, vol. I, n. 1, p. 91-117, 2010.
- ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, vol. XLI, n. 81, p. 121-141, 2006.
- ARAUJO, Zulu. Patrimônio da Cultura Negra. **Revista Palmares: cultura afro-brasileira**, Brasília, ano IV, n. 4, p. 5-7, out. 2008.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Brejo Grande**, SE. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/brejo-grande_se. Acesso 24/02/2018.
- BARTOLHO JR., Roberto dos Santos; CAMPOS, Arminda; BURSZTYN, Ivan; EGREJAS, Marisa; LIMA, Robson Pereira. **Relatório técnico-científico**: Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária. Rio de Janeiro: UFRJ/Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, 2011. 28 p. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Marco%20referencial%20-%20TBC.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.
- BENNETT, Marcus. Terra a quem de direito. **Revista Palmares: cultura afro-brasileira**, Brasília, ano IV, n. 4, p. 21-32, out. 2008.
- BIBLIOTECA DIGITAL DE CARTOGRAFIA DA USP. **Cartografia histórica**. Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itapuama Disponível em http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=661&lang=br. Acesso em 25/03/2018.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Rural**: orientações básicas. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Seção 1, p.1.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de novembro de 2003. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto nº 96.038, de 12 de maio de 1988. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra constituída pela Serra da Barriga, declarada Monumento Nacional, situada no Município de União dos Palmares, Estado de Alagoas. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de maio de 1988. Seção 1, p. 8460.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Edital da Superintendência Regional de Sergipe. **Diário Oficial da União**, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF, 4 de maio de 2015. Seção 3, p. 136.

BRASIL. Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de agosto de 1988. Seção 1, p. 16002.

Brasil. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil : Módulo Operacional 7 Roteirização Turística/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Mauricio. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 76-91.

CBHFS, Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. **A bacia**. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/a-bacia/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Balanço 20 de novembro**: Primeira titulação de terra quilombola no Brasil completa 20 anos. Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, Brasil, nov. 2015. Seção Revista. Disponível em <<http://comissaoproindio.blogspot.com/2015/11/primeira-titulacao-de-terra-quilombola.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; BARBOSA, Luciana Maciel; SAMPAIO, Camila Freire. Veraneio, turismo e especulação imobiliária no Porto das Dunas – litoral cearense. In: **Aporte y Transferencias. Tiempo libre, Turismo y Recreación**, Mar Del Plata, vol. 1, ano 14, p. 43-58, 2010.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. "Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva". **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, 3, Ipea, dez. 2009, p. 23-37.

CRISES. Presentación. Disponível em <<http://crises.uqam.ca/presentation-es>>. Acesso em 03 de setembro de 2016.

DANI, Ana Carolina. ONG alerta que turismo de massa ameaça Venezuela. **FRI**, Paris, julho de 2011. Seção Europa. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/europa/20110714-ong-alerta-que-turismo-de-massa-ameaca-venezuela>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

DAYCHOUM, M. **40 ferramentas e técnicas de gerenciamento**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

DE PAULA, Tuana Macedo; STEIN, Gabriella Veridiana; MECCA, Marlei Salete. Ciclo de Vida das Destinações Turísticas: Vila Flores, RS: 'Terra da Fé, Pão e Vinho'. **Rosa dos Ventos**: turismo e hospitalidade, v. 8, n.1, p. 1-13, 2016.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIOGO, Vera. **Dinâmicas de inovação social e suas implicações no desenvolvimento espacial**: três iniciativas do terceiro setor no Norte de Portugal. 2010. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em riscos, cidades e ordenamento do território 2009/2010, Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2010.

EDWARDS, Lorenzo. Italian holiday destinations want to cut down on tourism. **The Italian Insider**, Roma, Itália, jul. 2016. Seção Italy. Disponível em: <<http://www.italianinsider.it/?q=node/4071>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FABRINO, Nathália Hallack. **Turismo de base comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FERREIRA, Sidney Geraldo. **Os impactos do Turismo nas pequenas cidades**: um estudo em Itapecerica – MG. 2005. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

FGV. **Sobre o Observatório de Inovação do Turismo**. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/pages/view/sobre_oit>. Acesso em: 04 set. 2016.

FROEHLICH, José Marcos; CHIEZA, Emerson Dalla; DULLIUS, Paulo Roberto; PIETRZACKA, Rogério; SLUZZS Thaisy. Multifuncionalidade do espaço rural na região central do Rio Grande do Sul: análise exploratória. In: Congresso da SOBER, 42, 2004, Cuiabá, Mato Grosso. **Anais**. Cuiabá: Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2004. p. 1-13.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's)**: comunidades certificadas. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em 03 de mai. de 2018.

FUNDAÇÃO PALMARES. Artigos institucionais. **Quilombo e Caviar**. Eloi Ferreira de Araujo. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=15034>. Acesso em: 22 jun. 2016.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. **A intervenção Participativa dos Atores – INPA**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GÓMEZ, Carla Regina Pasa; FALCÃO, Mariana Cavalcanti; CASTILLO, Leonardo Augusto Gómez; CORREIA, Suzanne Nobrega; OLIVEIRA, Verônica Macário de. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. In: **Pasos**: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 13, n. 5, p. 1213-1227, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, vol. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

IBGE, Mapas. **Mapa de Clima do Brasil**. 2002. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/climatologia/mapas/brasil/clima.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

IBGE, Mapas. **Mapa de Unidades de Relevo do Brasil**. 2006. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/geomorfologia/mapas/brasil/relevo_2006.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

IBGE. IBGE Cidades: Brejo Grande, Sergipe. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/brejo-grande/panorama>>. Acesso em 01 de maio de 2018.

IGNARRA, Luis Renato. **Fundamentos do turismo**. 2 ed. São Paulo: Ed. Pioneira Thomson Learning, 2003.

INCRA. **Passo a passo da Titulação de Território Quilombola**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/passo_a_passo_quilombolas>. Acesso em: 29 jul. 2016b.

INCRA. **Quilombolas**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombola>>. Acesso em: 22 jun. 2016a.

INCRA. Relação de processos de regularização abertos no Incra. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

INCRA-SE. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Brejão dos Negros**. Aracaju, Sergipe, 2016.

IPHAN. **Bens Arqueológicos Tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/895/>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

LIMA, Robson Pereira de. **Turismo de Base Comunitária como Inovação Social**. 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação Em Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MALDONATO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 25-44.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D.M.; WILKINSON, J. (Org.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 301-328.

MARULO, Artur Manuel. **Turismo e meio ambiente**: uma análise do ecoturismo e sua contribuição sócio-ambiental no distrito matutuine: caso da reserva especial de Maputo – Moçambique. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Turismo, Natal, 2012.

MAURER, Angela Maria. **As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários no setor de artesanato gaúcho**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 289-301.

MIELKE, E. J. C. Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária. Campinas, São Paulo: Átomo & Alínea, 2009.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos. **Turismo de Base Comunitária no Brasil**. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, abr. 2013.

MOLINA, Sérgio. **Turismo**: metodologia e planejamento. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

MOURA, Carlos. 20 anos de história. **Revista Palmares**: cultura afro-brasileira, Brasília, ano IV, n. 4, p. 8-15, out. 2008.

NORONHA, Raquel Gomes. Era uma vez no quilombo: narrativas sobre turismo, autenticidade e tradição entre artesãs de Alcântara (MA). **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 43-60, mai. 2015.

OLIVEIRA, Allain Wilham Silva de. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e inovação social no Alto Jequitinhonha – MG**. 2015. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia da “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente – MG, 2015.

PEREIRA, Ana Lúcia. **FAMÍLIAS QUILOMBOLAS**: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca – Estado do Tocantins. 2012. 309 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

PINHEIRO, A. **Diagnóstico Organizacional**: o caso de Bel Lude – Distribuidor de Lubrificantes. Faculdade novos Horizontes. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: http://www.unihorizontes.br/pi/diag_orng_caso_bel_lube.pdf. Acesso em 13 de setembro de 2011.

PINHEIRO, Rafaelle Camilla dos Santos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; SANTOS, Luara Lázaro Gomes dos. A cidade de São Cristóvão (Sergipe, Brasil): educação, patrimônio cultural e turismo. In: Congresso Latino-Americano de Investigação Turística, 5, 2012, São Paulo. **Anais**, São Paulo, 2012, p. 1-15.

PINTO, Débora Beron; MOESCH, Marutschka Martini. Práticas turísticas fundando novas teorias – o caso da Linha Turismo em Porto Alegre. In: Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul, 2, 2005, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: UCS, 2005, p. 1-8.

QUIJANO, Carla Ricaurte. **Manual para el diagnóstico turístico local**: guía para planificadores. Escola Superior Politécnica del Litoral, 2009. Disponível em < <http://unrn.edu.ar/blogs/pt/files/2013/03/6-Ricaurte09-GuiaPlanTuris-ver-fichas-al-final-post-2007.pdf> >. Acesso em 29 de mai. de 2018.

RIBEIRO JR., A. ; RAMBELL, G. ; SANTOS, L. F. F. D. Antigo Povoado Cabeço: o primeiro sítio arqueológico subaquático cadastrado em Sergipe. In: Workshop Arqueológico de Xingó (MAX/UFS), 7, 2012, São Cristóvão e Laranjeiras, Sergipe. **Anais**. Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)-Núcleo Regional Nordeste, 2012. p. 1-5

RODRIGUES, Adyr Apparecida Balastreri. Introdução. In RODRIGUES, Adyr Apparecida Balastreri (Org.). **Turismo; Modernidade; Globalização**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para a administração da atividade no país. In: Seminário de Excelência em Gestão e Tecnologia, 10, 2013, Resende, Rio de Janeiro. **Anais**. Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2013. p. 1-10.

SILVA, Katia T. P.; RAMIRO, Rodrigo C.; TEIXEIRA, Ramiro S. Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 359-368.

SILVA, Tatiana Amaral; ÁVILA, Marco Aurélio. Turismo Sexual e exploração sexual infantil: uma análise da atuação do programa sentinel em Ilhéus. **Pasos**: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 8, n. 1, p. 185-193, 2010.

SIMMONS, David G. Community participation in tourism planning. **Tourism Management**, v. 15, n. 2, p. 98-108, 1994.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUTAWA, GustiKade. Issues on Bali Tourism Development and Community Empowerment to Support Sustainable Tourism Development. **Procedia Economics and Finance**, Bandung, Indonésia, v.4, p.413-422, 2012.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**: conceitos e impacto ambiental, vol. 1. Tradução de Margarete Dias Pulino. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TEIXEIRA, Débora de Lima; DUARTE, Mariana Ferraz; MORIMOTO, Pâmela. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário**. São Paulo: Instituto Ecoar: York University: Universidade de São Paulo: Canadian International Development Agency. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/ems/PDF%20DOS%20PROGRAMAS/MANUAL_DE_METODOLOGIAS_PARTICIPATIVAS.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

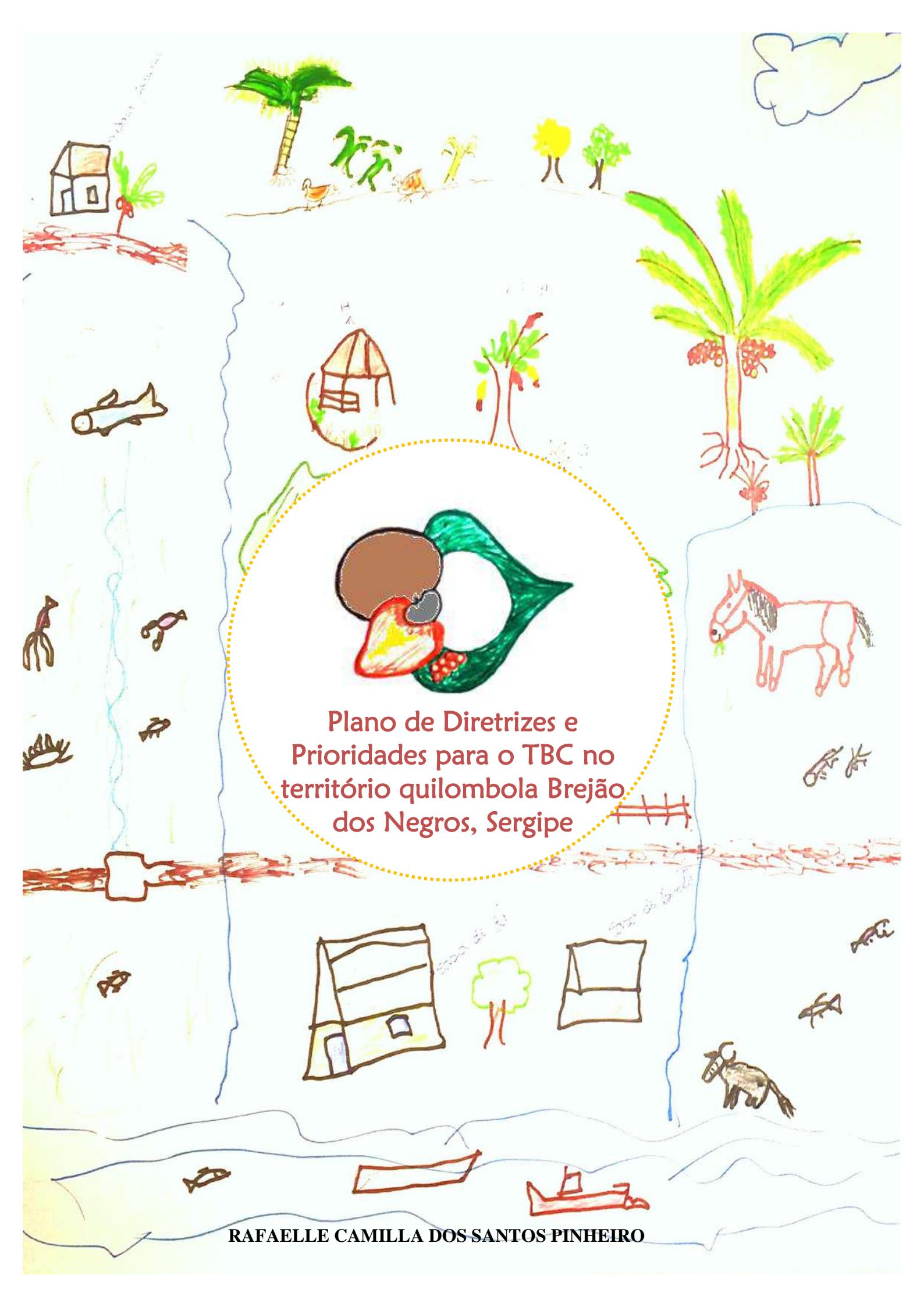
URRY, John. **O olhar do turista**: Lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2. ed. São Paulo: Stúdio Nôbel: Senac, 1999. (Coleção megalópoles)

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático DRP. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

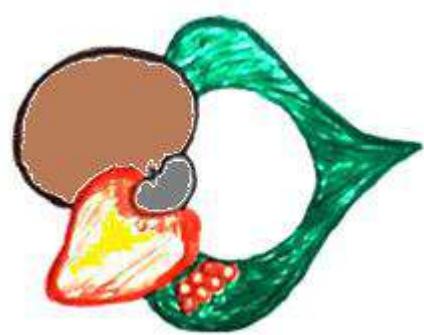
ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 55-75.

APÊNDICE A

**PROJETO “TBC E EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO QUILOMBO BREJÃO
DOS NEGROS, SERGIPE**



Plano de Diretrizes e
Prioridades para o TBC no
território quilombola Brejão
dos Negros, Sergipe



**Plano de Diretrizes e
Prioridades para o TBC no
território quilombola Brejão
dos Negros, Sergipe**



Redação:

Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro

Orientação:

Prof^a. Dr^a. Irinéia Rosa Nascimento

Apoio técnico:

Adrielle Bisco; Mirelle Tavares Ferreira.

Colaboração:

Comunidade Quilombolas

<Santa Cruz>

Magno de Oliveira Barros dos Santos;

Adriano Batista dos Santos;

Silvana da Silva dos Santos;

Maria Dilma dos Santos Bezerra;

Maria Clarice dos Santos;

Maria Valdinei Gaspar dos Santos;

Claudeane Bispo;

Laudiana Batista dos Santos;

Keylanne Bispo Alves;

Genalda dos Santos; Rosineide Pereira;

Maria Iracema dos Santos;

Mariana Alves dos Santos;

Maria de Lourdes dos Santos;

Erica Ferreira Santos;

José Gabriel Ferreira Santos;

<Resina>

Eneias Rosa dos Santos;

Maria Lidiane Pinto dos Santos;

Rosalvo dos Santos;

Maria Aparecida Vienra Xavier;

Maria Josina dos Santos;

Edson dos Santos; Thamires dos

Santos;

David dos Santos Gomes;

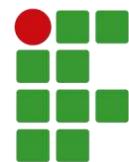
Antônio Francisco dos Santos Filho;

Iraneide Machado dos Santos;

Djevaldo dos Santos Cruz;

Mariélica de Assis dos Santos.

Agradecimentos



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sergipe



**Programa de Pós Graduação
de Mestrado Profissional
em Turismo**





TBC e empreendedorismo social no Quilombo Brejão dos Negros, Sergipe

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é um dos resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Turismo—PPMTUR do Instituto Federal de Sergipe. A pesquisa foi desenvolvida pela discente Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Irinéia Rosa do Nascimento.

Com auxílio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – Fapitec/SE, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as potencialidades do Território Quilombola Brejão dos Negros para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária—TBC.

Neste contexto, o documento tem como objetivo disponibilizar as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do TBC no território quilombola Brejão dos Negros. Este produto também propõe ser um meio de divulgação dos resultados obtidos a partir da pesquisa para as comunidades locais e para a comunidade científica.

A pesquisa, de caráter exploratório, foi desenvolvida a partir das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com a adoção da pesquisa-ação. Na pesquisa de campo, foram realizadas visitas técnicas às comunidades Resina e Santa Cruz, bem como oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo—DRP junto aos membros da comunidade.

Através da pesquisa foi possível elaborar um Diagnóstico Turístico local que revelou a potencialidade do território para o desenvolvimento do TBC, tendo o Turismo Rural como um dos segmentos mais adequados às realidades locais. No entanto, observou-se a necessidade de um plano de diretrizes que traçasse um caminho que as comunidades podem seguir para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade do desenvolvimento turístico local.

Esse material visa a sensibilização e mobilização das comunidades locais para a organização e estruturação deste território quilombola como destino de TBC no estado de Sergipe.

.



Introdução

O diagnóstico turístico do Território Quilombola Brejão dos Negros demonstrou a potencialidade das comunidades para o desenvolvimento do Turismo Rural. No entanto, a comunidade não está estruturada e organizada para o desenvolvimento turístico, sendo necessárias ações que visem esse ordenamento inicial.

A configuração social do território quilombola, no tocante a cultura de solidariedade e união na busca de melhores condições de vida e soluções para problemas coletivos, demonstra que o território pode adotar o TBC como um modelo de desenvolvimento turístico capaz de trazer novas oportunidades de fonte de renda para a população local.

Durante as visitas realizadas no território para a construção do Diagnóstico Rápido Participativo, foi possível identificar as habilidades e saberes dos quilombolas do Brejão dos Negros, em especial, a partir da aplicação da ferramenta metodológica “O que essa mão fez e o que é capaz de fazer”. A partir dessa ferramenta foi possível saber o que as comunidades esperam fazer no futuro e o que já fizeram até o momento, informações

que podem ser usadas na elaboração de projetos e planos de ação no território.

As informações coletadas foram relacionadas com os elementos que compõem a oferta turística, tais como serviços de hospedagem, guiamento, alimentação e entretenimento, sendo detectada a necessidade de ações de capacitação capazes de despertar e/ou fortalecer iniciativas empreendedoras na comunidade.

Levando-se em consideração as necessidades de capacitação da comunidade e o estágio de desenvolvimento turístico do território, o projeto é estruturado num plano de ação de capacitação para o TBC, promovendo duas de suas premissas, que são o empoderamento e o protagonismo comunitário.



Justificativa

As comunidades do Território Quilombola Brejão dos Negros só poderão participar efetivamente do processo de planejamento turístico local se as mesmas dispuserem do conhecimento necessário para tomar as decisões adequadas à suas realidades. O sucesso no

desenvolvimento do TBC no território depende da capacitação das comunidades para o mesmo.

Como principais agentes do desenvolvimento do turismo e como as grandes detentoras dos conhecimentos e saberes locais, as comunidades quilombolas terão na capacitação para o TBC a disponibilização de ferramentas e conhecimentos técnicos que sejam capazes de instrumentalizá-las na escolha dos caminhos mais adequados à realidade local e ao estágio de desenvolvimento do turismo.

Deste modo, o presente projeto busca demonstrar o caminho a ser traçado para o alcance dos resultados esperados, tendo como base as informações coletadas durante as pesquisas de campo, em especial os dados obtidos através da ferramenta metodológica “O que essa mão fez e o que é capaz de fazer”.



Objetivos

Com base nas características do território, no perfil do turista que procura destinos de turismo rural e as necessidades de estruturação local

para o TBC, o projeto tem como objetivo geral promover o empoderamento comunitário através de oficinas de capacitação para o TBC. Para alcançar o projeto traçou os seguintes objetivos específicos:

- Sensibilizar e mobilizar as comunidades quilombolas do território sobre a importância do turismo como uma alternativa de renda complementar e agregadora de valor aos recursos e produtos locais;
- Realizar oficinas de capacitação voltadas ao TBC, através das quais as comunidades poderão ter contato com conceitos que permeiam o tema, tais como: economia solidária, empreendedorismo, produção cultural, roteirização turística, administração de meios de hospedagem alternativos, gestão de empreendimentos turísticos coletivos.
- Disponibilizar para as comunidades ferramentas e técnicas pelas quais as mesmas conseguirão desenvolver e estruturar o TBC no território.
- Oportunizar e prestar assistência às comunidades na elaboração de projetos culturais, eventos, roteiros, sistemas alternativos de oferta de serviços de hospedagem e alimentação para visitantes, comitê

ou associação de turismo no território, entre outros.



Caracterização e definição do público alvo

A caracterização do público alvo se deu a partir da ferramenta metodológica “O que essa mão já fez e o que ela é capaz de fazer?” que teve como objetivo resgatar o passado dos participantes ao mesmo tempo em que os instigaram a falar sobre os seus sonhos e planos para o futuro, contribuindo para o autoconhecimento e autoestima do grupo participante, bem como o envolvimento e a participação das comunidades. A partir das respostas foi possível identificar as potencialidades e o capital humano das comunidades, uma vez que os saberes e fazeres individuais e coletivos são revelados.

Na aplicação dessa ferramenta metodológica nas comunidades quilombolas foi possível perceber, inicialmente, a predominância do gênero feminino dentre os participantes, deixando claro o

envolvimento e o protagonismo social das mulheres dentro da comunidade.

As respostas coletadas através da primeira etapa, referente à pergunta “o que essa mão já fez”, demonstram que, em geral, tanto os homens quanto as mulheres estão engajados no desenvolvimento das principais atividades e econômicas, que são as agrícolas - pesca, roça, cultura do coco e arroz e criação de galinhas de capoeira e d’angola - e as extrativistas - cata do sururu, caranguejo uçá e guaiamum, nos trabalhos domésticos. As mulheres, além ter representatividade no sustento de suas famílias, ainda ficam responsáveis pelas tarefas domésticas, como cozinhar, lavar roupa e limpar casa e na fabricação de artesanatos como o crochê e pucá usado na pesca.

Em relação às aspirações para o futuro, revelou-se um sentimento coletivo em relação aos verbos: ser, ter, melhorar, trabalhar, plantar, criar, fazer, terminar, abrir e estudar. O Quadro 1 demonstra as expressões relacionadas aos verbos nas respostas obtidas através da ferramenta.

Quadro 1 – “O que essa mão é capaz de fazer?": verbos mais utilizados nas respostas dos participantes.

Verbos	Expressões relacionadas
Melhorar	A vida; o futuro; no artesanato.
Criar	Porcos, galinhas.
Trabalhar	Construção civil, manicure, tirando lenha, pegando caranguejo, pegando caju, vendedor, com viveiros, na roça.
Plantar	Feijão, mandioca, milho, arroz.
Fazer/Realizar	bolo, projetos, feiras gastronômicas, óleo de coco, coxinha de mariscos, faculdade, tapetes, oficinas para passar os dons que Deus me deu.
Abrir	Negócio próprio; soparia.
Terminar	Os estudos.
Estudar/Aprender	mais, crochê.
Ser	Comunidade mais unida, comerciante,
Ter	Futuro melhor, Saúde, Felicidade, o melhor para meus filhos e família, mais experiências, paz, meu próprio negócio, casa própria,

Fonte: Elaborado por Rafaelle Pinheiro a partir da aplicação da ferramenta “O que essa mão fez e o que é capaz de fazer” durante oficinas realizadas nas comunidades Resina e Santa Cruz, Brejo Grande, Sergipe, 2017.

Nota-se o desejo da comunidade em melhorar as condições de vida e de investir seus esforços nas atividades que já desenvolvem e em novas atividades. A Figura 1 destaca as palavras mais citadas pelos participantes, e reafirma esses desejos.

Figura 1 – Nuvem de palavras mais citadas pelas comunidades.



Fonte: Rafaelle Pinheiro, Sergipe, 2017.

O projeto de capacitação destina-se aos membros das comunidades do território quilombola que tenham idade igual ou superior a 16 anos de idade e que saibam ler e escrever.



Objetivos e conteúdos das Oficinas

A partir das informações coletadas durante a construção do diagnóstico turístico, foi identificada a necessidade das seguintes das oficinas descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Oficinas de capacitação para o TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros

Nome da Oficina	Objetivo
Economia Solidária	Apresentar como a economia solidária pode ser aplicada no desenvolvimento do turismo no território.
Empreendedorismo em turismo	Despertar ações empreendedoras no turismo, dentro da realidade local.
Produção cultural	Disponibilizar as ferramentas necessárias para a elaboração de projetos culturais, tais como feiras culturais, gastronômicas e agroecológicas, entre outras.
Gestão Participativa em turismo	Destacar como as comunidades podem ser as protagonistas no desenvolvimento do turismo e a importância disso.
Elaboração de Roteiros Turísticos	Levantar os recursos locais e elaborar roteiros de turismo rural e trilhas ecológicas.
Sistemas de hospedagem alternativos	Disponibilizar alternativas para a organização e qualificação de um sistema de hospedagem alternativo.
Administração de pequenos empreendimentos turísticos	Disponibilizar ferramentas de gestão financeira e de negócios para que as comunidades possam elaborar planos de negócios para futuros empreendimentos turísticos.
Marketing turístico	Disponibilizar ferramentas de gestão de marketing e inovação tecnológica para negócios turísticos, dentro da realidade do mercado de turismo atual.

Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Frente aos objetivos propostos por cada oficina, foram elaborados conteúdos programáticos para cada uma delas, levando-se em consideração: a temática do empreendedorismo social; o

empoderamento social; as condições socioeconômicas e ambientais das comunidades; e a visão do turismo como uma das atividades econômicas alternativas para o desenvolvimento

local. O quadro 3, explana esses conteúdos.

Quadro 2 – Conteúdos programáticos das oficinas de capacitação para o TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros.

Nome da Oficina	Conteúdos programáticos
Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Economia solidária: conceitos e histórico. • Economia solidária e turismo. • Cooperação e Sociativismo: conceitos e relação com o turismo. • Mecanismos de cooperação e sociativismo no turismo e seu funcionamento.
Empreendedorismo em turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedorismo: conceito. • Empreendedorismo em turismo. • Empreendedorismo e inovação. • Empreendedorismo social e turismo. • TBC e empreendedorismo social.
Produção cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura e patrimônio: conceito e legislação. • Projeto cultural: conceito e funções. • Elaboração de projetos culturais.
Gestão Participativa em turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo: conceitos e tipologias. • Turismo de Base Comunitária: conceito e aplicação. • Empoderamento e protagonismo comunitário na gestão do turismo. • Mecanismos e funcionamento de instâncias de governança na gestão do turismo: comitê, câmaras e associações de turismo.
Elaboração de Roteiros Turísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Roteiros turísticos: conceitos e tipologias. • Elaboração de roteiros turísticos. • Estruturação de roteiros turísticos. • Comercialização e promoção de roteiros turísticos
Sistemas de hospedagem alternativos	<ul style="list-style-type: none"> • Meios de hospedagem: conceito e tipologias. • Hospitalidade. • Técnicas de serviços de hospedagem. • Meios de hospedagem alternativos. • Projeto para meios de hospedagem alternativos.
Administração de pequenos empreendimentos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de atendimento ao turista e visitante. • Gestão de empreendimentos turísticos. • Elaboração de projetos de pequenos empreendimentos turísticos.
Marketing turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Marketing turístico: conceitos. • Plano de marketing turístico para pequenos empreendimentos. • Recursos tecnológicos e turismo: tipos e aplicação.

Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.



Resultados esperados

Espera-se que a capacitação da comunidade local para o TBC seja capaz de estimular iniciativas empreendedoras e inovadoras na estruturação de um produto turístico local diferenciado, uma vez que para o TBC a participação não se trata de uma mera consulta pública, mas de um processo de construção onde a comunidade é a protagonista e principal empreendedora.

Assim, os resultados esperados com a realização do projeto são:

- Elaboração de projetos culturais pelas comunidades para o fortalecimento e valorização da cultura local e incremento da atividade turística no território.
- Elaboração de roteiros turísticos viáveis;

Quadro 4 – Etapas de execução do projeto de capacitação para o TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros

Etapa	Ações	Período
Formação de equipe operacional e parcerias	Seleção dos profissionais que vão ministrar as oficinas; Elaboração e Avaliação dos planos de ensino das oficinas. Formação de parceria com a Prefeitura local e com as associações das comunidades do território	6 meses
Sensibilização e mobilização local	Divulgação da realização das oficinas Matrícula dos interessados Esclarecimentos sobre o calendário e outras demandas administrativas	2 meses

- Criação de sistemas alternativos de oferta de serviços de hospedagem e alimentação para visitantes.
- Criação de comitê ou associação de turismo no território.
- Sensibilização da comunidade acerca do desenvolvimento do turismo, em especial aos preceitos do TBC.
- Criação de novas oportunidades de renda através do turismo.
- Fortalecimento da participação das comunidades no desenvolvimento turístico local.



Etapas e Ações de Execução

O quadro 4 abaixo traz as etapas do projeto e as ações pertinentes a cada etapa, bem como o período de execução.

Realização das oficinas	Desenvolvimento das oficinas e dos respectivos projetos. Emissão de certificado e encerramento das oficinas	12 meses
Avaliação	Avaliação do alcance aos objetivos e resultados do projeto	4 meses

Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.



Acompanhamento e Monitoramento

O acompanhamento e monitoramento do projeto se darão

pela avaliação mensal do andamento das ações desenvolvidas, bem como das necessidades de adaptação do cronograma. Cada etapa será avaliada levando-se em consideração os indicadores elencados no Quadro 5.

Quadro 5 – Indicadores de acompanhamento e monitoramento do projeto de capacitação para o TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros

Atividades	Indicadores	Meios de verificação
Realização de 1 oficina a cada mês para 30 integrantes das comunidades.	Quantidade de oficinas realizadas; Quantidade de participantes que concluíram a oficina; Quantidade e qualidade dos projetos elaborados.	Lista de presença; Projetos elaborados; Fotos; Relatórios;

Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

APÊDICE B

RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS NAS COMUNIDADES RESINA E SANTA CRUZ

TÉCNICA DO “PAINEL COLETIVO”

A escolha da técnica do “Painel coletivo” se deu pela sua complementaridade à “Caminhada Transversal”, uma vez que ambas buscam o levantamento das características do meio comunitário.

Durante a aplicação da técnica do Painel Coletivo foi possível notar o engajamento das comunidades na construção de uma imagem que estivesse de acordo com o imaginário coletivo.

Para a construção do painel foi solicitado aos participantes que representassem a comunidade deles numa espécie de mapa mental, identificando os locais mais importantes. Os participantes, além de representar os locais mais importantes, também destacaram os aspectos relacionados ao seu cotidiano.

Os painéis de cada comunidade revelaram a estreita relação das comunidades com o meio ambiente. Com a aplicação do Painel Coletivo foi possível levantar diversos dados sobre o estilo de moradia, o uso da terra, as espécies da fauna e da flora, as atividades agrícolas, dentre outros dados.

Nota-se que na Santa Cruz (Foto 1), o manguezal e a mata são os principais recursos naturais. Na mata são coletados diversos frutos comestíveis e produtos naturais com fins terapêuticos e medicinais. Já do Manguezal são retirados madeira, caranguejo, sirí e peixe.

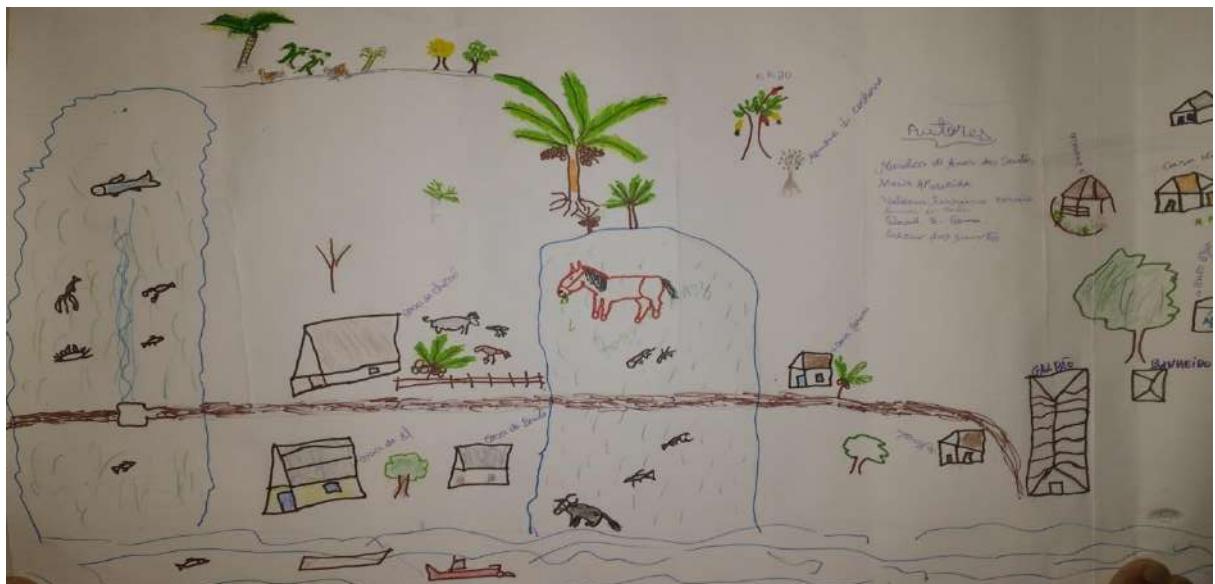
Foto 1 – Painel coletivo da comunidade Santa Cruz



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2017.

No painel coletivo da Resina (Foto 2), o rio São Francisco, as lagoas, os coqueiros e cajueiros foram os elementos naturais que mais ganharam destaque. Também é destacado o barco, meio de transporte e trabalho para a comunidade ribeirinha.

Foto 2 – Painel coletivo da comunidade Resina



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Em complementariedade com a pesquisa documental e com os resultados das outras ferramentas metodológicas participativas, essa ferramenta participativa forneceu dados importantes que foram analisados e sistematizados para a construção do diagnóstico turístico.

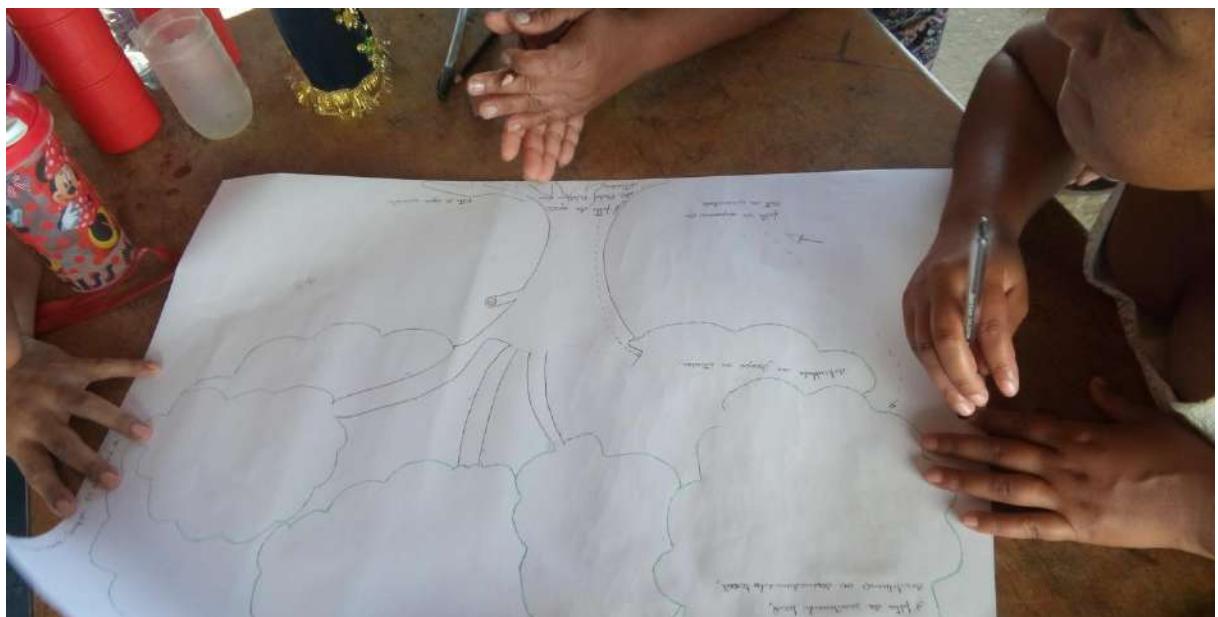
TÉCNICA “ÁRVORE DE PROBLEMAS”

A “Árvore de problemas” auxiliou e complementou a elaboração da análise SWOT. Durante a aplicação dessa técnica foi solicitado que a comunidade escrevesse os problemas que podem afetar, direta ou indiretamente, o desenvolvimento do turismo local, a fim de que priorizassem às problemáticas relacionadas à atividade em questão. Em seguida, eles deveriam pensar nas causas desses problemas e coloca-las na raiz da árvore.

Na comunidade Santa Cruz (Foto 3) foi possível perceber diversas preocupações da comunidade em relação à qualificação profissional, ao saneamento básico, a geração de resíduos, os serviços de hospedagem e

alimentação, a organização e protagonismo da comunidade para o desenvolvimento do turismo, a estruturação de atrativos locais e as vias de acesso.

Foto 3 – Construção da árvore de problemas pela comunidade Santa Cruz



Fonte: Adrielle Bispo, 2017.

No que se refere às causas, a comunidade relacionou as problemáticas à falta de investimentos no setor do turismo pelo poder público municipal e estadual, a falta de comprometimento da comunidade para o desenvolvimento do turismo e a falta de recursos financeiros para empreender. Os participantes da Resina (Foto 4) também expuseram as dificuldades que enfrentavam cotidianamente.

Foto 4 – Árvore de problemas elaborada na comunidade Resina



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Dentre as problemáticas levantadas pela comunidade Resina, estão: a falta de saneamento básico; salinização do rio; falta de estrada para o povoado; condições de habitação; dificuldades no acesso à educação e saúde; dificuldades na organização dos moradores locais; fonte de renda; pouca valorização cultural.

Os dados coletados através da aplicação da árvore de problemas, além de possibilitarem a compreensão das problemáticas locais para o desenvolvimento do turismo, permitiram entender a relação entre a comunidade e o turismo, principalmente como a mesma pretende desenvolve-lo, auxiliando no levantamento das ações necessárias para isto.

“CAMINHADA TRANSVERSAL”

O reconhecimento dos aspectos ambientais e produtivos das áreas estudadas se deu através da ferramenta “Caminhada Transversal” ou “Travessia”. Conforme Souza (2009), a Caminhada Transversal consiste em percorrer uma determinada área, acompanhado de informantes locais e que conheçam bem a região.

Nesta caminhada é possível observar e descrever todo o ambiente por onde se passa. Além de permitir o reconhecimento da área através dos usos, da ocupação do solo, dos recursos naturais e das limitações ambientais (FURTADO; FURTADO, 2000; VERDEJO, 2010), a caminhada transversal permite identificar os problemas ambientais, situação no passado, realidade presente e perspectivas.

Foto 5 – Caminhada Transversal na Santa Cruz



Fonte: Adrielle Bispo, 2017

A Foto 5 mostra a aplicação da caminhada transversal na comunidade Santa Cruz, que teve como informante local o morador conhecido como Sr. Cabo, um senhor que conhece muito bem a região, identificando as espécies nativas e os lugares de forte representação local. A caminhada foi realizada com a finalidade de conhecer a mata local, identificando as espécies existentes e analisando a possibilidade de uso turístico.

Na Resina, a caminhada transversal teve como informantes locais dois moradores, Eneias Rosa dos Santos e José Francisco Possidônio dos Santos, este último é conhecido na comunidade como Chicão (Foto 6). Durante a caminhada foi possível fazer anotações e observações sobre os usos da área percorrida e sobre a história da comunidade através dos relatos dos informantes.

Foto 6 – Caminhada Transversal na Resina



Fonte: Rafaelle Pinheiro, 2018.

Assim, as caminhadas permitiram a realização de um percurso pelo espaço geográfico das comunidades estudadas através do qual foi possível conhecer as várias áreas, com usos e recursos diferentes. Ao longo da caminhada foram anotados os aspectos que surgiram pela observação dos participantes em cada uma das diferentes áreas, o que possibilitou a coleta de informações indicadas na forma de diagrama e o levantamento de novas possibilidades de uso turístico para determinadas áreas com potencial.

“O QUE ESSA MÃO JÁ FEZ E O QUE É CAPAZ DE FAZER?”

No intuito de obter dados sobre a lógica social das comunidades foi utilizada a ferramenta “O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?” (Foto 7).

Foto 7 – Aplicação da ferramenta “O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?”



Fonte: Adrielle Bispo, 2017.

A técnica permite o resgate da história de vida dos participantes, através da identificação de suas habilidades e experiências de vida, contribuindo para sua autoestima e autoconhecimento e proporcionando uma integração entre os participantes, ao aumentar o vínculo entre eles.

A identificação das habilidades e experiências de vida possibilitou um levantamento mais detalhado sobre o capital humano da comunidade. Foi possível relacionar as experiências e conhecimentos da comunidade com as atividades necessárias para o desenvolvimento da cadeia local do turismo, tais como Alimentos e Bebidas, Hospedagem e atendimento ao turista, identificando as ações necessárias em termos de capacitação local para o turismo.

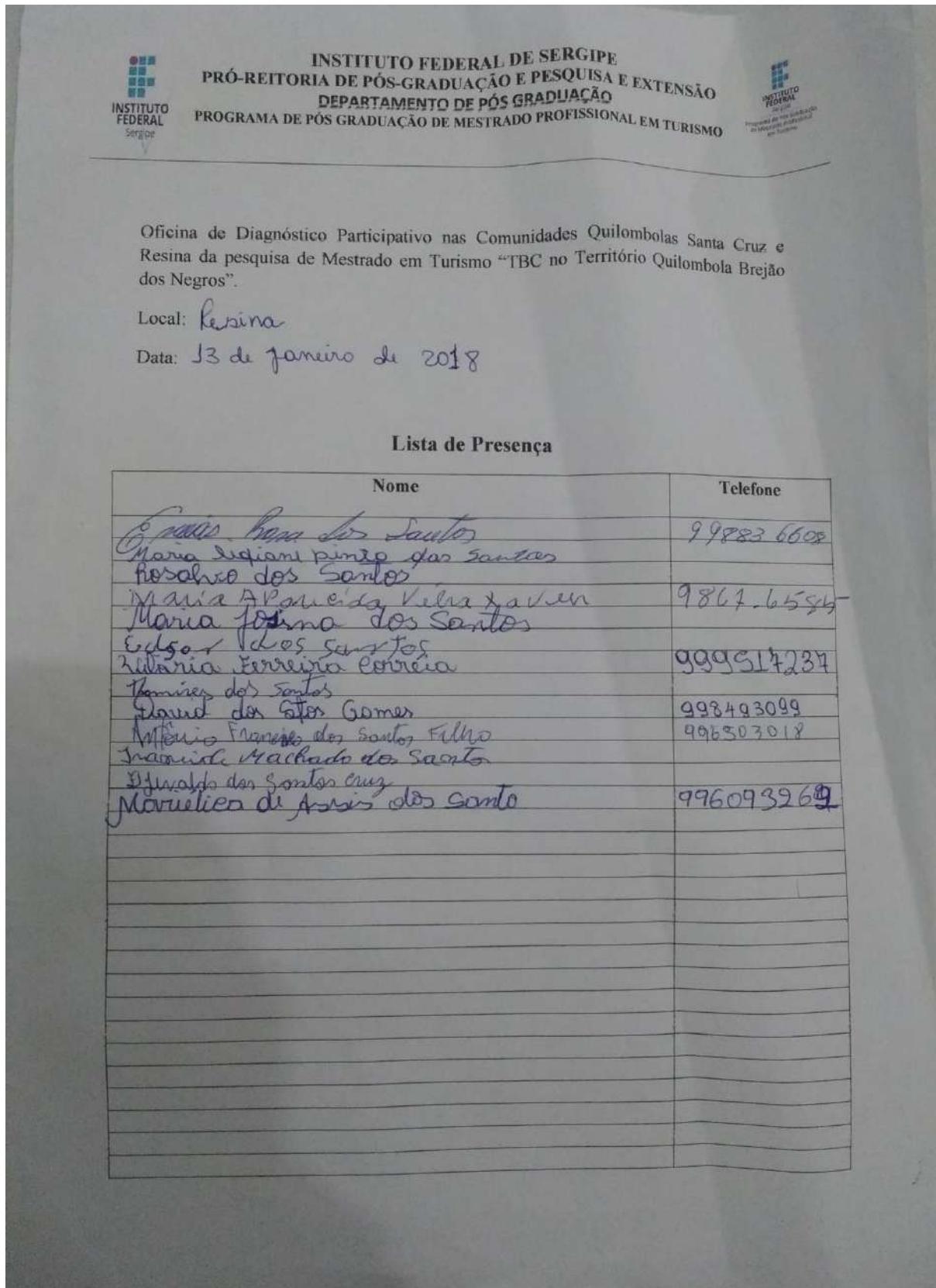
REFERÊNCIAS

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático DRP. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

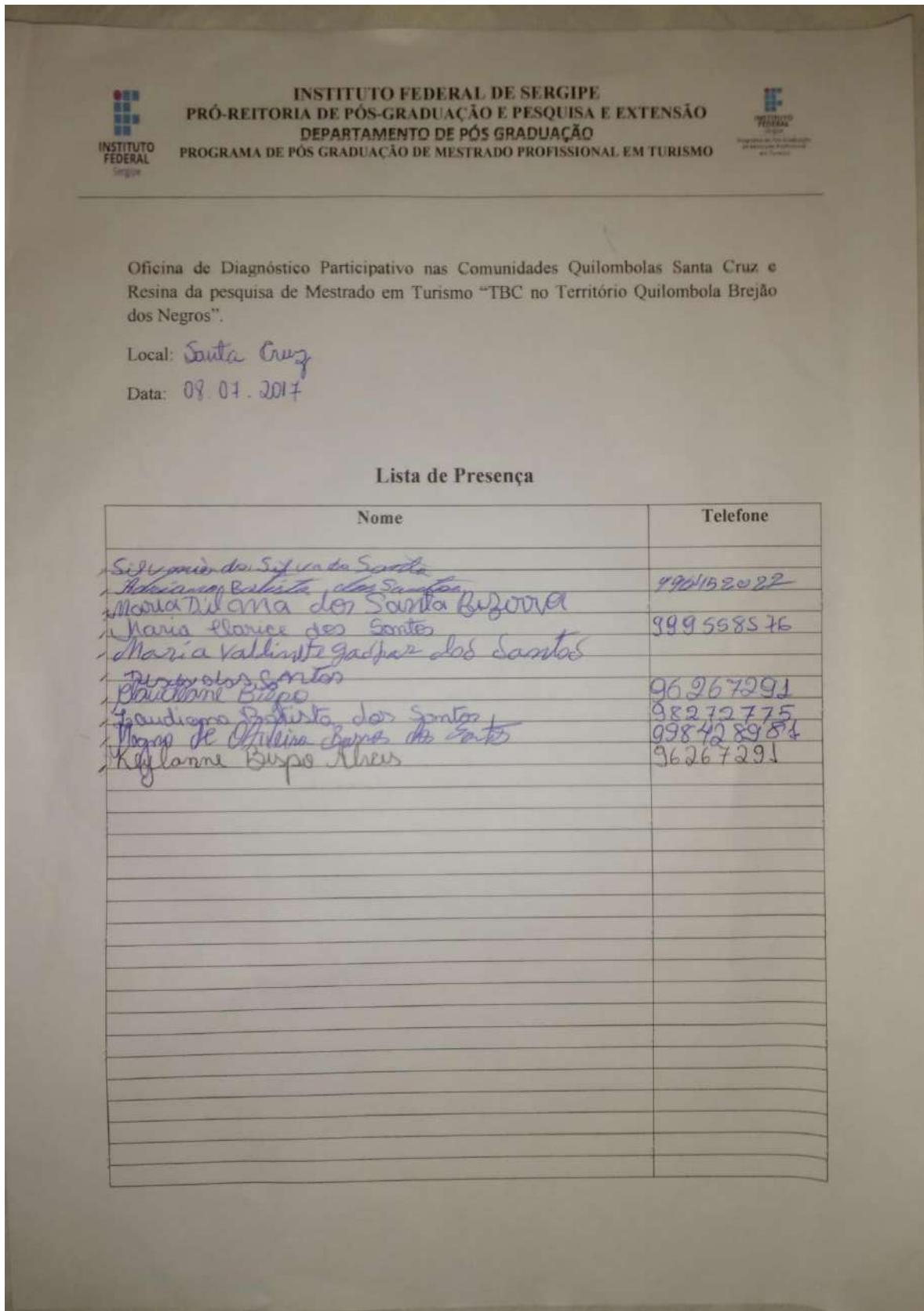
SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). In: **Em Extensão**, v. 8, n. 1, p. 34-47, 2009.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. **A intervenção Participativa dos Atores – INPA**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000

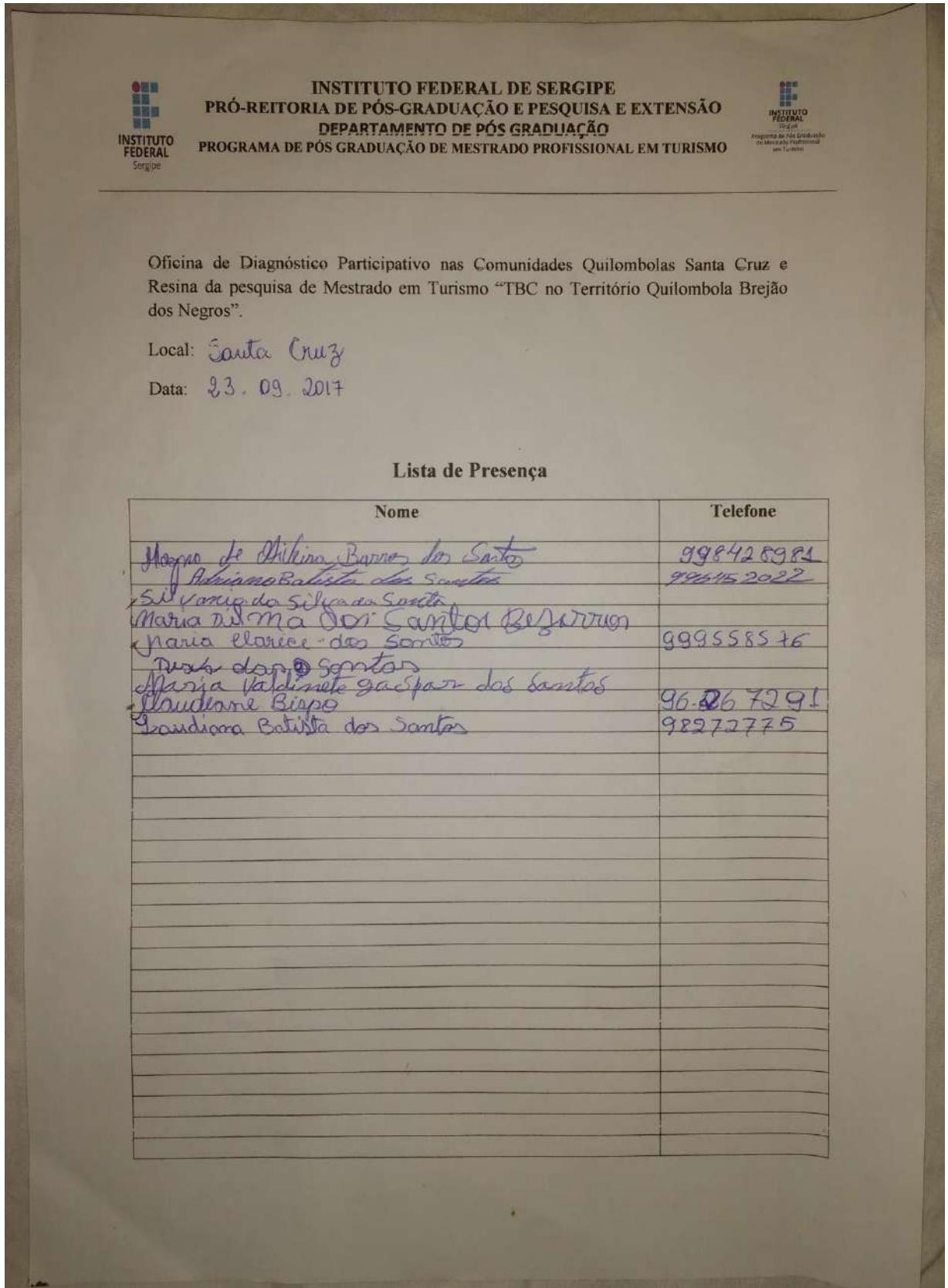
APÊNDICE C – Lista de Presença, 13 de janeiro de 2018, Resina



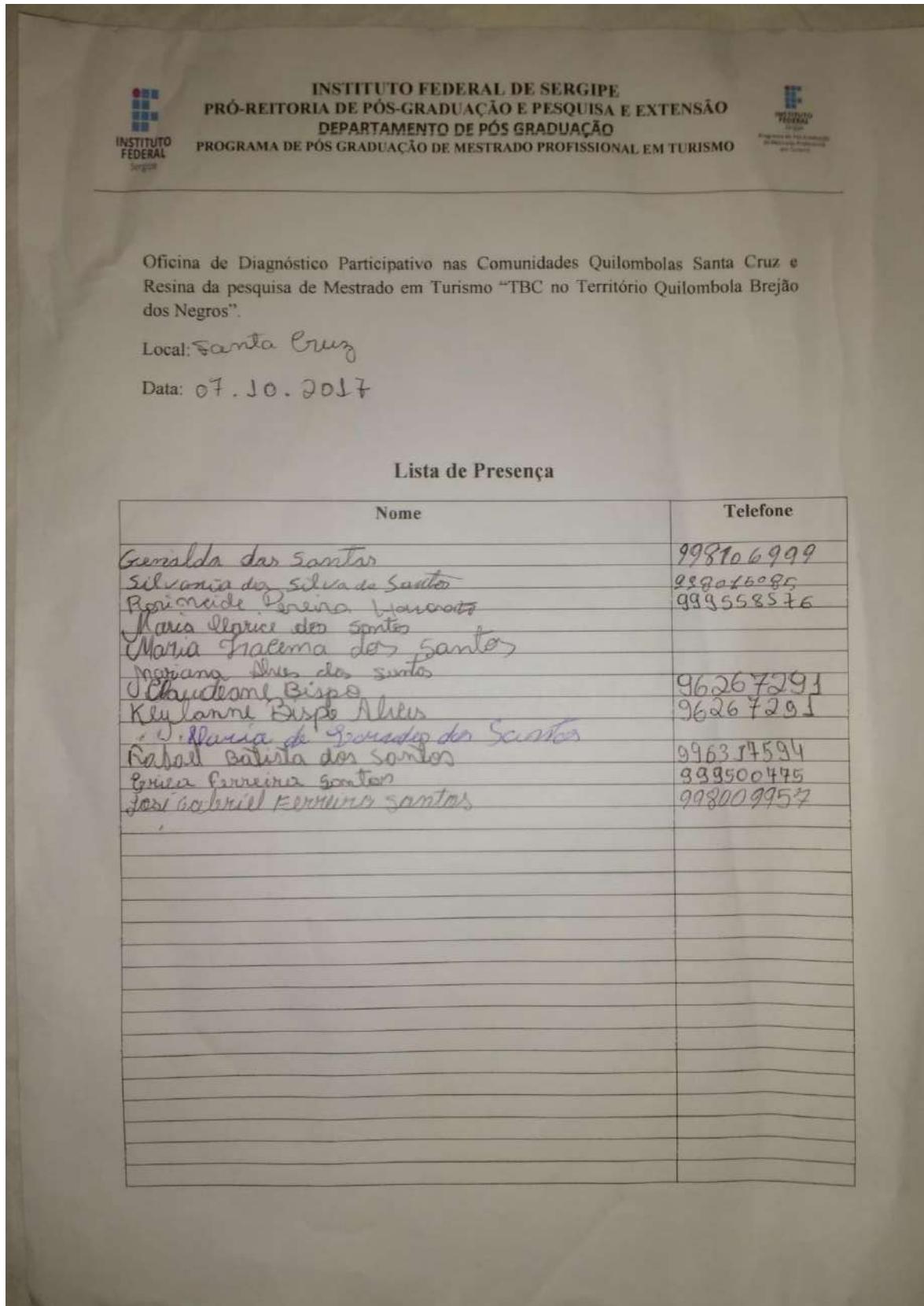
APÊNDICE D – Lista de Presença, 8 de julho de 2017, Santa Cruz



APÊNDICE E – Lista de Presença, 23 de setembro de 2017, Santa Cruz



APÊNDICE F – Lista de Presença, 7 de outubro de 2017, Santa Cruz



ANEXO 1 – Descrição da ferramenta Caminhada Transversal

OBJETIVO

Busca-se a participação de forma dinâmica, pelo convite que se faz de uma caminhada pela área em foco. Promove a interação entre o ambiente físico e as atividades humanas no tempo e no espaço. É importante para identificar as características naturais da comunidade, atuais e do ponto de vista histórico.

PROCESSO

- 1) Convida-se os participantes a um “bate-papo” no campo, a escolherem locais importantes, para que juntos caminhe a estes locais, conversando sobre o que eles tinham escolhido para mostrar, e o porquê da escolha. Discutir com o grupo a atividade. A equipe deve dividir-se para locais diferentes;
- 2) Observa-se tudo em volta e faz-se perguntas sobre o que é observado, sobre a história, a tradição, a luta do assentamento ou da comunidade, a situação hoje, e outras perguntas que a observação possa suscitar, ao mesmo tempo em que se observa o solo, as culturas, os pontos de água, o relevo, áreas de preservação natural, etc.;
- 3) É importante fazer anotações ao longo da caminhada, deixando claro o interesse de saber sobre o assentamento. Também pode-se aproveitar para fazer pequenas entrevistas;
- 4) No final do exercício, compilar as notas tomadas e fazer um perfil aproximado da utilização da terra. Os outros dados podem ser usados posteriormente para ajudar no levantamento dos problemas e das possíveis soluções.

Fonte: Furtado; Furtado (2000, p. 93-94).

ANEXO 2 – Descrição da ferramenta Painel Coletivo

OBJETIVO

Levar o grupo a construir uma imagem coletiva da comunidade ou do assentamento, para perceber, mediante perguntas que lhes serão feitas, que ainda há coisas que não conhecem.

PROCESSO

- 1) Afixa-se uma folha de papel na parede e pede-se a um dos participantes que desenhe o seu terreno (o imóvel), ou a comunidade;
- 2) Pede-se ao grupo para fazer comentários sobre o desenho, verificando se está falando alguma coisa;
- 3) A partir das questões surgidas (incluindo as dos técnicos), espera-se que percebam que algumas coisas estão faltando; percebem que conhecem “um pouco” da realidade física da comunidade, porque algumas questões não sabiam como responder ou haviam esquecido.
- 4) Por meio de perguntas, tenta-se estimular o grupo a conhecer melhor sua realidade.

Fonte: Furtado; Furtado (2000, p. 81).

ANEXO 3 – Descrição da ferramenta “O que essa mão fez e o que é capaz de fazer?”

OBJETIVOS

- Resgatar a história de vida dos participantes, contribuindo para sua auto-estima e autoconhecimento;
- Propiciar uma integração entre os participantes, contribuindo para o aumento do vínculo entre eles.
- Resgatar a visão de futuro dos participantes contribuindo para seu protagonismo e engajamento social;
- Propiciar uma integração entre os participantes, contribuindo para o aumento do vínculo entre eles;

Número de participantes: Quantas forem necessárias

Duração: Aproximadamente 1h40min.

Materiais necessários: Folhas sulfites e canetinhas coloridas

DESENVOLVIMENTO

1^a Parte: O que essa mão já fez?

1. Pedir para que cada participante faça na folha sulfite um molde de uma de suas mãos;
2. Em seguida solicitar que os participantes escrevam: O que essa mão já fez? (Exemplo: cozinhou, assou, etc).

Reflexões e discussões propostas

- Cada participante irá mostrar o desenho de sua mão e ler sobre “o que essa mão já fez”;
- Perguntar para os participantes o que acharam da experiência de falar sobre a “sua mão” e de conhecer a “mão” dos outros participantes.

2^a Parte: O que essa mão é capaz de fazer?

1. Pedir para que cada participante faça na folha sulfite um molde de uma de

suas mãos;

2. Em seguida solicitar que os participantes escrevam: O que essa mão é capaz de fazer?

Reflexões e discussões propostas

- Cada participante irá mostrar o desenho de sua mão e ler sobre “o que essa mão é capaz de fazer?”;
- Perguntar para os participantes o que acharam da experiência de falar sobre a sua mão e se sentiram alguma semelhança ou diferença em relação à dinâmica “O que essa mão já fez?”
- Aprofundar a discussão sobre as muitas capacidades que apareceram e os protagonismos possíveis nos grupos comunitários

Fonte: Teixeira; Duarte; Morimoto (2017, p. 84-85)⁷.

⁷ TEIXEIRA, Débora de Lima; DUARTE, Mariana Ferraz; MORIMOTO, Pâmela. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário**. São Paulo: Instituto Ecoar; York University; Universidade de São Paulo; Canadian International Development Agency. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/ems/PDF%20DOS%20PROGRAMA%20MANUAL%20DE%20METODOLOGIAS%20PARTICIPATIVAS.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

ANEXO 4 – Descrição da ferramenta Árvore de problemas

OBJETIVO

Discutir os problemas coletivamente para que as decisões também sejam tomadas dessa forma, além de fazê-los pensar nas suas causas.

PROCESSO

- 1) Depois de todo o trabalho de levantamento da realidade, pergunta-se ao grupo quais os problemas, e eles espontaneamente se manifestam;
- 2) Ao exporem os problemas um a um, questiona-se se aquele é mesmo um problema, para ouvir as justificativas;
- 3) Depois da confirmação do problema pelo grupo, pergunta-se quais as causas, e assim monta-se uma “árvore” onde os galhos são os problemas e as raízes suas causas;
- 4) Após a construção da “árvore dos problemas”, tenta-se levar os participantes a priorizar os problemas. Parte-se para classificar estes problemas em ordem de importância, levando em consideração serem de curto, médio ou longo prazo para as suas soluções (para determinar as atividades do plano de desenvolvimento sustentável).

Fonte: FURTADO; FURTADO (2000, p. 106).